

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE/FB
MESTRADO

**TRABALHO, EDUCAÇÃO E JUVENTUDE: CONTEXTO DOS JOVENS DO
CONJUNTO HABITACIONAL TERRA NOSSA EM FRANCISCO BELTRÃO/PR.**

Francisco Beltrão/Pr

2023

DARCIEL SINHORI DA COSTA

**TRABALHO, EDUCAÇÃO E JUVENTUDE: CONTEXTO DOS JOVENS DO
CONJUNTO HABITACIONAL TERRA NOSSA EM FRANCISCO BELTRÃO/PR.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação- PPGE/FB - Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* de Francisco Beltrão, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof. Dr^a. Suely Aparecida Martins

Linha de Pesquisa: Sociedade, Conhecimento e Educação

Francisco Beltrão/Pr

2023

SINHORI, Darciel

TRABALHO, EDUCAÇÃO E JUVENTUDE: CONTEXTO DOS JOVENS DO CONJUNTO HABITACIONAL TERRA NOSSA EM FRANCISCO BELTRÃO/PR / Darciel SINHORI; orientadora Suely Aparecida Martins. -- Francisco Beltrão, 2023.

159 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Francisco Beltrão) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2023.

1. Juventude. 2. Trabalho. 3. Educação. 4. Desigualdade social. I. Aparecida Martins, Suely, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

DARCIEL SINHORI DA COSTA

TÍTULO DO TRABALHO: *TRABALHO, EDUCAÇÃO E JUVENTUDE: CONTEXTO DOS JOVENS DO CONJUNTO HABITACIONAL TERRA NOSSA EM FRANCISCO BELTRÃO/PR*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão, Área de Concentração: Educação, Linha de Pesquisa 02: Sociedade, Conhecimento e Educação, julgada adequada e aprovada, em sua versão final, pela Comissão Examinadora, que concede o Título de Mestre em Educação ao autor.

COMISSÃO EXAMINADORA



Suely Aparecida Martins (Orientadora)
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/FB)



José Luiz Zanella
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/FB)



Ângela Maria de Sousa Lima
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Documento assinado digitalmente
ALCANTARA DE MELO
Data: 10/05/2023 14:04:39 -0300
Validar em: <https://valida.digip.br>

Alessandro de Melo
Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná (UNICENTRO)

Francisco Beltrão, 24 de maio de 2023.

AGRADECIMENTOS

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NÃO É ALGO QUE AVANCE APENAS PELOS ESFORÇOS DO PESQUISADOR, PELO CONTRÁRIO, EXIGE DE MUITAS REFLEXÕES CONJUNTAS, QUESTIONAMENTOS, OBSERVAÇÕES DA REALIDADE E REINTERPRETAÇÕES DO CONTEÚDO, POR CONTA DISTO, GOSTARIA DE EXPRESSAR MEUS MAIS SINCEROS AGRADECIMENTOS A TODOS AQUELES QUE DELE PARTICIPARAM, EM ESPECIAL MINHA ORIENTADORA PROFESSORA DR^a SUELY APARECIDA MARTINS POR TODO APOIO E PACIÊNCIA E AOS JOVENS ENTREVISTADOS, PELA DISPONIBILIDADE EM NOS RECEBER E CONVERSAR SOBRE ASPECTOS DELICADOS DE SUAS VIDAS.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS AOS MEMBROS DA BANCA DE QUALIFICAÇÃO E DEFESA: PROF. DRA. ANGELA MARIA DE SOUSA LIMA, PROF. DR. ALESSANDRO DE MELO E PROF. DR. JOSÉ LUIZ ZANELLA PELAS VALIOSAS CONTRIBUIÇÕES PARA A CONCLUSÃO DESTA TRABALHO E, AINDA, AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIOESTE DE FRANCISCO BELTRÃO: AOS SEUS PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS E AOS COLEGAS DA TURMA DE 2020.

REGISTRO MEUS AGRADECIMENTOS AOS PROFESSORES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIOESTE PELOS QUATRO ANOS DE DIRECIONAMENTO E FORMAÇÃO QUE RECEBI, PELA PERSPECTIVA CRÍTICA DA SOCIEDADE QUE ME FOI MUITO ÚTIL NA COMPREENSÃO DAS DESIGUALDADES E INJUSTIÇAS DE CLASSE. RECORDO, DOS MUITOS DEBATES E REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DAS DETERMINAÇÕES DA POBREZA E DE SEU ENFRENTAMENTO PELA CATEGORIA PROFISSIONAL. DISCUSSÕES INTENSAS QUE RENOVAM PERSPECTIVAS, POR ELAS E POR TODOS OS MOMENTOS NO AMBIENTE ACADÊMICO, MEU MUITO OBRIGADO.

NÃO POSSO DEIXAR DE MENCIONAR A GRANDE AJUDA QUE RECEBI DE MEUS AMIGOS E FAMILIARES, SEM O APOIO DE MEUS COMPANHEIROS NOS MOMENTOS MAIS COMPLICADOS DA PESQUISA, ESTE TRABALHO NÃO SERIA POSSÍVEL. DEIXO REGISTRADO UM GRANDE ABRAÇO A MINHA AMIGA MICHELE, A CHEFE DE SETOR MAIS EFICIENTE QUE TIVE O PRAZER DE CONHECER E CONVIVER ENQUANTO REALIZAVA ESTÁGIO NO SETOR MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E A MEU ORIENTADOR DE CAMPO QUE MUITO RESPEITO E ADMIRO, ASSISTENTE SOCIAL ÉRICK KULYK PELA FORÇA E DIRECIONAMENTO NOS MOMENTOS DE DIFICULDADE.

POR FIM, AGRADEÇO A AQUELES QUE NUNCA ME DEIXARAM DESISTIR DOS ESTUDOS, MESMO COM TANTAS DIFICULDADES SEMPRE APOSTARAM NUM FUTURO MELHOR PARA OS FILHOS ATRAVÉS DA ESCOLA. OBRIGADO POR ME APOIARAM EM MINHAS DECISÕES, MINHA MÃE MARIA E MEU PAI DARCI.

RESUMO

SINHORI, DARCIEL. **TRABALHO, EDUCAÇÃO E JUVENTUDE: CONTEXTO DOS JOVENS DO CONJUNTO HABITACIONAL TERRA NOSSA EM FRANCISCO BELTRÃO/PR.** 2023. DISSERTAÇÃO (MESTRADO) – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MESTRADO, UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ, FRANCISCO BELTRÃO, 2023.

Esta dissertação foi realizada no âmbito da Linha de Pesquisa Sociedade, Conhecimento e Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão e discorre acerca das trajetórias e experiências dos jovens, com idade entre dezoito a vinte e quatro anos, egressos do Ensino Médio e residentes no Conjunto Habitacional Terra Nossa, nos quesitos vida escolar e inserção no mercado de trabalho, com o objetivo de destacar os atravessamentos das categorias educação e trabalho e suas implicações no contexto do referido grupo. Como objetivos específicos para esta pesquisa delineamos compreender a questão social no Brasil relacionada a sua constituição histórica e mudanças no mundo do trabalho; caracterizar como se constituiu o Conjunto Habitacional Terra Nossa e o perfil socioeconômico dos seus jovens; descrever e analisar as experiências na educação formal, visando a identificar suas particularidades e categorizar os atravessamentos das experiências no mercado de trabalho e, conseqüentemente, sua relação com o percurso escolar. Para tal, nos pautamos no materialismo histórico, enquanto método e entrevistas semiestruturadas com oito jovens residentes no bairro. Pudemos observar que coexistem duas redes de ensino, voltadas ao enquadramento das juventudes aos postos de trabalho conforme a etnia, classe social, renda e gênero. A rede voltada aos filhos da classe trabalhadora, visa à formação pragmática ao mercado de trabalho, voltada aos interesses dos novos padrões de acumulação flexível e precarização das relações de trabalho na atualidade. Identificamos, enquanto particularidade histórica em âmbito local, os movimentos migratórios com início na década de trinta, cuja expansão culmina na segregação sócioespacial e cultural de grupos desconsiderados, que acabam por fixar suas moradias nas áreas periféricas do município, formando bairros com características e potencialidades únicas que, no entanto, são afetados por estruturas e instituições sociais, as quais limitam as condições de existência de seus moradores, principalmente quanto à vivência da condição juvenil de moratória social. Concluímos da necessidade de aproximação das juventudes periféricas de Francisco Beltrão com um ensino voltado à superação da visão fragmentada entre trabalho intelectual e manual, numa perspectiva politécnica, com vistas à expansão do período de juventude desses jovens, além da necessidade em aproximá-los de movimentos sociais e organizações que objetivem o fortalecimento e melhoria de suas condições de vida, das políticas públicas e dos direitos sociais voltados a este público, considerando suas raízes étnico culturais.

Palavras-chave: Trabalho; Educação; Juventude; Desigualdade Social; Escola.

ABSTRACT

SINHORI, D. WORK, EDUCATION AND YOUTH: THE CONTEXT OF YOUNG PEOPLE IN THE TERRA NOSSA HOUSING COMPLEX IN FRANCISCO BELTRÃO/PR. 2023. DISSERTATION (MASTER'S DEGREE) – GRADUATE PROGRAM IN EDUCATION - MASTER'S DEGREE, UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ, FRANCISCO BELTRÃO, 2023.

This dissertation was carried out within the scope of the Research Line Society, Knowledge and Education, of the Graduate Program in Education of the State University of Western Paraná, UNIOESTE, Francisco Beltrão Campus. The work intends to discuss the trajectories and experiences of young people, aged between eighteen and twenty-four years old, who graduated from high school and residents of the Terra Nossa housing complex, in terms of school life and insertion in the labor market, with the aim of highlighting the intersections of education and work categories and their implications in the context of that group. As specific objectives for this research, we outline understanding the social issue in Brazil related to its historical constitution and changes in the world of work; characterize how the Terra Nossa housing complex was constituted and the socioeconomic profile of its young people; describe and analyze experiences in formal education, aiming to identify their particularities and categorize the crossings of experiences in the labor market and, consequently, their relationship with the school path. For this, we are guided by historical materialism, as a method and semi-structured interviews with eight young people. We could observe that two teaching networks coexist, aimed at framing young people for jobs according to ethnicity, social class, income and gender. The network aimed at children of the working class, aims at pragmatic training for the labor market, focused on the interests of new patterns of flexible accumulation and the precariousness of work relations today. We identified, as a historical particularity at the local level, the migratory movements that began in the thirties, whose expansion culminates in the socio-spatial and cultural segregation of disregarded groups, who end up fixing their homes in the peripheral areas of the municipality, forming neighborhoods with unique characteristics and potential. Which, however, are affected by social structures and institutions, which limit the conditions of existence of their residents, mainly regarding the experience of the juvenile condition of social moratorium. We conclude from the need to approach Francisco Beltrão peripheral youth with teaching aimed at overcoming the fragmented view between intellectual and manual work, in a polytechnic perspective, with a view to expanding the period of youth of these young people, in addition to the need to bring them closer to movements and organizations that aim to strengthen and improve their living conditions, public policies and social rights aimed at this public, considering their ethnic and cultural roots.

Key-words: School Dropout; Work; Youth; Terra Nossa.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Bairro Padre Ulrico e Conjunto Habitacional Terra Nossa.

Imagem 2: Áreas do Conjunto Habitacional Terra Nossa, demarcada por cores.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Análise do contexto socioeconômico dos bairros Centro e Padre Ulrico com base na renda familiar per capita.

Tabela 2: Dados socioeconômicos de jovens residentes no Conjunto Habitacional Terra Nossa em Francisco Beltrão, PR, provenientes dos cadastros habitacionais disponíveis no Setor Municipal de Habitação.

Tabela 3: Cargos declarados nos cadastros habitacionais, agrupados por gênero.

Tabela 4: Número de filhos e dependentes de sua renda mensal declarados pelos entrevistados

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Linha de elevação de pessoas vivendo na extrema pobreza na América Latina e Caribe.

Gráfico 2: Taxas de urbanização do município de Francisco Beltrão entre 1960 a 2010.

Gráfico 3: Renda declarada pelos oito entrevistados

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. A QUESTÃO SOCIAL E O MODELO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO NO BRASIL: UMA RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA	33
1.1 A GÊNESE DA QUESTÃO SOCIAL ATRELADA A DESIGUALDADE DE CLASSES.....	35
1.2 A PARTICULAR EXPANSÃO INDUSTRIAL NO BRASIL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	41
1.3 EXPROPRIAÇÃO E EXPLORAÇÃO: PILARES DO CAPITALISMO REAL.....	48
1.4 O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NA ATUALIDADE	53
2 JUVENTUDES DO CONJUNTO HABITACIONAL TERRA NOSSA: SINTESE DE MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES.....	63
2.1 DESENVOLVIMENTO URBANO EM FRANCISCO BELTRÃO/PR.....	66
2.2 CARACTERÍSTICAS DA CULTURA CABOCLA	69
2.3 BAIRRO PADRE ULRICO E A LUTA POR MORADIA	84
2.4 - CONJUNTO HABITACIONAL TERRA NOSSA EM FRANCISCO BELTRÃO	89
2.5 – Os JOVENS DO CONJUNTO HABITACIONAL TERRA NOSSA	93
3 JUVENTUDES DA PERIFERIA BELTRONENSE: TRAJETÓRIAS NA ESCOLA E NO MERCADO DE TRABALHO	108
3.1 TRABALHO, EDUCAÇÃO E JUVENTUDES: BASES CONCEITUAIS	110
3.2 A EVASÃO ESCOLAR COMO FENÔMENO DA DUALIDADE EDUCACIONAL NO BRASIL	116
3.3 OS JOVENS INTEGRANTES DA PESQUISA: POSIÇÕES DEMARCADAS FACE AOS LIMITES DE CLASSE	124
3.4 - SITUAÇÃO DE TRABALHO ENTRE OS JOVENS DO CONJUNTO HABITACIONAL TERRA NOSSA.....	136
REFERÊNCIAS	157

INTRODUÇÃO

O espaço acadêmico, para muitos jovens brasileiros, representa a possibilidade de construir condições de vida mais dignas através da aquisição de conhecimento e consolidação de carreira profissional específica. No entanto, a relevância de se experimentar a condição de acadêmico para os jovens da classe operária, perpassa a inserção na divisão sócio técnica do trabalho, pode significar a busca, consciente ou inconscientemente, por respostas que sanem questionamentos e inquietações acerca de sua existência.

Questionar-se sobre suas condições de vida, seu contexto social e sobre as formas pelas quais sobrevive é atividade laboral constante na vida de muitos jovens operários que conciliam o trabalho aos estudos. Entretanto, responde-las concretamente carece de movimentos de reflexão complexos, conduzido por profissionais comprometidos com a emancipação humana, aliado aos arcabouços teóricos e as ferramentas metodológicas de condução dos mais atualizados possíveis, com intuito de instrumentalizar o indivíduo, capacitá-lo para que por si só, seja capaz de realizar análises da realidade material de maneira crítica, ou seja, que possua aptidão para desfragmentar a aparência e vislumbrar a essência.

A necessidade de desnaturalizar relações e contextos sociais de exclusão que moldam subjetividades e ditam destinos de muitos jovens, me levaram a optar em 2016 pelo curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná campus de Francisco Beltrão, o qual, por meio das estratégias curriculares de formação profissional dos Assistentes Sociais, oportunizou o alargamento dos horizontes teóricos capazes de responder e refazer questões nítidas de injustiça e descaso social com comunidades periféricas e que atravessaram minha trajetória de forma particular.

De forma particular, pois cresci num dos bairros considerados periféricos do município de Francisco Beltrão e em meio a pobreza econômica que os assola, portanto, acabei por naturalizar situações e contextos que me pareciam comuns. No convívio com a comunidade observei algumas das transformações nos territórios do bairro Padre Ulrico e do atual Conjunto Habitacional Terra Nossa ao longo dos anos, observações estas que geram grandes questionamentos acerca da categoria pobreza, suas raízes e formas de manutenção no modo capitalista de produção.

Ao concluir a graduação, cujas bases teóricas e metodológicas contribuíram muito na compreensão crítica da sociedade de classes, construí novas interpretações acerca da divisão sócio técnica do trabalho, da apropriação das riquezas socialmente produzidas de forma privada e da pobreza como condição crucial à manutenção das formas e meios de exploração e expropriação da classe trabalhadora.

Neste sentido, consegui assimilar que a pobreza delinea as trajetórias na escola e no mercado de trabalho, delimitando a inserção social das juventudes operárias a lugares e posições específicas na divisão sócio técnica do trabalho, através de também categorias sociais excludentes como classe social, gênero e etnia, isso quando estão estes empregados e não na informalidade ou criminalidade. Tais reflexões me conduziram a propor, em 2020, o projeto de mestrado em Educação, que visou a análise acerca das categorias trabalho, juventude e educação com base nas trajetórias na escola e no mercado de trabalho de jovens operários egressos do ensino médio, residentes no conjunto habitacional Terra Nossa.

A respeito dos sujeitos da pesquisa, os caracterizamos da seguinte forma: os jovens evadidos do ensino médio, com idade entre 18 a 24 anos que residem no conjunto habitacional Terra Nossa, pertencem a classe operária e vivenciam na pobreza uma condição comum, fatores que os englobam num contingente de indivíduos, cujos traços étnicos remontam um longo e cruel período histórico no Brasil.

O processo de colonização não se pauta na troca justa de terras indígenas por meros objetos de desejo, é pautado, na realidade, em genocídios e extermínios em massa de povos originários, de conversão forçada a religião dominante sob forte coerção ideológica e da miscigenação ou submissão de povos com culturas e visões de mundo distintas ao ideário dos colonizadores.

Embora não adentramos na questão com a profundidade que merecia, é necessário ressaltar que décadas mais tarde ao início da colonização e com o massacre dos povos originários, se sucedem mais de 300 anos de escravidão em nosso país, dado pela submissão de grandes impérios e civilizações que ocupavam o continente africano, tal como pelo transporte das massas tidas como mão de obra barata e utilizadas pelos fins escravistas com o objetivo de construção das colônias.

Os principais executores das atividades braçais foram os povos escravizados, inicialmente forçados a trabalhar na extração de recursos naturais como o pau-brasil, em

seguida, tornam-se a principal força de produção nos engenhos de açúcar e também nas minas de ouro e nas grandes fazendas produtoras de café.

Eram estes grandes latifúndios que “compravam” a mão de obra escravizada e pagavam os impostos sobre ela à metrópole, no entanto, ocorre em 13 de março de 1888 a assinatura pela Princesa Isabel (Regente Imperial na ausência de Dom Pedro II) da Lei Áurea, Lei nº 3.353, que declara extinta a escravidão no Brasil, sendo este o último país ocidental a fazê-lo, o que gera revolta aos latifundiários que não receberam indenização pela lesão sofrida ao libertar os escravizados.

As poucas alternativas que restaram aos milhares de ex-escravizados foram permanecer nas fazendas recebendo o mesmo tratamento ou se deslocavam para as cidades em que o caminho era se subordinar a realizar atividades precárias em condições ruins e com salários baixos, garantindo-lhes uma posição subalterna e marginalizada na sociedade. O mesmo aconteceu nas grandes cidades, uma vez que esses libertos, sem oportunidades e sem estudo, eram sujeitos a empregos ruins e mal remunerados, fatos que nos direcionam as origens da sociedade capitalista e suas formas de expropriação.

De acordo com Marx (2002, p.828), “a estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal”, já que, “o produtor direto, o trabalhador, só pode dispor de sua pessoa depois que deixou de estar vinculado à gleba e de ser escravo ou servo de outra pessoa” (MARX, 2002, p.828/829). No entanto, ressalta que “os que se emanciparam só se tornaram vendedores de si mesmos depois que lhes roubara todos os seus meios de produção e os privaram de todas as garantias que as velhas instituições feudais asseguravam à sua existência” (MARX, 2002, p.829).

A respeito desta formação de massa assalariada é que Marx (2002), no capítulo XXIV do primeiro livro de *O Capital*, trata sobre a chamada acumulação primitiva, processo de acumulação de riqueza que advém da sociabilidade burguesa, nos primórdios de sua ascensão enquanto classe. Segundo Marx (2002), “é considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista” (MARX, 2002, p.828), desta maneira, tal processo retira do trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, e transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos, ou seja, “a chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção” (MARX, 2002, p.828).

Se comparado o contexto acima mencionado e confrontado com os dados sobre etnia e condição socioeconômica expressos na pesquisa, podemos dizer que tal condição subalterna é semelhante à dos sujeitos da pesquisa cujas ocupações remetem a posições inferiores no mercado de trabalho, em caráter simples e com baixas remunerações, assim como seus contextos territoriais, marginalizados socialmente. Trata-se do atrasado expresso no período histórico compreendido enquanto moderno, características do modelo capitalista real.

Estas e outras constatações foram possíveis devido ao contato mais aproximado, por meio do estágio supervisionado em Serviço Social no Setor municipal de Habitação de Francisco Beltrão, com a comunidade do então Conjunto Habitacional Terra Nossa, que é fruto de uma ocupação popular realizada em 2016. Nos chama atenção o elevado índice de não conclusão do ensino médio por parte dos jovens residentes da referida localidade, dados nitidamente expressos nos cadastros habitacionais disponíveis no setor, bem como, nos registros do Centro de Referência em Assistência Social – CRAS do bairro Padre Ulrico.

Além disso, nos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) a respeito do indicador *jovens que não estudam e não estão ocupados*, temos uma significativa redução de 0,9%, saindo de 23,0% em 2018 para 22,1% em 2019. Entre os jovens de 15 a 17 anos que cursam o Ensino Médio, temos uma média de 22,0% quanto aqueles que frequentam a escola em etapa anterior à adequada (IBGE, 2019).

Devemos considerar também que no Brasil, em 2019, mais da metade (50,7%) dos jovens não estavam estudando mesmo sem ter concluído o ensino superior, dados que afetam diretamente as condições de subsistência e desenvolvimento das juventudes, uma vez que tal categoria se encontra intimamente relacionada à escolarização e ao mercado de trabalho.

O Estado do Paraná, em específico, não tem alcançado as metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB - desde 2013, após três anos atingindo-as consecutivamente. Conseguiu-se atingir no ano de 2019 apenas 4,4 dos 4,9 esperados como média. Referimo-nos a uma diferença relativamente pequena se não fosse acompanhado por anos de insuficiência nas medidas estipuladas. Estes dados evidenciam questões complexas e desafiadoras, de que forma e o que é necessário para que possamos

reduzir as taxas de evasão escolar e elevar as médias do IDEB, a fim de promover melhores condições de desenvolvimento aos jovens da classe trabalhadora?

Neste sentido, salientamos que o IBGE, no documento nominado *Síntese de Indicadores Sociais uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira*, edição de 2020, sinaliza que existe uma atenção dedicada à juventude nas agendas de desenvolvimento “em especial à transição da escola para o trabalho, característica dessa etapa da vida definida pela passagem da dependência da infância para a independência na vida adulta, com consciência da interdependência entre os membros da sociedade” (IBGE, 2020, p.107).

A lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, especificamente no artigo 1º, §1º, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade, além de compreender, enquanto direitos básicos das Juventudes, o direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil, o direito à educação, o direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, o direito à diversidade e à igualdade, o direito à saúde, o direito à cultura, o direito à comunicação e à liberdade de expressão, o direito ao desporto e ao lazer, o direito ao território e à mobilidade, do direito à sustentabilidade e ao meio ambiente e, o direito à segurança pública e ao acesso à justiça (BRASIL, 2013, p.27). No entanto, a maioria destes direitos continua longe de ser realidade para grande parte das juventudes brasileiras, o que de forma clara e direta, culmina numa série de prejuízos a este público, dificultando também sua transição à vida adulta.

Educação é, portanto, um direito básico, garantido constitucionalmente desde 1988 a todo cidadão pelo art. 6º, estruturado enquanto política pública e ofertado em centenas de instituições de ensino públicas, gratuitas, laicas e de qualidade. No entanto, esta política pública é perpassada pelos mais diversos desafios e dificuldades, reflexos dos momentos históricos e políticos que constroem dado momento histórico, por exemplo, ora contribuições e avanços, ora ataques e retrocessos aos direitos da classe trabalhadora, neste sentido “para os trabalhadores, a escola pública é um projeto a ser forjado em lutas no capitalismo e, muitas vezes, contra o capitalismo” (MOTTA, LEHER, GAWRYSZEWSKI, 2018, p.312).

Ao mencionarmos os termos *escola* e *capitalismo*, necessitamos, também, conceituar e, por conseguinte, compreender o que são *classes sociais*. Muito se questiona a respeito de uma educação que atenda a todos, de forma igualitária, já que, numa

sociedade regida pelo capital, tendo enquanto lei a mais valia e sua constituição em classes sociais, a escola se fragmenta estruturalmente de forma dual “a partir da qual se delineiam caminhos diferenciados segundo a classe social, repartindo-se os indivíduos por postos antagonistas na divisão social do trabalho” (CAMPELLO, 2008, p.136).

Neste sentido, destacamos as redes escolares de formação dos trabalhadores manuais. A primeira delas é a rede primário-profissional ou rede PP e a segunda rede de formação dos trabalhadores, em caráter intelectual, alcunhada de rede secundário-superior ou rede SS. A referida autora ressalta que a expressão da dualidade presente na escola se manifesta enquanto produto dos mecanismos internos, pedagógicos, de destinação de determinados jovens, para os estudos longos em suas fileiras nobres, enquanto outra parcela executa funções que não necessitam de profundas instruções. Este é o mecanismo de reprodução das classes sociais (CAMPELLO, 2008, p.136).

Em razão disso, para minimamente compreendermos este paradigma “é necessário colocar-se do ponto de vista daqueles que são dela excluídos. A repetência, o abandono, a produção do retardo escolar são mecanismos de funcionamento da escola e que fazem parte de suas características” (CAMPELLO, 2008, p.136). Neste sentido, Frigotto (2004, p. 01) corrobora que os jovens, a que nos referimos nesta pesquisa, têm “rosto definido”, aqueles cuja pertença seja à “classe ou fração de classe de filhos de trabalhadores assalariados ou que produzem a vida de forma precária por conta própria, no campo e na cidade, em regiões diversas e com particularidades socioculturais e étnicas”. São para estes sujeitos que olhamos.

No que diz respeito ao tema evasão escolar, a escola da localidade¹ apresenta dados significativos se comparada a outras instituições de ensino, localizadas em espaços com maior poder aquisitivo. Diante disso, destacamos as taxas do IDEB no ano de 2019, com relação à evasão escolar, considerando duas unidades públicas urbanas de ensino localizadas em contextos periféricos, mais especificamente os Colégios Estaduais Professor Vicente de Carli (bairro São Miguel) com índice de evasão escolar de 14,1 e o Professor Léo Flach (bairro Padre Ulrico) com taxa de 12,6. Somam-se a elas outras duas unidades escolares em contextos não periféricos: o Colégio Estadual Prof. Mário de Andrade (Luther King) com taxa de abandono escolar no ensino médio de 3,3 e Colégio Estadual Beatriz Biavatti (bairro Vila Nova) com taxa de 0,9 pertencente ao mesmo

¹Bairro Padre Ulrico, município de Francisco Beltrão, no estado do Paraná.

município. Com isso, observamos que nas unidades públicas localizadas em zonas não periféricas as taxas estão abaixo de 3,3, enquanto nas unidades públicas localizadas em zonas periféricas os índices chegam a 14,1, números, de fato, expressivos que nos motivam a perguntar: por quais razões os jovens periféricos se evadem da escola em maior número?

Portanto, propomos descrever acerca do fenômeno de evasão escolar limitado ao aspecto econômico, partindo das experiências escolares vivenciadas por jovens egressos, residentes no Conjunto Habitacional Terra Nossa, localizado no bairro Padre Ulrico, região periférica de Francisco Beltrão no Paraná, na tentativa de explicitar as condições objetivas postas pelas macroestruturas escola e mercado de trabalho, para as juventudes periféricas no capitalismo contemporâneo. Assim, nos perguntamos: quais as experiências escolares destes jovens que se evadiram da escola no Conjunto Habitacional Terra Nossa? Quais suas experiências no mercado de trabalho? De que forma as experiências do percurso escolar se entrecruzam com as experiências no mercado de trabalho vividas por esses jovens? Quais são suas expectativas futuras em relação à educação e trabalho?

Como objetivos específicos para esta pesquisa, delineamos compreender a questão social no Brasil relacionada a sua constituição histórica e mudanças no mundo do trabalho; caracterizar como se constituiu o Conjunto Habitacional Terra Nossa e o perfil socioeconômico dos seus jovens; descrever e analisar as experiências na educação formal, visando identificar suas particularidades e categorizar os atravessamentos das experiências no mercado de trabalho e conseqüentemente, sua relação com o percurso escolar.

A aproximação com a comunidade do Conjunto Habitacional Terra Nossa e suas especificidades em âmbito de escolaridade e emprego, despertou a necessidade de uma investigação mais aprofundada sobre a temática, o que nos levou a optar pela categoria social juventudes enquanto recorte metodológico da pesquisa, visto que o fenômeno da evasão escolar, abordado como problemática, incide diretamente sob este grupo social.

Nesta perspectiva, Silva Filho e Araújo (2017) nos remetem a possíveis fatores que os levam ao abandono ou evasão escolar: “drogas, sucessivas reprovações, prostituição, falta de incentivo da família e da escola, necessidade de trabalhar, excesso de conteúdos escolar, alcoolismo, vandalismo, falta de formação de valores e preparo para

o mundo do trabalho”, estes empasses se tornam inevitáveis aos muitos jovens, o que na realidade “engrossam o desemprego ou os contingentes de mão de obra barata” (SILVA FILHO, ARAUJO, 2017, p. 39). Pela amplitude da temática, limitamos neste estudo à análises dos fatores econômicos e suas relações com o fenômeno da evasão escolar, sem desconsiderar a relevância das outras esferas.

Interessa-nos, neste estudo, analisar especificamente o fenômeno da evasão escolar imbricado às condições de trabalho e renda dos jovens do Conjunto Habitacional Terra Nossa, haja vista a intensificação de relações precarizadas de trabalho e que na localidade a ser estudada se expressam no número de jovens – total de 138, especificamente - com baixas remunerações - não possuem renda (8), abaixo de ¼ do salário mínimo (R\$ -260) (45), acima ou equivalente a 1/4 SM (R\$ +260) (61), 1 ou mais SM (R\$ 1.045) (25) – que não trabalham – 5 homens e 28 mulheres - ou inseridos no mercado informal – 7 homens e 4 mulheres (dados da pesquisa, 2020).

Destacamos, ainda, a inserção precoce das juventudes periféricas no mercado de trabalho, fator que diminui as possibilidades de vivência do que Urresti e Margulis (1996) definem como “moratória social”, ou seja, uma espécie de “crédito social”, que permite a postergação pela sociedade, das responsabilidades assumidas pelas juventudes na transição para a fase adulta. Sendo assim, nas palavras de Peregrino (2011), a “[...] moratória social faz referência, portanto, a um tempo doado pela sociedade para que seus jovens experimentem a condição adulta, permitindo-lhes então configurar trajetórias de inserção social com maior autonomia”, no entanto, são pequenas as camadas que desfrutam destas condições inerentes a juventude (PEREGRINO, 2011, p. 281).

Com base nos dados, podemos aferir que um maior nível de escolarização remete a posições no mercado de trabalho com melhores remunerações, fator que incide nas condições para construção de seus meios de subsistência, levando-se, em conta, que um dos principais fatores de evasão é a necessidade de trabalhar, cujas causas refletem numa inserção precoce no mercado de trabalho, em cargos e postos com baixas remunerações que acabam por reduzir o prazo doado pela sociedade para que os jovens assumam as responsabilidades adultas.

Desta maneira, resta-nos questionar a respeito das possibilidades que o recorte definido aqui possui para vivenciar ou não um maior ou menor período de moratória

social, ou seja, como se expressa este conceito diante do recorte definido nesta pesquisa, ao levarmos em consideração o contexto cultural e as características socioeconômicas?

Para que possamos responder estas e outras questões, adotamos a abordagem do Materialismo Histórico, enquanto teoria central. A partir dela, se “busca encontrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo; e a interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos” (MINAYO, 1994, p.24). Adotamos a evasão escolar enquanto fenômeno a ser observado. Já mencionamos que ela decorre de fatores internos e externos às instituições de ensino, bem como enfatizamos a necessidade de trabalhar sobre ela, enquanto principal fator de desistência escolar entre os jovens. Destacamos também a relação direta entre o grau de qualificação dos sujeitos com sua posição na divisão social e técnica do trabalho e conseqüentemente sua classe social. Dito de outro modo, quanto menor for o grau de instrução do jovem, menor é o salário (valor pago pela compra e venda da força de trabalho) e com isso há menos condições materiais de subsistência, como: comer, beber, habitar, vestir-se, locomover-se.

Apontamos, em concordância com outros autores como Campello (2008) e Frigotto (2004) que a educação é dual e classista, a fração de jovens pertencente à classe trabalhadora possui seu período de moratória social usurpado. Necessita, por isso, submeter-se a jornadas árduas de trabalho ao tempo que concomitantemente e carece de manter o compromisso com sua qualificação, para que possa avançar dos postos de trabalho em caráter simples e assumir outros postos característicos de trabalho especializado. Temos, portanto, a formação das chamadas forças produtivas que em sua totalidade se torna basilar à estrutura econômica do capital.

A produção das condições de existência permite aos homens construir determinadas formas de se relacionar, as quais correspondem ao período de desenvolvimento das forças de produção - classe trabalhadora. É na totalidade destas relações que gesta a estrutura econômica sobre ela: uma jurídica e outra política que expressa determinados tipos de consciência. Desta forma, Marx afirma que “o modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 2008, p.47).

A importância da educação, enquanto processo formativo, bem como seu grande potencial de emancipação ou encarceramento de subjetividades, é nítida. Nesta disputa

pela formação das juventudes, assistimos a um quadro cruel e desumano avançar sobre as estruturas jurídicas, assumindo por meio de reformas de base pilares neoliberais que visam à formação técnica e pragmática desta fração de trabalhadores através de um tipo específico de pedagogia: a pedagogia do capital.

Estas transformações ocorrem devido ao que os autores Motta, Leher, Gawryszewski (2018), denominam Nova Conjuntura Política e Econômica de Recomposição Burguesa, Mundial e Local, cujo início se dá com o *impeachment* de Dilma Rousseff, sob normativa da “nova ordem planetária em que a intensificação da exploração do trabalho e o aumento da desigualdade social são expressões robustas” (MOTTA, LEHER, GAWRYSZEWSKI, 2018, p.314).

Laval (2016) destaca que, de forma global, é a economia de mercado, em grande medida, que dita a estruturação da escola. Neste cenário, as empresas mais poderosas veem os jovens como “alvo” comercial que podem ser atingidos por meio de estratégias específicas – em particular a midiática. Estas estratégias, por sua vez, “consistem em transformar desde a primeira infância os cérebros ainda inexperientes em consumidores de mercadorias cada vez mais numerosas e variadas” (LAVAL, 2019, p.126). O caminho para isso? Desenvolver competências e habilidades alinhados às necessidades e exigências da indústria 4.0.

Portanto, pensando nestes aspectos e particularidades históricas da sociedade brasileira que destacamos em nosso primeiro capítulo, apoiado em autores como José Paulo Netto, Marilda Vilela Iamamoto, Maria Carmelita Yazbek, Marx, Francisco de Oliveira, Florestan Fernandes, Gaudêncio Frigotto, Ricardo Antunes, entre outros, a forma como a sociedade brasileira assume um desenvolvimento em caráter periférico, subalternizado, desigual e combinado, visando à extração de mais valia por meio da super-exploração da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que a expropria economicamente, no sentido de despossuí-la, limitando-a a sobreviver tendo que, obrigatoriamente, vender sua força de trabalho por valores e jornadas de trabalho, análogas à escravidão. Neste primeiro capítulo, temos por objetivo compreender a questão social no Brasil relacionada a sua constituição histórica e suas mudanças no mundo do trabalho.

Os jovens dos quais tratamos são filhos da classe trabalhadora pertencentes a classe despossuída economicamente, cuja formação escolar tende a ser específica para a

formação de mão de obra, em caráter simples não especializado, a fim de assumir postos com baixas remunerações, ou mesmo na informalidade, no mercado digital ou fora dele.

Sendo assim, destacamos em nosso segundo capítulo, as características do desenvolvimento urbano do município de Francisco Beltrão, bem como o uso social do solo do Conjunto Habitacional Terra Nossa, no bairro Padre Ulrico, a maior e mais recente movimentação social em prol de moradia, por considerar de suma importância que é notório compreender a forma como o território se constituiu, pois é fundamental para entendermos a dinâmica de vida destes jovens, bem como suas trajetórias escolares.

Destacamos também no segundo capítulo, a forma como o mercado imobiliário constrói, a seu modo, a cidade. Com isso, grupos majoritariamente pobres são desconsiderados. Logo, sofrem com a segregação sócio espacial, econômica, cultural e política ocasionada pelo fenômeno do espraiamento urbano. No entanto, estas massas resistem por meio de enfrentamentos diretos – ocupações populares – e constroem seu espaço em meio a tantos desafios e dificuldades. Sendo assim, objetivamos, aqui, refletir acerca do desenvolvimento urbano de Francisco Beltrão e suas imbricações nos bairros Padre Ulrico e Terra Nossa, tal como, caracterizar perfil socioeconômico dos jovens egressos, com idade entre 18 a 24 anos, residentes especificamente, no Conjunto Habitacional Terra Nossa.

No terceiro capítulo, reservamo-lo a um espaço de debate, onde utilizamos as categorias sociais de análise, numa tentativa de relacioná-las aos debates discorridos no primeiro e segundo capítulo, visando, também, a identificar as particularidades nos relatos, bem como, categorizar os atravessamentos das experiências no mercado de trabalho e, conseqüentemente, sua relação com o percurso escolar dos referidos jovens.

Observamos que os jovens, pertencentes a classe trabalhadora, possuem um curto ou por vezes inexistente período de moratória social, cuja inserção precoce no mercado de trabalho, na maioria das vezes antes dos dezesseis anos, exerce influência central nesta realidade, limitando ou impossibilitando o avanço na escolaridade que irá permitir o avanço dos postos de trabalho em caráter simples, aos postos de maior remuneração.

Vale destacar que assumimos nesta pesquisa, a abordagem qualitativa frente à quantitativa, entendendo que esta abordagem “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais

profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1994, p.21).

Feitas as reflexões acerca da abordagem teórica do materialismo histórico dialético, tal como o caráter metodológico de cunho qualitativo desta pesquisa, seguimos aos recortes e procedimentos metodológicos. Vale lembrar que a metodologia designa o caminho a ser percorrido, à luz do método ou referencial teórico escolhido, bem como os recortes que delimitam a temática, o objeto de pesquisa, os sujeitos e instituições, as formas como tais serão selecionados, além dos procedimentos de coleta e análise de dados. Deste modo, cabe resumidamente responder três questões que delineiam este caminho: Com quem? Como? E por quê?

Nossos sujeitos de pesquisa, portanto, são os jovens residentes no Conjunto Habitacional Terra Nossa, do Bairro Padre Ulrico do município de Francisco Beltrão. Delimitamos alguns critérios de seleção para esta complexa e ampla categoria². Jovens na faixa etária entre 18 e 24 anos com histórico de evasão escolar, ou seja, não concluíram o Ensino Médio. Assumimos com estes, o objetivo de discutir acerca do fenômeno de evasão escolar, assim como analisar suas experiências escolares e como estas se entrecruzam com suas experiências no mercado de trabalho.

Foram utilizadas duas formas de coleta de dados. Pesquisa documental, utilizando dados quantitativos oriundos dos cadastros/registros do Setor Municipal de Habitação de Francisco Beltrão – PR, bem como do Sistema de Índice de Desenvolvimento Social – IDS, disponível na pasta da Assistência Social do município, a respeito da etnia, grau de escolaridade, unidade familiar, renda e empregabilidade dos jovens integrantes do recorte.

A segunda forma de coleta de dados remete às experiências escolares e laborais dos jovens. Como ferramenta, utilizaremos entrevistas semiestruturadas realizadas com estes sujeitos. Conforme Minayo (1994, p.57), por meio da entrevista “o pesquisador

² Segundo o disposto no art.1º, §1º da Lei nº 12.852/2013, a qual Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, temos que: são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. Entretanto, Bourdieu (1984), nos lembra que “a juventude e a velhice não são dadas, mas construídas socialmente, na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas”, também nos lembra que na divisão lógica entre os jovens e os velhos, está em questão o poder, a divisão dos poderes. “As classificações por idade (mas também por sexo ou, evidentemente, por classe...) equivalem sempre a impor limites a reproduzir uma ordem à qual cada um se deve ater, na qual cada um deve manter-se no seu lugar” (1984, p.152).

busca obter informações contidas na fala dos atores sociais”. Após aprovação do Comitê de Ética³, foram entrevistados oito jovens, no período de janeiro a março de 2022. As entrevistas foram gravadas, transcritas, sistematizadas e analisadas.

É importante, ainda, compreendermos que a pesquisa realizada se soma a outras que buscam contribuir no que tange à problematização da concepção daqueles, cujo a resposta ao modelo formal de ensino foi a evasão. Além disso, colocam-se como denúncia as condições vividas pelos jovens das periferias brasileiras, especialmente em relação ao acesso à educação e à escola. Por fim, finalizamos esta contextualização inicial com as palavras de Mészáros (2008, p.16), “no reino do capital, a educação é, ela mesma, uma mercadoria”.

³ O conjunto de questões passou por apreciação ética do Comitê da Unioeste, cujo certificado de apresentação para este fim é CAAE N° 46697021.0.0000.0107, vale ressaltar também que todos os participantes concordaram livremente de participar da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, além de receberem pseudônimos para fins de preservação de suas identidades.

PRIMEIRO CAPÍTULO

[...] comecei a trabalhar desde cedo, com onze anos eu vendia picolé no meu bairro. Eu trabalhava bastante [...] minha mãe trabalhava no mercado, com o tempo a patroa dela me deu uma vaga, comecei a trabalhar lá meio período, ali eu comecei a trabalhar [...] eu ganhava cem pila cara, cem reais por mês, [...] trabalhei um bom tempo lá e estudava a tarde e trabalhava de manhã, daí quando o meu padrinho comprou aquele mercado eu acabei saindo porque a proposta era melhor de 100 eu já fui pra 300 [...] e aí surgiu a oportunidade de trabalhar na fundição, aqui na fundição [...] eu sempre coloquei o serviço em primeiro lugar né? tanto que hoje essa fábrica aqui a gente é dono dela, né? eu comecei aqui com meus dezesseis anos trabalhando aqui, eu trabalhei sete anos pro antigo dono (EMPRESÁRIO, entrevistado em 15 de março de 2022).

1. A QUESTÃO SOCIAL E O MODELO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO NO BRASIL: UMA RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA

O trabalho em campo, ou o ato de entrevistar, me permitiu o contato com diversas personalidades, cada qual com sua trajetória, sua caminhada e suas vivências. Estas mesmas personalidades, no entanto, acabam por compartilhar características estruturais históricas comuns, oriundas de um período específico num determinado momento da história em acordo com o nível de avanço das relações de produção. Pensar nos jovens do Conjunto Habitacional Terra Nossa significa, neste sentido, considerá-los enquanto sujeitos pertencentes a uma geração de indivíduos, em que compartilham uma mesma parcela histórica, de suas características estruturantes e modos de produção material da existência de forma original, ou seja, distintos de outras gerações.

Em meio à realização das entrevistas, conheci um jovem empresário. Um pouco de seu relato encontra-se na epígrafe. Sujeito batalhador, constituiu família cedo e se inseriu de forma precoce no mercado de trabalho. Com onze anos, começou com a venda de picolés. Recebeu, em seguida, uma proposta para trabalhar como entregador de pequenas compras aos clientes mais próximos de um mercado local por cem reais ao mês, embora, também, cumprisse outras funções, passando a trabalhar, depois, em outros mercados com uma perspectiva salarial de trezentos reais.

Aos dezesseis anos, o jovem empresário adentrou na indústria de fundição. Tornou-se torneiro mecânico e encarregado pelos outros funcionários. Não completou seus estudos pela necessidade de trabalhar e sustentar a família que agora possuía. Evadiu-se da unidade escolar no primeiro do Ensino Médio. Resistiu e retornou anos depois e cursou até a metade do terceiro ano, do qual também se evadiu, sem perspectivas de retorno. Atualmente, este jovem tem vinte e três anos. É dono da indústria de fundição, possui onze funcionários - dentre eles primos e o pai - e está investindo na melhoria de sua habitação (EMPRESÁRIO, entrevistado em 15 de março de 2022).

Quero relatar a respeito da curiosa particularidade desta entrevista. Por meio dela, fui convidado a adentrar às portas e conhecer a indústria, os maquinários, a matéria prima utilizada e o processo completo de produção e armazenamento do produto. Pude observar concretamente a forma básica como a indústria deste produto se organizava, o que nos remeteu a um processo de produção segregado, de caráter técnico e multifacetado.

Cada máquina é responsável pela execução de uma das partes do processo, sendo necessário um trabalhador especializado para manuseá-la até a entrega do produto final. Este fato nos leva a outra condição presente no cotidiano do empresário, já que mesmo que possua uma trajetória de vida com certa ascensão social (uma exceção entre todos os entrevistados) sua história na infância e juventude nos remete à questão social de milhões de crianças e adolescentes brasileiros, que adentram muito cedo em trabalhos precarizados. Esta condição possui origem e base histórica, a qual discorreremos nos parágrafos seguintes.

Neste capítulo, fazemos inicialmente um breve retorno aos finais do século XVIII e início do século XIX. Diz respeito a uma retomada sócio-histórica acerca das transformações no mundo do trabalho, com intuito de enfatizar o fenômeno da pauperização enquanto pilar constituinte do modelo capitalista de produção que, por sua vez, sustenta grandes e relevantes transformações agrícolas no campo e na indústria.

Em seguida, pretendemos delimitar a discussão ao âmbito nacional, resgatando algumas características particulares do modo capitalista de produção e do processo de industrialização brasileiro, apoiado em autores como Marx, Francisco de Oliveira, Florestan Fernandes, Ricardo Antunes, entre outros. Esses autores discorrem acerca das possíveis formas como a sociedade brasileira assume um desenvolvimento em caráter periférico, subalternizado, desigual e combinado, sem reforma agrária, visando à extração de mais valia por meio da super-exploração do trabalho e da expropriação da classe trabalhadora, no sentido de despossuí-la, limitando-a a sobreviver, tendo que, obrigatoriamente, vender sua força de trabalho por valores e jornadas, análogos à escravidão. Processo que remonta as origens da sociabilidade burguesa, explicada por Marx (2002, p.829) por meio de uma história ocorrida em passado distante.

Havia, outrora, em tempos muito remotos, duas espécies de gente: uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo econômica, e uma população constituída de vadios, trapalhões que gastavam mais do que tinham. A lenda teológica – Adão e Eva – conta-nos que o homem foi condenado a comer o pão com o suor de seu rosto. Mas a lenda econômica explica-nos o motivo por que existem pessoas que escapam a esse mandamento divino. Aconteceu que a elite foi acumulando riquezas, e a população vadia ficou finalmente sem ter outra coisa para vender além da própria pele. Temos aí o pecado original da economia (MARX, 2002, p.827).

A pobreza é parte fundante do modo de produção da atualidade. Desde sua ascensão, a sociedade segue fragmentada em classes. Em outras palavras, os que possuem

os meios de produção e compram a mão de obra daquela parcela cuja única mercadoria que podem comercializar é sua força de trabalho em troca de um ínfimo valor que garante sua sobrevivência.

Desta forma, a questão social tem por origem o crescimento quase equiparado de pessoas em situação de pobreza ao mesmo tempo em que também se elevam as condições e a força de produção. Vejamos de forma mais aprofundada estas temáticas no tópico a seguir em que discorreremos acerca do aumento das desigualdades sociais diante da ascensão burguesa, seus meios de extração de mais valia e expropriação do trabalhador, que geram de forma compulsória expressões de barbárie na sociedade.

1.1 A gênese da questão social atrelada a desigualdade de classes

O processo industrializante proporcionou mudanças significativas no mundo da produção. Coube destacar que por “mundo da produção”, não nos referimos apenas a produção industrial, mas, sim, ao modo como produzimos e reproduzimos nossa vida social e, por consequência, a realidade material que nos organiza enquanto sociedade. A primeira onda de industrialização foi datada no século XVIII, na Inglaterra (NETTO, 2001, p.42).

O modo de produção, neste sentido, representa a forma como os sujeitos relacionam-se entre si e com a natureza que os cerca, o modo como produzem e reproduzem instituições e estruturas sociais, formas específicas de divisão social e técnica do trabalho, a maneira como organizam e dividem as riquezas socialmente produzidas e, conseqüentemente, suas desigualdades.

De acordo com Netto (2001), é neste movimento de transformação social – processo de industrialização e produção em massa - que registramos pela primeira vez na história a pobreza crescer em semelhante proporção à que se aumentava a capacidade de produção de bens e serviços pela sociedade. Aumentava, contudo, o contingente de força produtiva que, “além de não ter acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida que dispunham anteriormente” (NETTO, 2001, p.42).

Marx (2002, p.835), afirma que “o processo de expropriação do povo recebeu um terrível impulso, no século XVI, com a Reforma e o imenso saque dos bens da Igreja que o acompanhou”, tendo os monarcas que reconhecer oficialmente o pauperismo como realidade e dar assistência aos lavradores empobrecidos no ano 43 do reinado da rainha Elizabeth.

Muitos artesãos e agricultores foram forçados a se enquadrar naquilo que se ofertava pelas elites no momento: a evasão do campo rumo ao trabalho precário oferecido nas indústrias de produção manufatureiras, nos grandes centros urbanos em formação. São estes e outros desdobramentos sócio-políticos como “o roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, a ladroeira das terras comuns e a transformação da propriedade feudal em propriedade privada moderna” (MARX, 2002, p.847), que fazem com que o pauperismo receba a designação “questão social” (NETTO, 2001, p.43).

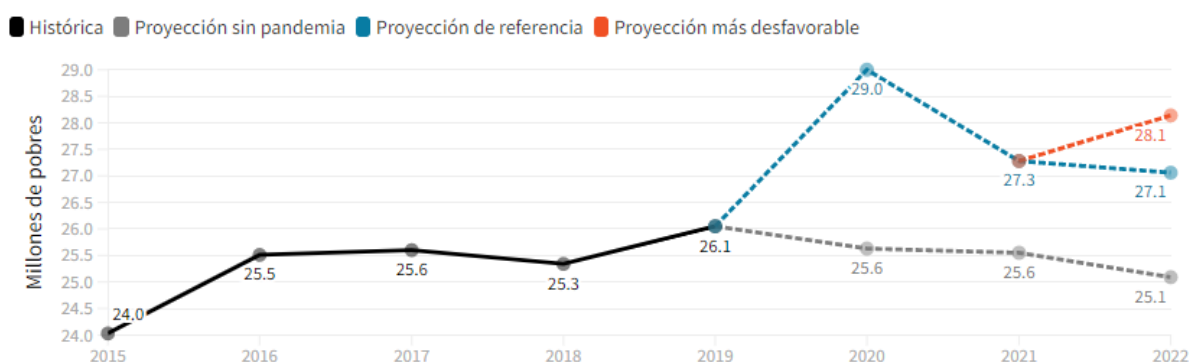
A “questão social”, nesta perspectiva teórica analítica, não tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital (NETTO, 2001, p.46).

Conforme assevera Marilda Vilela Iamamoto (2001), a questão social possui sua gênese na produção coletiva e sua relação com a apropriação privada do trabalho. Afinal, o trabalho é visto como uma atividade essencialmente humana, bem como, a apropriação privada dos meios de produção e das riquezas socialmente produzidas. Neste sentido, a questão social, para a referida autora, caracteriza-se enquanto “conjunto de expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, indispensáveis sem a intermediação do Estado” (IAMAMOTO, 2001, p.17).

A raiz da questão social se encontra na dinâmica de apropriação privada das riquezas socialmente produzidas. Para que a acumulação de capital seja possível, torna-se necessária também, a acumulação da miséria, do desemprego e do domínio das classes. Em outras palavras, a raiz da questão social se encontra no crescimento exponencial e aligeirado da parcela trabalhadora, na medida em que decaem os postos de emprego, gerando um contingente populacional de desempregados que, por sua vez, assegura a valorização do capital e sua conseqüente acumulação pelos proprietários dos meios de produção (IAMAMOTO, 2001, p.15/16).

Em linhas globais, as estimativas referentes ao aumento da pobreza entre 2015 e 2022 demonstram um elevado número - estimado entre 75 a 95 milhões⁴ - de pessoas vivendo na extrema pobreza. Embora de maneira global, ocorra uma queda entre os anos de 2020 na faixa de 713.8 milhões de pessoas a 2022, com estimativa próxima aos 676.5 milhões - projetado nos piores cenários - acontece na América Latina e Caribe, uma elevação considerável neste dado, partindo de 27.3 em 2021 para 28.1 neste ano conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 1: Linha de elevação de pessoas vivendo na extrema pobreza na América Latina e Caribe.



Fonte: <https://blogs.worldbank.org/es/opendata/pandemia-precios-y-pobreza>.

Na coluna intitulada *Pandemia, preços e pobreza*, publicada em 13 de abril de 2022⁵, acessamos importantes informações referentes ao contexto histórico que presenciamos, vistos enquanto fatores que contribuem para o aumento de milhares de pessoas em situação de pobreza extrema no mundo. Por exemplo, o texto jornalístico destaca a crise sanitária global causada pelo vírus COVID-19, além do considerável aumento no valor dos alimentos, tal como das taxas de impostos nos mais variados setores, somando-se ao conflito ainda existente entre Rússia e Ucrânia, em 2023. Acrescemos a estes cenários, o avanço das frentes neoliberais nos postos de poder, cujas reformas vem alterando estruturas sociais e causando profundas transformações no mundo do trabalho, principalmente nos países tidos como subdesenvolvidos.

Maria Carmelita Yazbek (2001, p.34), no livro *Pobreza e Questão Social: expressões da questão social no Brasil*, entende que “pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, pois como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma

⁴ Fonte: <https://blogs.worldbank.org/es/opendata/pandemia-precios-y-pobreza>.

⁵ Escrito por Daniel Gerszon; MahlernishantYonzanruth; HillchristophLaknerhaoyu; Wunobuo Yoshida.

condição de classe e de outras condições reiteradora da desigualdade (como gênero, etnia, procedência, etc), expressando as relações vigentes na sociedade”. Desta maneira, tornam-se produtos resultantes de suas múltiplas relações, capazes de produzir e reproduzir desigualdades sociais nos mais variados planos, seja o econômico, cultural, social ou político, portanto, caracteriza-se pelo enquadramento dos pobres no lugar reservado a eles na sociedade civil (YAZBEK, 2001, p.34).

Do ponto de vista cultural, são realidades que se interpenetram sem linhas rígidas de demarcação, mas de qualquer modo, é possível observar nelas que as ações e representações das classes subalternas correspondem a uma realidade caracterizada pelo lugar que ocupam na trama das relações sociais (YAZBEK, 2001, p.35).

A ideia de riqueza na visão do economista Amartya Sen (2010) se apresenta como um fator crucial e muito importante para a determinação de nossas condições sociais de existência e, conseqüentemente, a qualidade de vida, ao mesmo tempo em que considera de suma importância “entender a natureza restrita e dependente dessa relação” (SEN, 2010, p.28). Sua perspectiva de desenvolvimento pautado na liberdade dos indivíduos de levarem uma vida mais desimpedida e com mais autonomia se difere de visões de desenvolvimento que se baseiam nos níveis econômicos que cada um tem para sobreviver.

Na visão de Sen (2010), o desenvolvimento deve estar relacionado sobretudo com a elevação das condições de sobrevivência e o acesso a bens e serviços públicos de qualidade. Ele acredita que “expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos”, capazes assim de interagir e influenciar o mundo em que vivemos (SEN, 2010, p.29). Sendo assim, esclarece-nos que o crescimento econômico está mais ligado a um clima econômico mais propício do que a um sistema econômico mais rígido (SEN, 2010, p.30).

A perspectiva de pobreza adotada por este autor indica também uma série de privações das capacidades individuais de uma classe específica. Sen (2010), entende que nesta visão de liberdade são envolvidos tanto os processos de ações e tomadas de decisões pelos sujeitos quanto às oportunidades reais que jovens operários possuem, considerando seus contextos pessoais e sociais (SEN, 2010, p.31). Neste sentido, auxilia-nos na compreensão de que “ter mais liberdade para fazer as coisas que são justamente

valorizadas é (1) importante por si mesmo para a liberdade global da pessoa e (2) importante porque favorece a oportunidade de a pessoa ter resultados valiosos” (SEN, 2010, p.33).

A privação de liberdade pode surgir em razão de processos inadequados (como a violação do direito ao voto ou de outros direitos políticos e civis), ou de oportunidades inadequadas que algumas pessoas têm para realizar o mínimo que gostariam (incluindo a ausência de oportunidades elementares como a capacidade de escapar de morte prematura, morbidez evitável ou fome involuntária) (SEN, 2010, p.31).

Em concordância com Amartya Sen (2010), Marilda Vilela Iamamoto (2001) esclarece que o regime capitalista de produção é um processo de produção das condições materiais da vida da espécie humana, como também um processo que se desenvolve, necessariamente, sob relações sociais, históricas e econômicas de uma determinada produção (IAMAMOTO, 2001, p.11). Iamamoto (2001), destaca a existência de uma indissociável relação entre a produção de bens com a forma econômica como isso ocorre, ou seja, expressa-se enquanto “a totalidade das relações entre os homens em uma sociedade historicamente particular, regulada pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social” (IAMAMOTO, 2001, p.11).

Ressalta-se que vivemos num modelo de sociedade em que o caráter predominante e determinante é a mercadoria, a “força de trabalho” vendida pela classe trabalhadora à classe dominante, que é em si mesma concebida enquanto mercadoria e não como livre expressão constituinte dos sujeitos e das realidades que estes vivenciam. Nas palavras de Iamamoto (2001), o capitalista e o trabalhador assalariado aparecem como personificações do capital e do trabalho que, por sua vez, são “portadores de determinados caracteres sociais que o processo social de produção imprime aos indivíduos sociais, produtos destas relações, no âmbito das quais afirmam seu protagonismo” (IAMAMOTO, 2001, p.13).

O que gostaríamos de enfatizar neste tópico, são os processos de privação das capacidades individuais de uma classe social específica em não usufruir de uma vida com mais sentido e motivações pelos mais variados setores, com destaque para o campo da educação. Ser capaz de possuir seu direito de participação social, requer, na visão de Amartya Sen (2010), que os “conhecimentos e um grau de instrução básico, negar a oportunidade da educação escolar a qualquer grupo – por exemplo, às meninas – é

imediatamente contrário as condições fundamentais da liberdade participativa” (SEN, 2010, p.48).

Sen (2010), evidencia no texto que até nos países mais bem-sucedidos economicamente, é exorbitante o número de pessoas imensamente desfavorecidas, carentes de oportunidades que são básicas, como o acesso a serviços de saúde, à assistência social, seguridade trabalhista, educação funcional, empregos com melhores remunerações ou segurança econômica e social. Assim, conclui que “mesmo em países muito ricos, às vezes a longevidade de grupos substanciais não é mais elevada do que em muitas economias mais pobres do chamado Terceiro Mundo” (SEN, 2010, p.29). No entanto, para Sen (2010), romper com essa série de privações das capacidades individuais dos sujeitos levarem uma vida como gostariam, significa suprimir a sociedade de classes e seus padrões de produção e reprodução das desigualdades sociais.

Nesta perspectiva, Netto (2001), aclara que é o desenvolvimento do modelo capitalista que produz, de forma compulsória, a “questão social”, em diferentes – porém sempre combinados - estágios capitalistas, responsáveis pela produção dos mais diferentes tipos de expressões ou manifestações da questão social, remete-nos ao fato de que não se trata de sequelas adjetivas ou transitórias dentro do regime capitalista, a existência da pauperização e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital, fator que torna o capitalismo potência social dominante. Sendo assim, conclui que “a “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira, conservando-se o segundo” (NETTO, 2001, p.45). Por este ângulo, lembra-se de Marx (2002) em *O Capital, livro I*, no último parágrafo do capítulo XIV, ele desenvolve a seguinte conclusão:

A transformação da propriedade particular esparsa, baseada no trabalho próprio dos indivíduos, em propriedade privada capitalista, constitui naturalmente, um processo muito mais longo, mais duro e mais difícil que a transformação em propriedade social da propriedade capitalista que efetivamente já se baseia sobre um modo coletivo de produção (MARX, 2002, p.877).

Marx (2002), faz a alusão ao poder da classe operária frente as contradições do capital, uma classe que, consciente de sua condição e unida enquanto classe em si e para si, considerando que os alicerces de expropriação da burguesia surgem sob os antigos pilares de acumulação primitiva do Feudalismo, na contramão da agricultura familiar coletiva que já existia.

Desintegrada a velha sociedade, de alto a baixo, por esse processo de transformação, convertidos os trabalhadores em proletários e suas condições de trabalho em capital, posto o modo capitalista de produção a andar com seus próprios pés, passa a desdobrar-se outra etapa em que prosseguem, sob nova forma, a socialização do trabalho, a conversão do solo e de outros meios de produção em meios de produção coletivamente empregados, em comum, e, conseqüentemente, a expropriação dos proprietários particulares. O que tem de ser expropriado agora não é mais aquele trabalhador independente, e sim o capitalista que explora muitos trabalhadores (MARX, 2002, p.876).

Portanto, com intuito de contribuir com a organização e formação coletiva da classe operária que pretendemos no próximo tópico destacar as particularidades históricas do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil. Este recorte nos permite captar e refletir acerca das particularidades vivenciadas em um determinado tempo e espaço da história por um grupo étnico social específico. No entanto, é recomendável ter em mente que num passado não muito distante “houve a expropriação da massa do povo por poucos usurpadores; hoje, trata-se da expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo” (MARX, 2002, p.877).

1.2 A particular expansão industrial no Brasil: breve contextualização

O fenômeno de pauperização se manifesta nas mais diferentes situações de nosso dia-a-dia, como afirma Yasbek: “a violência da pobreza é parte da nossa experiência diária”. Assistimos, dia após dia, à elevação das taxas de pessoas em situação de vulnerabilidade, marcada pelas transformações no modo de produção vigente, sejam estas no quesito produção e renda, com o aviltamento do trabalho, do desemprego, dos empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não impregáveis e supérfluos, sejam nas políticas sociais públicas, como a debilidade da saúde, no desconforto da moradia precária e insalubre, na alimentação insuficiente, em que os reflexos se expressam em sinais que delimitam condições de existência, como “a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão, e o medo” (YASBEK, 2001, p.35).

Pensar num conceito de liberdade, na perspectiva de Amartya Sen (2010), implica também preocupar-se com a qualidade de vida, concentrada na forma como os sujeitos vivenciam conforme as opções dadas, como irão levar sua vida e não somente pautados em dados acerca da riqueza ou renda que possuem, mesmo parecendo um distanciamento

das tradições econômicas (SEN, 2010, p.39). Distante ou não desse pensamento, a motivação pela qual surge a economia encontra-se justamente na “necessidade de estudar a avaliação das oportunidades que as pessoas têm para levar uma vida boa e as influências causais sobre essas oportunidades” (SEN, 2010, p.40).

Neste sentido, destacamos alguns dados relacionados ao tema, disponibilizados pelo Núcleo de Inteligência Social (NIS) através do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) do Brasil, publicado em novembro de 2020, conforme exposto, de um total de 58.051.449 domicílios no território brasileiro, em 2010, foram identificados cerca de 1.075.360 – 1,85% - pobres multidimensionais.

Em domicílios com crianças de 0 a 11 anos o número observado foi de 580.693 em um total de 23.051.138 (2,52%), e em domicílios sem crianças, 494.667 em um total de 35.000.311 (1,41%). Estes valores percentuais indicam a incidência do fenômeno, ou seja, qual a representatividade dentro de seu recorte específico. Sendo assim, fica explícito que a incidência de pobreza em domicílios com crianças era maior do que a observada para o total brasileiro e para o recorte sem crianças (NIS, 2020, p.32).

De acordo com Machado (2020), a análise da pobreza deve ser tomada sob dois pontos fundamentais. O primeiro deles diz respeito à estrutura fundiária brasileira e o segundo refere-se ao modo de produção adotado. Partiremos também destes dois pontos. Para tanto precisamos considerar, conforme expõe Florestan Fernandes, que não vivemos em modelos de desenvolvimento graduais e contínuos, mas desiguais e combinados. Desigual devido às contradições entre as classes, de fato antagônicas. Estes não são aspectos semifeudais ou pré-capitalistas, porque os traços imperialistas são o próprio capitalismo real, não são resquícios atrasados ou arcaicos. Combinado, pois o trabalho como expressão da barbárie aliado a suas relações arcaicas de exploração da mão de obra operária, alimentam, sustentam e nutrem os setores modernos de extração de mais-valia e estes, são forjados sob elas.

Vale lembrar a metáfora do ornitorrinco, descrita por Francisco de Oliveira (2003) ao argumentar sobre as condições sob as quais se molda a política econômica no Brasil, sua forma mais especificamente, com alguns destaques, “nenhum resíduo pré-capitalista”, “um setor industrial da Segunda Revolução Industrial completo”, já avançado pela “Terceira Revolução, a molecular-digital ou informática”, com padrões imperialistas análogos a escravidão (OLIVEIRA, 2003, p.132/133).

A transição do campo para a cidade é regida por modelos de organização do trabalho, cuja bases culminam em processos específicos de exploração da mão de obra por meio da lei da mais valia, ao mesmo tempo em que ocorre o processo de expropriação dos trabalhadores, no sentido mais literal do termo, os despossuir para que reste apenas uma única alternativa de sobrevivência, a venda de sua força de trabalho. Esta é a estratégica problemática do capitalismo. É possível coexistir tempos históricos desiguais numa mesma formação econômica e social. É relevante considerar, portanto, que as indústrias, a manufatura e os serviços são formas emergentes de se aplicar e organizar o tempo de trabalho da população campestre, até então aplicado na agricultura (RANGEL, 1954 *Apud* MACHADO, 2020, p.114).

Historicamente, a estrutura fundiária brasileira, ou a forma de distribuição e acesso à terra, nasceu sob o domínio da grande propriedade rural, sendo, portanto, desigual, através da divisão do território brasileiro em capitânicas, que marcou os primeiros séculos de ocupação. Esta conjuntura perdura por longos períodos na formação sócio espacial do Brasil, em que “o domínio da terra era do Estado, sendo concedida a vassallos da Coroa Portuguesa, permanecendo, entretanto, sob posse da Coroa” (MACHADO, 2020, p.115).

Anos mais tarde, já na década de cinquenta que o Brasil inicia seu processo de transição entre o modo de produção capitalista industrial inglês pelo capitalismo financeiro norte-americano, de cunho liberal, vale destacar. Em contexto nacional, passamos por um novo rearranjo na organização territorial do país, provocado pela “substituição dos comerciantes de *export-import* ligados à Inglaterra pelos industriais nacionais, financiados pelo sistema bancário norte-americano” (MACHADO, 2020, p.117).

De acordo com Rangel (1954 *apud* Machado, 2020), o processo de industrialização no Brasil avançou a passos largos. Para isso, foi preciso uma quantidade cada vez maior e mais precarizada de mão de obra que, por sua vez, foi “retirada da agricultura em um acelerado processo de urbanização, ao mesmo tempo em que a demanda por bens agrícolas ampliava” (MACHADO, 2020, p.114). No campo, permanece a antiga oligarquia, proprietária da maior parte da estrutura fundiária no Brasil, conforme Machado (2020). Apesar de a oligarquia agrária exportadora ter sido desestruturada na década de trinta, ergueu-se sob os destroços o latifúndio agrário voltado

ao mercado interno e ao industrial. Desta maneira, mesmo com a alteração de poder, a estrutura agrária permaneceu intacta (MACHADO, 2020, p.118).

Em consonância com Machado (2020), destacamos as palavras de Oliveira (2003) quem também afirma que houve transformações profundas partindo da Revolução de trinta e que “adquire consistência com a chamada industrialização por substituição de importações” (OLIVEIRA, 2003, p.128). Ao longo das décadas seguintes, mantém uma estrutura de produção arcaica e com grandes dificuldades de acesso à terra, condições em que sobrevivem a maior parte da população que, em grande parcela, se encontra despossuída e carece de migrar de forma forçada, sem mais opções “para os centros urbanos em busca de trabalho” (MACHADO, 2020, p.118).

Tal realidade gerou sérios problemas de abastecimento, que era agravado em grande medida pela estrutura de comercialização dos produtos agrícolas brasileiros, controlada por um número restrito de grandes empresas monôpsônicas e oligopsônicas, que compravam toda a produção agrária a preços baixos para revende-los a preços extremamente altos aos consumidores finais. Ora, assim sendo, os itens de primeira necessidade (alimentação, etc.) se tornavam extremamente caros, diminuindo o poder de compra dos consumidores aos demais produtos de consumo dos trabalhadores (considerados de segunda necessidade), prejudicando o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro (MACHADO, 2020, p.118).

Francisco de Oliveira (2003), em sua obra *Crítica à razão dualista*, esclarece que o particular processo de desenvolvimento econômico do Brasil, ex-colônia de Portugal, com a reestruturação produtiva, tornou-se periferia global. Sua função histórica é abastecer com elementos produzidos internamente para a acumulação de capital nos centros dominantes (OLIVEIRA, 2003, p.126).

A metáfora do ornitorrinco descreve bem essa singularidade histórica, nas palavras de Francisco de Oliveira (2003), constitui-se enquanto Estado nação altamente urbanizado, possuidor de pouca força de trabalho e população no campo, somando-se a um completo setor industrial da Segunda Revolução Industrial, repaginado pela Terceira Revolução, a molecular-digital ou informática. É também possuidor de uma estrutura de serviços muito diversificada e humanizada do lado vinculado aos estratos de altas rendas, enquanto noutra ponta, oferta serviços por vezes precarizados, num padrão extremamente primitivo quando vinculado ao consumo dos estratos pobres (OLIVEIRA, 2003, p.132/133).

Oliveira (2003) considera, portanto, que as determinações contraditórias mais evidentes se encontram na combinação do rebaixamento da força de trabalho com a dependência econômica externa, na medida em que “a primeira sustentou uma forma de acumulação que financiou a expansão, isto é, o subdesenvolvimento, [...] mas combinando-se com a segunda produziu um mercado interno apto apenas a consumir cópias, dando como resultado uma reiteração não virtuosa” (OLIVEIRA, 2003, p.143).

Nesta lógica, depender economicamente de entidades externas, cria, também, de acordo com o referido autor, uma dívida financeira interna igualmente espantosa, tida enquanto única política com capacidade para enxugar a liquidez interna do país que é causada exatamente pela entrada de capitais estrangeiros especulativos. Neste sentido, também se configura como um adiantamento sobre a produção que ainda será entregue, de modo que a soma das dívidas internas seja aproximada do valor referente à dívida externa. Oliveira (2003) conclui que “para se produzir um Produto Interno Bruto - PIB anual, é preciso endividar-se na mesma proporção”, a este processo, denominamo-lo “reiteração da financeirização da economia” (OLIVEIRA, 2003, p.135).

Especialmente a partir dos anos de 1970, o cenário de desigualdade e pauperização se amplia em larga escala com a modernização no campo, e com a transformação do latifúndio feudal em latifúndio capitalista (MACHADO, 2020, p.119). Sem muitas opções de emprego nas cidades, muitos dos trabalhadores do campo, por vezes, sem instrução, analfabetos, entre outros, passam a se empregar em ramos como construção civil, nas atividades agrícolas, residindo nas periferias, resultante da baixa remuneração e nenhuma proteção social, sem posse definitiva da terra, “transformando-se em trabalhadores semi-assalariados temporários (os denominados boias-frias)” (MACHADO, 2020, p.119-120).

A indústria, entre os fins do século XIX e início do século XX, conforme Machado (2021), coloca-se como “induzidora de mão de obra”, justamente por conta da produção manufatureira por utilizar equipamentos e instalações pré-industriais, os quais necessitavam de um número maior de trabalhadores para operá-los. No entanto, após o processo de substituição por importações e processo de modernização industrial, ela deixa de ser “induzidora de mão de obra” e passa a ser “induzidora de capital”. Com isso, aumenta-se o número de desempregados que emigrara para as cidades, mas que as indústrias já não davam mais conta de absorver, fator que “amplia o exército industrial de reserva e agrava os problemas sociais como os inchaços urbanos, a favelização,

criminalidade, etc., criando também uma crise urbana que permanece até hoje” (MACHADO, 2020, p.121).

A questão da modernização do campo, já gestada desde as décadas de cinquenta, sessenta e setenta, merece uma explicação mais elaborada, visto que se trata de um período crucial da história brasileira, com transições entre as visões de desenvolvimento, a subordinação nacional ao mercado internacional, consumindo suas cópias *versus* o investimento numa política econômica interna, nacional e mais livre. De acordo com Almeida (1996), são distintas as visões de desenvolvimento vigentes e em expansão naquela época, além de apontar importantes considerações a respeito da ideia de desenvolvimento.

Almeida (1996), ressalta a proposição desenvolvimentista recomendada aos países de terceiro mundo em meados da década de sessenta, afirma que a concepção de “desenvolvimento” foi concebida a partir dos padrões disseminados pelos países centrais, ou melhor “foi tomada emprestada daquela seguida pelas nações ocidentais, hoje consideradas ricas ou avançadas industrialmente” (ALMEIDA, 1996, p.10). Para países como o Brasil, se tiverem por desejo maiores posições na divisão internacional, era necessário repetir o processo industrializante que teve êxito nos países “ricos” e “avançados”, como ocorre nos países ocidentais. No entanto, o empecilho se encontrava na forma como seria transferido este processo de industrialização exitoso, tido como modelo a todos, aos países subdesenvolvidos, por vezes, sem estruturas para recebê-los (ALMEIDA, 1996, p.10).

A ideia-mestre de desenvolvimento que fundamenta esta visão reside no “paradigma do humanismo ocidental”; ou seja, na compreensão de que o desenvolvimento socioeconômico é provocado pelos avanços técnico-científicos, assegurando ele próprio o crescimento e o progresso das virtudes humanas, das liberdades e dos poderes dos homens. O que parece emergir como verdade suprema desta visão de desenvolvimento pode ser sintetizado como: desenvolvimento técnico-científico, desenvolvimento socioeconômico, progresso e crescimento (ALMEIDA, 1996, p.10).

Esta perspectiva, teve mais difusão por conta de seu caráter fluído e de seus objetivos humanistas. Desta forma, o termo "desenvolvimento" recebe sentido assertivo, sem perspectiva de erros e impactos negativos “pois desenvolver-se seria forçosamente seguir em uma direção ascendente, rumo ao mais e ao melhor” (ALMEIDA, 1996, p.10). Por isso, não é verdadeira essa analogia, já que “cada desenvolvimento biológico é a

repetição de um desenvolvimento precedente inscrito geneticamente”, ou seja, nas palavras da autora “é, portanto, o retorno cíclico de um passado, e não a construção inédita do futuro” (ALMEIDA, 1996, p.10).

Ao considerar esta ideia específica de desenvolvimento, Almeida (1996) alega haver uma espécie de equívoco em relação à conotação oficial do termo. Dito de outro modo, a ideia de desenvolvimento como repetição do passado, sem considerar características específicas dos países, nem mesmo as múltiplas identidades culturais, é aplicada de forma uniformizante. Em oposição às "originalidades" e “características singulares dos povos e das culturas”, concebe enquanto um único modelo que se expande em desfavor de todas as diferenças de situação, de regime e de cultura (ALMEIDA, 1996, p.10/11).

Nunca foi transparente e clara a fronteira entre modernização e desenvolvimento. Na perspectiva de Almeida (1996), a modernização indica “a capacidade que tem um sistema social de produzir a modernidade”, já a industrialização, se configura enquanto “a vontade dos diferentes atores sociais (ou políticos) de transformar sua sociedade”. Neste sentido, declara que “a modernização é um processo e desenvolvimento uma política” (ALMEIDA, 1996, p.11). Neste único modelo, as nações são forçadas a optar pela racionalização e pela vida privada, ou se aprofundar na contracultura, no “antidesenvolvimento” e escapar do subdesenvolvimento, restando-lhes apenas cair num isolamento, em favor da defesa pura e simples de identidades culturais (ALMEIDA, 1996, p.11).

Tal reflexão, leva-nos a uma questão central da modernidade. Diz respeito à possibilidade de gerar o nascimento de um novo modelo de desenvolvimento, que possua bases para as esferas social, econômica, cultural e ambiental de uma forma mais sustentável e justa socialmente (ALMEIDA, 1996, p.11). Neste sentido, consideramos importante destacar brevemente as formas pelas quais o processo de produção foi gerido no decorrer da história. Ao conhecê-los, podemos ter mais clareza acerca do sócio metabolismo do capital e seu processo desigual e combinado de perpetuação. Vale lembrar que todas as formas de gestão do trabalho descritas no tópico a seguir permanecem vigentes na realidade material no mundo do trabalho atual e exercem forte influência sob a subjetividade dos trabalhadores, em destaque às juventudes das periferias.

1.3 Expropriação e exploração: pilares do capitalismo real

Descrever os fenômenos de expropriação e exploração da classe trabalhadora é um destaque necessário, pois demarca importantes aspectos do capital, principalmente sua forma onítorresca de incorporar práticas sob a gestão do trabalho, de forma alienada e alienante ao longo da história. É, por isso, necessário para retratar sua sede em tornar suas presunções ideológicas ativas e vigentes, universalmente globais, ao perpetuar suas práticas escravistas de extração e expropriação. Por isso, vale ressaltar que as particularidades industriais se tornam parte constituinte do capitalismo real conforme avançam os modelos de produção segundo afirma Marx (2002).

O prelúdio da revolução que criou a base do modo capitalista de produção ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Com a dissolução das vassalagens feudais, é lançada ao mercado de trabalho uma massa de proletários, de indivíduos sem direitos [...]. Opondo-se arrogantemente ao Rei e ao Parlamento, o grande senhor feudal criou um proletariado incomparavelmente maior, usurpando as terras comuns e expulsando os camponeses das terras, os quais possuíam direitos sobre elas, baseados, como os do próprio senhor, nos mesmos institutos feudais (MARX, 2002, p.831/832).

O novo modelo de acumulação não considerou outros padrões que não ele próprio, ou seja, “o sistema capitalista exigia, ao contrário, a subordinação servil da massa popular, sua transformação em mercenários e a conversão de seu instrumental de trabalho em capital (MARX, 2002, p.834). A subordinação campesina aos novos “proprietários” das terras progride no século XVIII, ao tornar a própria lei o vínculo do roubo das terras pertencentes ao povo. Desta forma, “o roubo assume a forma parlamentar que lhe dão as leis relativas ao cercamento das terras comuns, ou melhor, os decretos [...] de expropriação do povo [...]” (MARX, 2002, p.838).

Já no século XIX, conforme expõe Marx (2002), “perdeu-se naturalmente a lembrança da conexão que existia entre agricultura e terra comunal [...]. O último grande processo de expropriação dos camponeses é finalmente a chamada limpeza das propriedades, a qual consiste em varrer destas os seres humanos” (MARX, 2002, p. 842). Neste sentido, podemos considerar que o tipo de trabalho que se desenvolveu com a industrialização capitalista do século XX formou subjetividades que se moldaram numa realidade objetiva específica, cujo modelo de produção foi a influência central.

O avanço do sistema taylorista de gestão do trabalho por exemplo, não só construiu uma realidade objetiva, mas exerceu o controle sobre os corpos, com o incessante objetivo de extrair o conhecimento da classe trabalhadora a fim de liquidar seu poder de barganha diante da venda de sua força de trabalho. Em outras palavras, o resultado do esforço teórico no modo taylorista de produção sempre foi pautado na suspensão de toda forma de negociação ou concessão do capital para o trabalho e instituir, abertamente, o consumo da força de trabalho pelo capital.

Segundo Antunes e Pinto (2018), a “guerra” entre capital e trabalho no taylorismo foi reduzida por seu criador a um problema gerencial, cuja solução era dividir as atividades intelectuais e manuais entre os trabalhadores da gerência e os operacionais, mesmo ambos assalariados. Esta separação entre executores intelectuais e manuais reservava à gerência as atividades intelectuais e ao operariado as estritamente manuais, promovendo, de acordo com Taylor, uma maior cooperação entre estes status e acabaria por eliminar o baixo rendimento proposital dos próprios trabalhadores (ANTUNES, PINTO, 2018, p.15).

Estas práticas que envolvem a separação das atividades predominantemente manuais das intelectuais modela um sistema de administração – administração por iniciativa e incentivo - a partir do qual a iniciativa do trabalhador é descartada como um meio para obtenção de produtividade. Visam, então, a uma cooperação e a um benefício mútuo entre trabalhadores além de reduzir toda forma de saber-fazer do trabalho a *status* de tarefas, descritas antecipadamente pelos gestores com instruções de o que e como fazer, instruções repassadas aos demais trabalhadores.

Já o sistema fordista de produção, que ganhou espaço anos mais tarde, foi mais que um sistema de gestão do trabalho fabril, segundo Antunes e Pinto (2018), que caracterizou a subalternização da classe trabalhadora às condições sociais e políticas da reprodução do capitalismo em suas bases industriais. Pauta-se num conjunto de práticas que objetiva extrair o maior rendimento possível dos trabalhadores, concebendo o trabalho como uma tarefa ética natural ao gênero humano, um tom valorativo que coloca a categoria trabalho com o compromisso moral de prestação de serviços à sociedade.

Nesta linha de produção, os trabalhadores são fixados nos postos de trabalho, sem deslocamento pela empresa, se convertem em “apêndices” da maquinaria. Em suma, o

sistema Taylorista-Fordista caracterizou a submissão da qualificação dos trabalhadores aos ditames da subsunção real do trabalho ao capital (ANTUNES, PINTO, 2018, p.27).

O capital, portanto, deflagrou reformas nos processos produtivos, abrindo possíveis alternativas ao prevailecimento do sistema taylorista-fordista de gestão. Dentre as muitas possibilidades, foi o modelo japonês, oriundo da experiência da Toyota Motors Company, que teve maior impacto e difusão social. Neste sentido, os autores concluem que “o toyotismo configurou um novo padrão de acumulação que, sem abolir no todo, veio combinar elementos de continuidade e descontinuidade do modelo anterior” (ANTUNES, PINTO, 2018, p.41).

Em seus traços básicos, o toyotismo estabelece uma produção mais diretamente vinculada à demanda, diferenciando-se, com frequência, da produção em série e de massa do modo anterior. É um sistema que se estrutura no trabalho em equipe, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo, baseando-se num processo produtivo flexível onde o trabalhador irá operar, simultaneamente, várias máquinas, pautados no princípio do *Just in time*, metodologia que busca reduzir continuamente todo “estoque” de tempo e de efetivos. (ANTUNES, PINTO, 2018, p.41/42).

Estas práticas resultam, portanto, numa estrutura produtiva mais horizontalizada, aspecto que se estende também a toda rede de subcontratação das empresas, ampliando a chamada terceirização (ANTUNES, PINTO, 2018, p.41/42). Esta retomada aos modelos de gestão do trabalho, nos remete ao nosso entrevistado: o “Empresário”, sua trajetória na escola, inserção no mercado de trabalho e a experiência na fundição.

Gostaríamos de mencionar a respeito de sua empolgação ao tratar sobre as temáticas na entrevista, com enfoque na categoria "trabalho". Seu discurso é permeado por diversas manifestações de entusiasmo ao relembrar os cargos, as instituições e as tarefas que desempenhou, vistas como memórias nitidamente gratificantes. Entretanto, foram muitos os relatos das dificuldades que enfrentou durante o processo, que vão desde prejuízos a sacrifícios que fez para manter de pé seu objetivo. Destacamos um deles, a título de exemplo, pois não pretendemos nos alongar.

Eu iniciei em junho aqui (fundição), passei julho, agosto e setembro, 3 meses tipo assim, aos trancos e barrancos, sem telhado, virado numa praga isso aqui, meu melhor amigo era o Climatempo, que eu olhava lá vai chover tal hora, eu calculava, cara, vai chover as 10 da manhã, eu vou pegar e encher o forno 2 da manhã até as 7 ele está pronto e antes

das chuva eu termino, beleza, lá vai o [Empresário], liga o forno as 2 da manhã, 7 da manhã quando eu tava limpando o forno, bahh! chuva “véia” e cara aquilo lá é explosivo, a temperatura que ele tá, entra água ali dá um choque térmico aquilo lá explode tudo e eu com um guarda chuva tirando a água pra fora, eu passei as minhas cara (EMPRESÁRIO, entrevistado em 15 de março de 2022).

A empolgação para melhorar de vida é ambígua, ao mesmo tempo em que desperta alegria e ânimo. Também torna invisíveis a nós as dificuldades e as diversas situações, as quais somos submetidos para sobreviver. Diz respeito a contextos arriscados que embora nos pareçam desafios remetem-nos a conquistas, num ar meritocrático, que fazem parte do engenhoso sócio metabolismo do capital.

Arriscados não apenas de forma literal, material, mas também no campo simbólico, já que tal contexto neoliberal nos põe diante de incertezas e inseguranças, rumo a um mercado sem seguridade social ou direitos assegurados. Faz referência a Mercado, em que a renda emerge da exploração do trabalho do homem pelo próprio homem. Diz respeito a um universo em que a renda provém da aplicação da mais valia e da apropriação privada dos meios de produção, submetendo os sujeitos a uma condição comum aos pertencentes a classe trabalhadora, a venda de sua força de trabalho. Os relatos do entrevistado nos remetem a muitas dificuldades, conforme expresso na passagem abaixo:

O dia em que nasceu minha filha, foi em 2020, eu não tinha dinheiro pra abastecer o carro pra ir buscar ela, sabe? Mais pra frente quando minha nenê começou a comer papinha, eu não tinha 2 reais no bolso pra comprar um pãozinho pra fazer uma papinha, então eu passei por bastante dificuldade (EMPRESÁRIO, entrevistado em 15 de março de 2022).

Ao ler este depoimento, é mais que justo nos questionarmos se seria o empreendedorismo assim tão efetivo enquanto alternativa aos jovens operários, no intuito de alcançarem melhores condições de vida? Dentre os oito entrevistados apenas um percorre este caminho, ou melhor, dentre os 138 cadastros, conforme apresentado na tabela número 2, p.92 e analisados na pesquisa documental, apenas um apresenta esta trajetória e sob imensas dificuldades estruturais e financeiras.

Ao adentrar à fundição e conversar com os trabalhadores, a materialidade torna mais claro alguns pontos acerca da própria bibliografia teórica utilizada neste trabalho. Destacamos a divisão entre tarefas gerenciais e operacionais, o trabalho manual separado do intelectual, marco da gestão Taylorista de produção, para a maioria dos trabalhadores,

que embora possua flexibilidade nas tarefas e alternância de funções manuais, não exerce funções administrativas, com exceção do próprio entrevistado que por ser o dono da indústria e ainda não possuir capital suficiente para até mesmo não precisa exercê-las, é comprometido tanto com as tarefas da gerência quanto às operacionais.

A experiência do Empresário com as máquinas lhe acrescenta uma posição de liderança aliada ao fato de que possui familiares trabalhando ao seu lado. Neste caso, podemos arriscar vislumbrar neste rapaz um trabalhador flexível, disposto aos riscos de empreender e com vitalidade e determinação para ser bem-sucedido em sua caminhada. Arriscamos, também, aferir uma condição de polivalência ao seu trabalho, porque não possui uma posição fixa e por isso exerce as mais variadas funções – características do modo Toyotista de produção.

É nobre a trajetória deste rapaz, por pertencer à classe trabalhadora: um operário, periférico e determinado a conquistar melhores condições de vida. No entanto, há uma sensação ambígua, pois mesmo com tantas conquistas e vitórias, sua condição não difere da condição dos outros entrevistados, pelo fato de ele também pertencer à classe operária, de comercializar sua força de trabalho e seus conhecimentos. Todavia, o fato de ele ser empresário, ainda que com poucos ganhos, aproxima-o de outra classe social: aqueles que são os donos dos meios de produção. Ao ser questionado se considera importante estudar na escola, o empresário nos relatou suas intenções futuras, razão pela qual está focado na alteração de suas condições sociais para o provimento de melhores condições a sua filha.

É muito importante, tanto que eu to trabalhando assim pra que o futuro da minha filha, pra eu poder dar tudo que ela precisa, entendeu? Levar regrado, mas dá tudo que ela precisa pra se encaminhar e não precisar tipo ah, tenho que fazer uma faculdade mas tenho que trabalhar, não! quero chegar nesse ponto de eu bancar ela pra ela só focar nos estudos, porque uma pessoa com estudo é tudo, né? (EMPRESÁRIO, entrevistado em 15 de março de 2022).

Para o Empresário, a escola é tão importante que aposta e vislumbra nas gerações futuras, condições diferentes das suas. O seguinte trecho do relato “*quero chegar nesse ponto de eu bancar ela (sua filha) pra ela só focar nos estudos, porque uma pessoa com estudo é tudo, né?*” (EMPRESÁRIO, entrevistado em 15 de março de 2022), fez com que pudéssemos observar duas condições de existência: a primeira delas faz referência ao tempo presente: um jovem egresso que trabalha desde seus onze anos e que, por isso, podemos dizer que não vivenciou o período de moratória social reservado às juventudes.

Nestas condições, vislumbramos um tempo futuro em que as próximas gerações de filhos da classe operária não sejam sujeitados à supressão de suas capacidades, tanto manuais como intelectuais, e que possam, com toda garantia governamental, vivenciar seu período de moratória social com qualidade e dignidade.

O parágrafo anterior demonstra a implicação das categorias escolaridade e trabalho na vida dos jovens e como significativas elas se tornam ao delimitarem caminhos, e na sua ausência induzirem direções incertas e inseguras as juventudes, de acordo com sua classe social, etnia, gênero. Ao responder à questão, você pretende voltar a estudar algum dia? Podemos observar o quão desgastante e exaustivo se torna o trabalho estranhado no modo capitalista, perdendo sua essência e tornando-se tortura, suportável por um breve período da vida, apenas.

Até tinha vontade assim, mas como agora a gente tá nesse lado aí é muito compromisso, pra tu ter ideia hoje eu começo as 6 da manhã e paro as 22 da noite, todo dia, é bem exaustivo sabe? Vou ser bem sincero contigo, eu quero trabalhar nesse ritmo mais uns 10 anos pra mim se estabilizar, ter meu pezinho de meia ali e sucesso, acho que é o que a gente precisa né? (EMPRESÁRIO, entrevistado em 15 de março de 2022).

O trabalho, no sentido educativo, formativo, como processo indispensável ao desenvolvimento humano, não é apenas físico, mas também subjetivo, constrói na subjetividade humana nossas formas de enxergar o mundo, nossa identidade, nossa personalidade, etc. Entretanto, quando o trabalho aparece em sua forma estranha e alienante, as subjetividades serão formadas de acordo com as necessidades da classe dominante, que possui capital e consenso. A desigualdade social e a disparidade de renda são pilares necessários à manutenção do modo capitalista de produção. Portanto, discorreremos a seguir a respeito das características do modo de produção na atualidade, enfatizando seu caráter neoliberal, cyberindustrial e informacional-digital como expressão de barbárie social e seus impactos às juventudes.

1.4 O modo de produção capitalista na atualidade

No que diz respeito ao modelo de produção capitalista na atualidade, evocamos para a discussão, novamente, autores como Ricardo Antunes (2018) e Francisco de

Oliveira (2003) com suas teses de desenvolvimento, bem como, Alves (2021) e Armando Boito Junior (2012). Este último autor, fomenta a ideia de que se formou no Brasil do século XXI uma frente política, neodesenvolvimentista, cujas características são:

a) [...] é dirigida pela grande burguesia interna brasileira, b) envolve classes trabalhadoras que se encontram excluídas do bloco no poder, c) mantém uma relação de tipo populista com essa massa marginal; d) a frente se constituiu no principal recurso político do qual se valeu a grande burguesia interna para ascender politicamente no interior do bloco no poder, e) enfrenta, no processo político nacional, aquilo que poderíamos denominar o campo neoliberal ortodoxo, campo esse que representa – essa é a nossa hipótese de trabalho – o grande capital financeiro internacional, a fração burguesa brasileira perfeitamente integrada e subordinada a esse capital, setores dos grandes proprietários de terra e a alta classe média, principalmente aquela alocada no setor privado mas, também, no setor público (BOITO, 2012, p.3).

Boito (2012), desenvolve a ideia de que o capitalismo no Brasil depende historicamente de participação política das classes populares, devido as características estruturais da economia, da sociedade e do Estado no Brasil, que se insere tardiamente e de modo dependente no capitalismo mundial. Armando Boito Junior (2012), afirma que, na década de 2000, “com a ascensão à Presidência da República de candidatos oriundos do Partido dos Trabalhadores que o capitalismo brasileiro voltou a apresentar taxas um pouco mais altas de crescimento econômico” (BOITO, 2012, p.2).

Anterior a afirmação no texto, Boito (2012) esclarece que houve “exclusão das classes populares do sistema político pelo golpe de Estado de 1964, verificou-se, após um período de crise e estagnação, um quinquênio de forte desenvolvimento capitalista entre 1968 e 1973” (BOITO, 2012, p.2), fator que resulta na queda de posição dos burgueses na economia nacional, tal como na alternância entre estagnação e crescimento econômico insuficientes nas décadas de 1980 e 1990 (BOITO, 2012, p.2) até a ascensão dum partido político “criado pelo movimento sindical e popular, o PT, que retomou a proposta da intervenção do Estado em prol do desenvolvimento do capitalismo brasileiro” (BOITO, 2012, p.3).

Não temos propriedade para expor os conceitos nem mesmo trazê-los amplamente ao debate, o que nos interessa é como Boito (2012) destaca a alteração da estrutura de classes e circunscreve as seguintes definições para a atualidade: “os assalariados urbanos são, no setor privado, um contingente com longa experiência de luta sindical e, no setor público, trabalhadores, em grande parte, concursados e, por isso, com maior capacidade

de pressão” (BOITO, 2012, p.3), além disso dispõe da Central Única dos Trabalhadores (CUT), mais antiga central sindical do Brasil. Condição que Boito (2012, p.3), considera diferente da situação vivida pela classe operária do imediato pós Revolução de 30: “recém egressa do campo, sem experiência de organização e de luta reivindicativa e muito sensível ao apelo populista”.

No caso das empresas no Brasil, Boito (2012) afirma estarem mais “integradas ao capitalismo internacional do que as empresas industriais e de serviços da época de Vargas”. O que de fato é ressaltado no texto é a assertiva de que tanto no período populista e desenvolvimentista quanto hoje, constata-se uma frente política ampla, policlassista e, de certo modo instável, como base de sustentação da política de desenvolvimento e, estando o populismo e o nacionalismo presentes mesmo no século XXI (BOITO, 2012, p.3).

Tal frente se organiza desde a década de 1990 e possui enquanto força dirigente a grande burguesia interna, distribuída por diversos setores da economia e unificada pela “reivindicação de favorecimento e de proteção do Estado na concorrência que elas empreendem com o capital estrangeiro” (BOITO, 2012, p.7). No campo dos marginalizados estão o campesinato, o operariado urbano e a baixa classe média, os quais “por intermédio do sindicalismo e do Partido dos Trabalhadores (PT), têm uma participação organizada na frente neodesenvolvimentista” (BOITO, 2012, p.8/9).

No entanto, é na figura dos trabalhadores desempregados, subempregados, vivendo do trabalho informal, que se encontra o ponto extremo da frente neodesenvolvimentista (BOITO, 2012, p.9/10). Conforme o autor, “parte dessa massa está organizada em movimentos populares reivindicativos, os chamados “movimentos de urgência”, como os movimentos por moradia e os movimentos de desempregados” (BOITO, 2012, p.10).

Outra parte, segundo Boito (2012) é “social e politicamente desorganizada”, inclusa graças às políticas de transferência de renda como o Bolsa Família e o chamado Benefício de Prestação Continuada, principais instrumentos dessa política. Na visão do autor não houve por parte do Partido dos Trabalhadores até o Governo Dilma e ainda não há a preocupação em organização política de base com esta parcela da massa marginal, afirmação coerente, porém, genérica em nossa visão, já que não consideramos esta parcela de sujeitos sociais enquanto “base eleitoral desorganizada e passiva, que é convocada a

intervir no processo político apenas por intermédio do voto para sufragar os candidatos da frente neodesenvolvimentista” (BOITO, 2012, p.10).

É inegável a importância da formação e organização política de base, principalmente quando tratamos de parcelas marginalizadas socialmente, é mais que necessário resgatar os aspectos de comunhão e companheirismo, valores do partido dos trabalhadores, bem como, instruir direitos e instigar debates sobre as demandas e necessidades destes grupos. Formação esta que já lhes tiram de uma condição passiva, com intervenção limitada no processo político, tornam-se potencialidade em âmbito regional, na construção de comunidades mais participativas e ativas por meio das instituições e coletivos nos processos de debates e tomadas de decisões que visam melhorias nas localidades.

O que gostaríamos de destacar é que esta formação não se encontra sob domínio dos partidos políticos, o fazer político dos profissionais como da Assistência Social, por exemplo, em constante contato com o público mencionado por Boito (2012), é pautado em estratégias de organização e enfrentamento das desigualdades em caráter individual e em grupos, cuja inserção e atuação destes indivíduos, pertencentes a “massa marginal desorganizada” na sociedade, perpassa a mera convocação eleitoral. São meios e estratégias, nas muitas instituições que o Serviço Social atua, de instrumentalizar os indivíduos com base nos aspectos de emancipação humana e garantia de direitos sociais. Da mesma forma, consideramos importante a atuação de movimentos sociais populares, como dos Sem Teto e dos Sem Terra que contribuem no processo de organização das classes populares.

No momento, reservamo-nos ao fato de que estas massas estão inseridas num contexto histórico, geracional de forma original, influenciados por um modelo de produção, pautado em formas de extração e expropriação de suas condições materiais de existência, que na atualidade se pautam nas também formas tecnológicas e cyberdigitais. Neste sentido, Antunes (2018), nos remete a uma nova era da financeirização e da mundialização em escala global, que por tática introduz a uma nova divisão internacional do trabalho, marcada pela intensificação dos níveis de precarização e informalidade (ANTUNES, 2018, p.35-36).

Os trabalhos terceirizados ou em caráter informal, nesta realidade, se tornam novas formas de gerar trabalho excedente incorporados ao mundo do capital devida a uma

forte ampliação de seus mecanismos de funcionamento (ANTUNES, 2018, p.35-36). Nesse processo, muitos jovens qualificados, incluindo os pós-graduados, são expulsos do processo produtivo, junto com outros grupos significativos, passando a agregarem o aglomerado de trabalhadores sobrantes, descartáveis, subempregados e desempregados (ANTUNES, 2018, p.35/36).

Segundo Antunes (2018), estas transformações estão ligadas a denominada indústria 4.0⁶, pautada na intensificação dos processos produtivos automatizados, a tal ponto que a logística empresarial seja toda controlada de forma digital, cuja consequência principal ao mundo do trabalho “será a ampliação do trabalho morto” (ANTUNES, 2018, p.43). Esta nova indústria tem o maquinário digital como dominante e condutor do processo fabril e, segundo o autor, conseqüentemente, haverá a redução do trabalho vivo, já que as atividades tradicionais e mais manuais serão substituídas por ferramentas automatizadas e robotizadas, sob o comando informacional-digital (ANTUNES, 2018, p.43).

Devido ao surgimento da nova propositura flexível e digital ao mundo do trabalho, é inevitável a eliminação pelo processo tecnológico organizacional-informacional uma quantidade incontável de força de trabalho, com tendência a se tornarem “supérflua e sobrança, sem empregos, sem seguridade social e sem nenhuma perspectiva de futuro” (ANTUNES, 2018, p.43). Portanto, é válido destacar a posição de Mézaros (2011) a respeito do fenômeno da globalização, o que na realidade, para o autor, significa “o desenvolvimento necessário de um sistema internacional de dominação e subordinação” da força de trabalho ao capital (MÉSZÁROS, 2011, p.111).

Num plano totalizante, Mézaros (2011) faz referência à imposição de uma hierarquia de Estados nações, que desfruta ou sofre com a posição atribuída a estas mesmas nações pela relação de forças internacionais, em vigor, instaurada e acordada entre eles e que se materializa na figura de uma espécie de “ordem”, uma determinada

⁶ Antunes (2018), esclarece que esta denominação, indústria 4.0, estampa, segundo seus formuladores, diz respeito a uma nova fase da automação industrial, que se diferencia da Revolução Industrial do século XVIII, do salto dado pela indústria automotiva do século XX e também da reestruturação produtiva que se desenvolveu a partir da década de 1970. A essas três fases anteriores sucederá uma nova, que consolida, sempre segundo a propositura empresarial, a hegemonia informacional-digital no mundo produtivo, com os celulares, tablets, smartphones e assemelhados controlando, supervisionando e comandando essa nova etapa da cyber indústria do século XXI (ANTUNES, 2018, p.43).

posição que resulta da soma de poder em relação ao capital global, que cada um possui (MÉSZÁROS, 2011, p.111).

Segundo o referido autor, com a globalização em andamento, nada de benéfico se oferta aos “países subdesenvolvidos”, a não ser a “perpetuação da taxa diferenciada de exploração”, pois, como veremos mais à frente, projeta-se uma esteira de produtos sucateados, partindo dos centros mais desenvolvidos nos quesitos dominação e exploração da força de trabalho pelo capital, em direção aos países considerados de terceiro mundo, ou subdesenvolvidos como é o caso do Brasil. Embasada pelo padrão taylorista de produção, a esteira descarta modelos obsoletos aos países tidos como subalternos, os impedindo, muitas vezes, de pensar e aplicar propostas e políticas nacionais de desenvolvimento econômico (MÉSZAROS, 2011, p.65).

Oliveira (2003, p.136), por sua vez, ressalta que a tendência moderna do capital nas formas da terceirização, do trabalho precário, “informal”, é a supressão dos adiantamentos de capital, ou seja, o salário não é mais o pagamento adiantado dos trabalhadores, mas depende dos resultados das vendas dos produtos e mercadorias. Com isso, o setor informal apenas prevê a nova configuração o do setor formal, ou seja, “o conjunto de trabalhadores é transformado em uma soma indeterminada de exército da ativa e da reserva, que se intercambiam não nos ciclos de negócios, mas diariamente”, assim se extingue a “variabilidade do capital antes na forma de adiantamento do capitalista. É quase como se os rendimentos do trabalhador agora dependessem do lucro dos capitalistas” (OLIVEIRA, 2003, p.136).

Antunes (2018), ao falar sobre as transformações no mundo do trabalho no século XXI, em sua obra *O privilégio da servidão*, esclarece que ao se ampliar a massa de trabalhadores em escala global, ocorre uma redução nos empregos. Com isso, os que permanecem empregados vivenciam a dissolução do direitos sociais, ou seja, uma das “consequências da lógica destrutiva do capital que, conforme expulsou centenas de milhões de homens e mulheres do mundo produtivo (em sentido amplo), recria, nos mais distantes e longínquos espaços, novas modalidades de trabalho” estes por sua vez em condição “informal, intermitente, precarizado, flexível”, depauperizando ainda mais os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando (ANTUNES, 2018, p.30).

Antunes (2018) é contrário à ideia de que os avanços na área tecnológica e digital desde a revolução molecular digital e as transformações ocorridas no mundo do trabalho, eliminam a necessidade de mão de obra humana na medida em que avança gradualmente

o rendimento por meio de maquinários e utensílios digitais, provendo mais tempo livre e felicidade aos trabalhadores. Afirma que na realidade “estamos presenciando o advento e a expansão monumental do novo proletariado da era digital”, que recebem mais impulso com as tecnologias da informação e comunicação - TICs, que possibilitam pelos celulares, as mais distintas modalidades de trabalho. Desta forma, “em vez do fim do trabalho na era digital, estamos vivenciando o crescimento exponencial do novo proletariado de serviços, uma variante global do que se pode denominar escravidão digital. Em pleno século XXI” (ANTUNES, PINTO, 2018, p.35).

Sendo assim, conforme exposto por Oliveira (2003), esta ruptura já aparece claramente na divisão social de trabalho no setor de serviços. Cria-se uma espécie de abstração do trabalho de forma virtual, em que aparecem como novas formas, se utilizando de momentos em que o trabalho aparece como diversão, entretenimento. Portanto, “o trabalho mais pesado, mais primitivo, é também lugar do trabalho abstrato virtual. Sua forma, uma fantasmagoria, um não-lugar, um não-tempo, que é igual a tempo total” (OLIVEIRA, 2003, p.137).

Neste momento, somos capazes de considerar o Brasil enquanto província do capitalismo global. Entretanto, segundo as análises de Alves (2021), é uma província com muitas particularidades, cuja expressão revela as misérias do capitalismo global como semelhantes às formações históricas periféricas de “via colonial” (ALVES, 2021). O autor associa o evento de 2016⁷ ao golpe cívico militar de 1964. Ambos os eventos são considerados enquanto “uma operação complexa das “forças vivas” da nação. Mobilizado pela direita, revivida nos movimentos de rua e nas redes sociais; pelo Congresso

⁷Conforme o título da reportagem utilizada como fonte já anuncia “**Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil**”. O processo teve início em dois de dezembro de 2015, em que Eduardo Cunha o ex-presidente da Câmara dos Deputados prosseguiu com as investigações solicitadas pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. O processo em sua totalidade perdurou por duzentos e trinta e sete dias, sendo encerrado no trigésimo primeiro dia do mês de agosto de 2016, resultando na cassação do mandato de Dilma Rousseff. A justificativa para as acusações diz respeito ao suposto crime de responsabilidade fiscal, por praticar as já conhecidas em governos anteriores, “pedaladas fiscais”, além da acusação de edição de decretos correspondentes a abertura de crédito aos agricultores, sem a devida autorização do Congresso Nacional. A defesa afirma que os referidos decretos se baseiam em recursos remanejados, retirados dos remanescentes acumulados pelo excesso de arrecadação ou superávit financeiro, o que significa que não houve alargamento nas despesas da União (Agência Senado, 2016), portanto, se configura enquanto golpe de Estado com envolvimento do vice presidente Michel Temer, o qual assume o cargo após o término do processo de impeachment, aprovando diversas reformas na previdência, na educação, no orçamento, entre outras, que modificam as estruturas do país e a forma como se concebem as relações de trabalho.

Nacional; pelo Supremo Tribunal Federal; e pelas grandes redes de TV e rádio, jornais e *Fake News*” (ALVES, 2021).

Alves (2021), reconhece a “produção da ignorância cultural”, enquanto projeto da classe dominante no Brasil, pois sob ela irão se produzir e reproduzir novas formas de dominação política e de superexploração da força de trabalho, considerados pelo autor dois dos traços estruturais da precariedade das relações de trabalho, principalmente no Brasil (ALVES, 2021).

No Brasil da catástrofe, o que se destaca como traço da nova “normalidade burguesa” é, por um lado, a desindustrialização e a ampliação do setor de comércio e serviços metropolitanos”, os quais são “historicamente caracterizados pela baixa produtividade, remunerações miseráveis e incipiente organização sindical”, em contrapartida, ocorre “a disseminação da “uberização”, a nova precariedade salarial e o novo modo de manifestação da superexploração da força de trabalho” (ALVES, 2021).

O futuro das relações de trabalho sob o modo de produção capitalista, conforme Alves (2021) se pautam em características do modo de produção em sua fase senil, incorporada no Brasil. O futuro possível e real seria, portanto, expresso pelas seguintes contradições: “Bolsonaro⁸, colapso ambiental e uberização do trabalho, trabalho sem forma, informal e informacional à la Indústria 4.0” (ALVES, 2021).

Por fim, tratamos nestes pontos de classes sociais distintas, em seus interesses, projeções e concepções de humanidade, com direitos atendidos de forma distinta, sendo os muitos acessíveis apenas aos grupos sociais privilegiados, que ao mesmo tempo convivem com uma massa de operários expropriados de riquezas e bens de consumo, “condenados a níveis de vida inferiores ao de subsistência, ao desemprego sistemático,

⁸ De acordo com a resenha do livro de Ariel Goldstein - intitulado "Bolsonaro. *La democracia de Brasil em peligro*, de 2019 - Rafael Rezende (2019), se refere ao “fenômeno Bolsonaro” e se dedica aos estudos a respeito dos riscos iminentes à democracia brasileira. Ambos os autores enxergam a gestão Bolsonaro muito próxima das raízes estruturantes da “nossa sociedade, um país desigual, conservador, preconceituoso, que rejeita encarar de frente o seu passado” (REZENDE, 2019, p.02). O ex presidente Jair Messias Bolsonaro, eleito em 2018, se recusou a tomar e ofertar vacinas contra o vírus covid-19, com alto grau de contágio, demorou mais de 40 dias para responder às solicitações dos fornecedores de vacina e investiu dinheiro público em tratamento medicamentoso com Cloroquina, contrariando as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) como outras muitas entidades, contribuindo com a morte de mais de 700.000 brasileiros. O genocídio Ianomâmi; a venda de estatais à iniciativa privada a preços risíveis; o vínculo com as milícias e com práticas de corrupção enraizadas nos seus 27 anos como deputado federal; os assassinatos da vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson; a atuação parcial do juiz Sérgio Moro durante a Operação Lava-Jato; a prática de *fakenews* pelo gabinete do ódio; o incentivo e financiamento dos atos terroristas de oito de janeiro de 2023, além de muitos outros episódios ameaçaram e seguem pondo em risco a nossa democracia, portanto devem ser combatidas com veemência e sem anistia a nenhum envolvido.

parcial ou ocasional, à pobreza ou à miséria, à marginalidade socioeconômica, à exclusão cultural e política, etc.” (FERNANDES, 1975, p.37), segregação social, cultural e econômica que também se manifestam na organização das cidades e na ocupação do espaço urbano pelas diferentes classes.

SEGUNDO CAPÍTULO

“Fui, fui reprovada na quarta e depois não, daí eu parei de estudar no primeiro ano”; “eu era muito desligada eu demorava para aprender, daí eu tive que fazer de novo”; “Foi importante, porque se eu tivesse concluído podia ter arrumado um serviço bom, né?”; “13 anos, comecei cuidando de criança e depois fui pro salão e daí não parei mais, desde os treze em diante”; “Na verdade é importante o estudo, é importante [...]”; “Porque quando falam do meu bairro, com certeza eu vou defender, porque eu moro aqui”; “Então, é a favela? É favela, mas é onde eu moro, né?” (MANICURE, entrevistada em 12 de janeiro de 2022).

2.0 - JUVENTUDES DO CONJUNTO HABITACIONAL TERRA NOSSA: SÍNTESE DE MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES

Apresentamos na epígrafe deste capítulo a relação entre as categorias *escola*, *trabalho* e *juventude* presentes em uma de nossas entrevistas. Isso nos possibilita refletir sobre algumas das imbricações e contradições enfrentadas pelos jovens periféricos pertencentes à classe trabalhadora em relação a sua jornada nas instituições de ensino, bem como, em sua inserção no mercado de trabalho. Seguimos com o relato da jovem mãe, com seus sonhos interrompidos pelos mais diversos fatores, ainda que todas as dificuldades, se tornem mais um grande exemplo de resistência e de pertencimento à comunidade.

Por exemplo: a manicure nasceu na periferia beltronense. É filha de um fotógrafo e de uma diarista. Sua trajetória escolar permeia as instituições públicas de ensino. Relatou ter reprovado na quarta série por conta de ser muito “desligada”, razão pela qual tem muita dificuldade de aprender, logo, teve que refazer o ano. Decidiu desistir de vez dos estudos no primeiro ano do ensino médio por “desinteresse mesmo”. Disse pertencer a uma família “complicada” e, conseqüentemente, sofreu (certa) discriminação na escola. Em razão disso, era meio “ruim” também, por comportar-se como uma pessoa durona, alguém com posicionamento. Nesta relação conflituosa com a escola, ela passou a demonstrar um profundo “desinteresse” pelos estudos, o que acarretou no afastamento definitivo da escola àquela época (MANICURE, entrevistada em 12 de janeiro de 2022).

Retornou aos estudos anos depois. No entanto, havia engravidado de seu primeiro e único filho. Suas responsabilidades como mãe se encontram dentro de um conjunto de afazeres que impossibilita sua permanência no Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA), do qual, novamente, acaba por evadir-se no primeiro ano do Ensino Médio.

Aos treze anos, foi à busca de renda própria. Prestava, por isso, serviços de babá a uma família da comunidade. Em seguida, aprendeu o ofício de manicure e *designer* de sobancelha e passou a trabalhar nesse ramo. Afirmou que estas funções não lhe atrapalharam nos estudos. No entanto, outros foram os fatores que a levaram à evasão, anos antes.

Ela tinha, desde a infância, o sonho de ser advogada. Porém, devido à classe social à que pertencia, a trajetória escolar, a inserção no mercado de trabalho, a gestação dela,

seu gênero, etnia, entre outros fatores, levaram-na a desistir de sua aspiração profissional, embora também se declare muito agradecida pelo conhecimento que adquiriu em sua caminhada e também honrada pelo ofício que exerce em sua comunidade.

Sendo assim, duas são as particularidades desta entrevista: a primeira diz respeito à clareza das categorias *educação*, *trabalho* e *juventude* nesta trajetória, a forma como estas categorias delimitam os espaços de inserção e de experimentação social de grupos juvenis, além de inviabilizar vivências distintas a dos seus pais. A segunda particularidade refere-se ao alto grau de pertencimento expresso neste relato, vista como uma forma particular de resistência que nos mostra certa clareza de suas condições reais de existência, seu apreço por sua comunidade, pelos laços que construiu ali, pelos bens que conquistou e pela família que constituiu.

Diz respeito a um pertencimento que nos remete a suas raízes étnico-culturais. O referido sujeito de pesquisa se declara parda e filha de pais periféricos. No entanto, faz referência a uma periferia em particular, com características únicas e originais, um território marcado pelos movimentos populares de ocupação e luta por moradia, marcado pela presença de descendentes de africanos, caboclos e caiçaras: bairro Padre Ulrico em Francisco Beltrão/PR, onde se localiza o CH Terra Nossa. Neste raciocínio, a questão destacada refere-se a quais são estas etnias, ou melhor, quais suas origens no Brasil?

Eduardo Bueno (2012), brilhantemente destaca na obra *Brasil, uma história*, que foram três séculos de escravidão e que “a simples assinatura colocada pela princesa Isabel em um pergaminho rebuscado, libertando, a partir daquela data (às 15h15 de um domingo de sol em 13 de maio de 1888) os 723.719 escravos oficialmente existentes no país, não poderia resolver a questão” (BUENO, 2012, p.287). Foram mais de 80 anos de lutas em prol do fim da escravidão, que em seus três séculos acumulou mais de 4,5 milhões de escravizados no Brasil (BUENO, 2012, p.287).

Segundo Bueno (2012, p.289), na Inglaterra, “em 7 de julho de 1807, depois de sete anos de pendengas parlamentares, que a Câmara dos Lordes enfim proibiu a escravidão”, segundo ele por um motivo aparentemente simples: “no alvorecer da Revolução Industrial, a escravidão deixara de ser um bom negócio para a Inglaterra” (BUENO, 2012, p.288). Somente em 13 de março de 1830, o tráfico de escravos ficou oficialmente proibido no país, por conta do tratado de 1826, o qual causou grande indignação a parcela de burgueses escravocratas (BUENO, 2012, p.290).

No Brasil, o cenário é o inverso, o apogeu do café (a partir de 1845) quintuplicara o valor dos escravizados, fortalecendo ainda mais o tráfico nos navios negreiros que passou a possuir seus vagões entupidos com uma quantidade brutal de escravizados (BUENO, 2012, p.291). Cinco anos depois, Eusébio de Queirós, ministro da justiça, mesmo receoso “assina em 4 de setembro de 1850, uma lei rígida que, enfim, foi cumprida (tanto é que, em 1851, só 700 escravos entraram no país)” (BUENO, 2012, p.292).

De qualquer forma, “após meio século de luta, o tráfico enfim fora interrompido. Mas cerca de 1,5 milhão de cativos viviam no Brasil. Para libertá-los, iniciou-se vigorosa campanha abolicionista, na qual se destacaram Joaquim Nabuco e José do Patrocínio” (BUENO, 2012, p.292). De acordo com Bueno (2012), as campanhas pela abolição da escravidão são afetadas pela promulgação da Lei do Ventre Livre e só recomeçaria em 1884. Pouco tempo depois em 1885, em 28 de setembro foi aprovada a Lei Saraiva-Cotegipe, ou “Lei dos Sexagenários”, que por sua vez concedia liberdade aos escravizados maiores de 65 anos e estabelecia normas para a libertação gradual de todos eles, mediante indenização (BUENO, 2012, p.299). Em maio de 1888, já não era mais possível retardar o processo abolicionista, portanto, ocorre a assinatura da Lei Áurea pela regente Princesa Isabel (BUENO, 2012, p.300).

Bueno (2012), nos afere que após a abolição ser concretizada, “os libertos – quase 800 mil – foram jogados na mais terrível miséria”, a eles foram negadas pelo Império e pela República “a posse de qualquer pedaço de terra para viver ou cultivar, de escolas, de assistência social, de hospitais. Deu-lhes, só e sobejamente, discriminação e repressão” (BUENO, 2012, p.301). A opção era permanecer nas fazendas recebendo míseros salários ou “se dirigir às grandes cidades – especialmente Rio de Janeiro e Salvador”, buscar morada nos “bairros africanos, origem das favelas modernas”. Em outras palavras, Eduardo Bueno (2012) afirma que os escravizados “trocaram a senzala pelos casebres. Apesar da impossibilidade de plantar, acharam ali um meio social menos hostil, mesmo que ainda miserável” (BUENO, 2012, p.301).

É sobre a formação das periferias em âmbito regional e das potencialidades étnico-culturais de resistência dos descendentes dos povos originários, africanos escravizados e caboclos, bem como suas imbricações com as categorias *educação*, *trabalho* e *juventude* anteriormente mencionados que tratamos no decorrer deste capítulo.

Portanto, partimos da discussão acerca do modelo de desenvolvimento urbano assumido no processo de urbanização do município de Francisco Beltrão, no Paraná que, por sua vez, investe num projeto de segregação sócio-espacial e cultural de grupos desprovidos economicamente, encaminhados à região Norte da cidade, especificamente nas comunidades e periferias, evidenciando que a gestão da pobreza e do espaço urbano são princípios necessários à construção, permanência e manutenção dos padrões socioeconômicos vigentes tanto na escravidão como na era moderna.

2.1 Desenvolvimento Urbano em Francisco Beltrão/Pr

No Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) do município de Francisco Beltrão no estado do Paraná, divulgado em novembro de 2021, encontramos alguns percentuais referentes ao número de pessoas vivendo na extrema pobreza. Em 2010, a população total do município era de 78.943 residentes, destes 1.435 viviam em situação de extrema pobreza, mantendo-se com menos de R \$70,00, o equivalente a 1,8% da população do município. Do contingente de extremamente pobres, a porcentagem chega aos 21,2% - 305 - vivendo no campo e 78,8% - 1.130 – na cidade (PMAS, 2021, p.14).

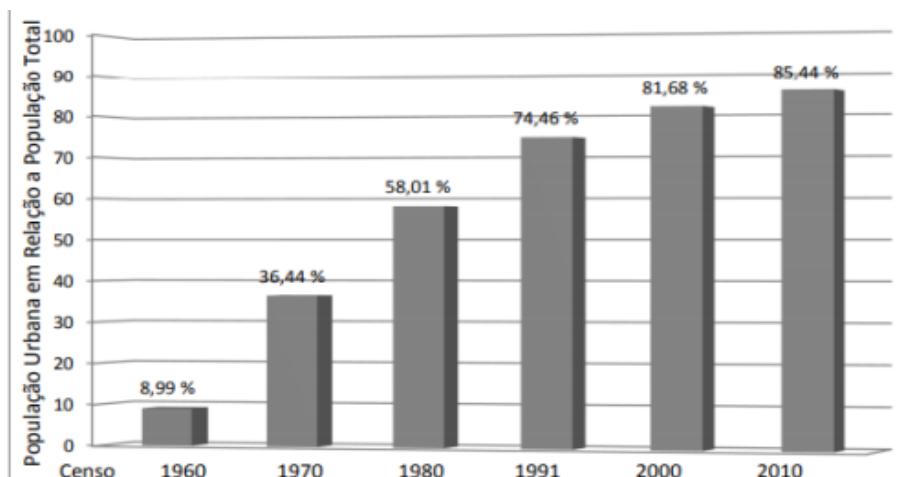
Foram registrados, por meio do Censo de 2010 que naquela época, 161 pessoas com mais de 65 anos que viviam na extrema pobreza. Em relação à distribuição percentual da população extremamente pobre por faixa etária, temos que 41,6% dos extremamente pobres na faixa-etária de zero a dezessete anos, 47,2% entre 18 a 59 anos e 11,2% acima dos 60 anos. Se divididos por gênero, temos os seguintes resultados: 56,6% são mulheres (812) e 43,4% (623) são homens (PMAS, 2021, p.14).

Para dados mais atuais, buscamos informações acerca do Cadastro Único e do Sistema de Desenvolvimento Social (IDS). Estas ferramentas reúnem informações sobre as famílias no Brasil que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza. Sendo assim, partindo das informações repassadas pelos gestores dos três Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) aos elaboradores do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) em Francisco Beltrão, sabemos que a Cidade Norte possui um total de 2.643 famílias cadastradas, dentre estas 480 recebem transferência de renda através do Programa Bolsa Família. No CRAS Padre Ulrico são 3.026 famílias inscritas no Cadastro Único, destas 812 participam do Programa Bolsa Família. Por fim, no CRAS do bairro

São Miguel, foram registradas 3.943 famílias cadastradas, destas 905 recebem o Bolsa Família. Ao todo, no município temos 9.612 famílias inscritas no Cadastro Único (PMAS, 2021, p.15).

Segundo estudo divulgado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), a população estimada para o ano de 2020 no município de Francisco Beltrão era de 92.216 habitantes, com previsão de alcance dos 108.000 até 2040 - um crescimento de 20,7%. No gráfico, a seguir, podemos observar as taxas de urbanização do município de 1960 a 2010. Com isso, destaca-se que houve um considerável aumento populacional na passagem da década de sessenta a setenta, um crescimento de mais ou menos 27,45%.

Gráfico 2: Taxas de urbanização do município de Francisco Beltrão entre 1960 a 2010.



Fonte: Plano Municipal de Assistência Social -2022-2025.

A partir da interpretação do gráfico, observa-se um crescimento entre os anos de setenta e oitenta que continua acelerado entre oitenta e noventa. Nota-se uma elevação no número de residentes urbanos partindo da década de noventa que cresce sem muita disparidade até 2010. Este crescimento acelerado dos índices de urbanização vem de encontro a “um processo de descampinação concomitantemente com um processo de industrialização” (MACHADO, 2020, p.122).

Descrevemos no primeiro capítulo que o processo de industrialização no Brasil avançou nos centros urbanos, por meio da elevação da mão de obra que vinha do campo, antes utilizada na agricultura, aumentando, assim, o consumo e produção de bens agrícolas, ocasionando um contexto de crise urbana (MACHADO, 2020, p.114).

Neste sentido, enquanto particularidade local em Francisco Beltrão, os números no gráfico evidenciam um processo de inversão da população, de maior quantidade rural para maior quantidade urbana, que foi ocorrendo entre 1960 e 2000 no município pesquisado, realidade vinculada a totalidade histórica global, com décadas de atraso.

Em âmbito regional, segundo Mondardo (2009), a explicação para o salto de maior quantidade rural de pessoas, para maior quantidade urbana de pessoas, deriva de uma crise que ocorreu na agricultura familiar e nas pequenas propriedades com a “modernização da agricultura”, ocasionando “novas frentes de colonização para Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas e o Paraguai e, também, com a migração rural-urbana para os bairros de Francisco Beltrão e para outras cidades do Paraná, Santa Catarina e São Paulo” (MONDARDO, 2009, p.382).

Já nas décadas de 1980 e 1990, ocorre o aumento da população urbana no município, influenciado pela instalação de empresas, como a Chapecó e, posteriormente, a Sadia, levando-se, em conta, a influência da construção civil que absorve muita mão-de-obra oriunda do campo. Cabe destacar que conforme afirma o autor nesse processo, “muitos agricultores endividados pela “modernização da agricultura” migraram do campo para a cidade, tornando-se assalariados” (MONDARDO, 2009, p.383). Na região sudoeste do Paraná, especificamente a região que hoje abriga o município de Francisco Beltrão foi, também, particularmente afetada pelo fenômeno da industrialização.

É de suma importância resgatar, neste momento, mais de um século de história deste território que nos auxilia a compreender sua dinâmica no tempo atual, suas contradições e paradigmas que perpassam as categorias *classe social, renda, cultura e etnia*. Partiremos do início do século XX, em que a região Sudoeste do Paraná recebia por parte de representantes do Estado e por intelectuais, “significados e adjetivos para qualificar, inventar e representar a região”, concebida, portanto, enquanto “sertão inóspito” (MONDARDO, 2009, p.166).

Segundo Mondardo (2009), foram criadas tais representações por meio de “uma maquinaria discursiva-imagética da região”, vista como local de refúgio dos não adeptos as leis, os “bandidos”, portanto, era descrita enquanto “terra marcada pela ilegalidade, pela falta de lei” (MONDARDO, 2009, p.167). São estas representações que produzirão o conceito de “região ilegal” e “região legal”, ou seja, criam a oposição entre duas regiões,

o “sertão” considerado arcaico e o “litoral moderno”, tido como avançado, desenvolvido e industrializado (MONDARDO, 2009, p.168).

Buscava-se reproduzir repetidamente essas representações do espaço para ressaltar as diferenças, criando, assim, uma demanda, uma relação a uma ordem futura que é necessária criar, estabelecendo naquela região a dominação e a “racionalização”: a modernização deveria ser levada até o sertão (MONDARDO, 2009, p.168).

Entretanto, estas interpretações desconsideram e deslegitimam a presença de outras pessoas, cujas raízes já se encontra naquele território desde 1900. A invenção segue a lógica de criar um Sudoeste paranaense enquanto “vazio demográfico” que, por sua vez, deveria ser ocupado pela colonização “pioneira”: catarinense e gaúcha. Esta invenção foi necessária para encobrir, expulsar ou eliminar populações consideradas como inferiores; nesse processo os indígenas e caboclos foram “colocados à margem do tempo-espaço, da história e geografia” (MONDARDO, 2009, p.172).

2.2 Características da cultura cabocla

Serão três os períodos históricos em destaque. Partimos do conflito entre caboclos e o poder militar dos Estados do Paraná e Santa Catarina pelas terras dos campos contestados (a Oeste de Santa Catarina e Paraná na fronteira com a Argentina total de mais de 25.000 km²), entre o período de 1900 a 1940 aproximadamente, discorrendo sobre a ocupação cabocla em terras no sul do Brasil, em seguida, de 1940 a 1970, destacamos a territorialização e industrialização por parte dos “pioneiros”, gaúchos e catarinenses, e por fim, de 1970 a 2010 explanando pontos importantes sobre as imposições étnico-culturais e socioeconômicas no território beltronense.

Para a contextualização, partimos da concretude histórica do genocídio sulista de caboclo e nativos. Fraga (2017), nos esclarece que a guerra civil cabocla do Contestado teve início em 1912 e, oficialmente, se estendeu até 1916. O autor caracteriza o trágico período como “uma disputa pela posse de terras, uma competição econômica pela exploração de riquezas naturais e uma questão de limites interestaduais” (FRAGA, 2017, p.115/116).

Conforme Mondardo (2009), do final do século XIX e início do século XX, as matas foram habitadas e manejadas de forma diferente, sobretudo, no que diz respeito à cultura indígena com a chegada dos caboclos, que “a partir daí desenvolvem suas atividades, suas relações, suas práticas sócio espaciais” (MONDARDO, 2009, p.198). No entanto, sob a lógica de inferiorizar o mundo rural da época, os caboclos e indígenas foram retratados como atrasados e arcaicos frente ao mundo urbano-moderno que, por sua vez, se difundia como projeto desenvolvimentista por parte do Estado e da classe hegemônica nacional, cujo objetivo foi a transformação do campo rural, “arcaico”, em moderno e com “agricultura racional” (MONDARDO, 2009, p.198).

Neste sentido, a guerra camponesa do Contestado, envolve variáveis e uma gama de elementos, notadamente, vinculados ao modo de vida caboclo, no quesito terras, arquitetura das casas, costumes das famílias e a subsistência proveniente do manejo e convívio com a floresta de araucárias e dos campos regionais. Tais biomas foram, no final do século XIX, “entregues ao capital estrangeiro, por meio de concessão aos capitalistas que construiriam a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande” (FRAGA, 2017, p.102).

Dentre os capitalistas, se destaca Percival Farquhar (1864-1953), proprietário da empresa *Brazil Railway* que em 1911, com intuito de rapidamente colonizar os 30 km de terras recebidas do Estado nas laterais da estrada de ferro. Terras devolutas, do Estado, porém, já ocupadas por camponeses empobrecidos, obtidas pela ocupação há décadas ou pela prestação de serviços na construção da estrada. Nesta ânsia pela exploração, Farquhar (1864-1953) “coloca para fora de seus domínios todas as pessoas que ocupavam terras e que não possuíam títulos de propriedade”, contrariando a própria Lei de Terras de 1850 (FRAGA, 2017, p.103).

Aos revoltos que ousassem revidar ao despejo, foram reservadas tropas de segurança, contando com 200 homens armados, com aval para expulsar qualquer caboclo que resistisse (FRAGA, 2017, p.104). Neste mesmo ano, abre-se uma companhia subordinada chamada *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Logo que inaugurou adquire “180 mil hectares ao sul dos rios Negro e Iguaçu, próximo de Canoinhas. Estabeleceu ainda uma série de contratos com diversos fazendeiros, por meio dos quais estes cediam à empresa os pinheiros e as madeiras de lei que havia em suas terras” (FRAGA, 2017, p.104).

Com estas medidas, Lumber tornou-se a maior companhia madeireira da América do Sul nos anos seguintes, isso se estendeu até o escasseamento da madeira. Com o fim dos recursos, decide-se desalojar os posseiros e os pequenos proprietários, para tal, a madeireira Lumber organiza uma força paramilitar, com elevado poder bélico e intenção de “varrer, expulsar e até matar o povo caboclo que habitava secularmente aquelas terras” (FRAGA, 2017, p.105). O grupo massivo de revoltos foi combatido por forças militares da república, que eram integradas pelos regimentos de Segurança dos estados de Santa Catarina e do Paraná, em complemento estavam os Esquadrões da Guarda Nacional, divididos em Piquetes de Cavalaria e grande parte do Exército Brasileiro, que empregou tropas de infantaria, da cavalaria, da engenharia e da artilharia (FRAGA, 2017, p.116).

Os camponeses revoltos formaram o bravo Exército Encantado de São João Maria⁹, totalizando quase 10 mil pessoas armadas dentre homens e mulheres, crianças e idosos unidos sob a cruz verde da bandeira branca¹⁰ (FRAGA, 2017, p.115). Dentre as justas motivações, Fraga (2017) destaca a posse perdida de terras e a destruição da floresta na extração da araucária, o desespero reúne milhares.

Pois a floresta intercalada com campos oferecia ao mundo caboclo, alimento e proteção, de onde extraía a madeira para suas casas e ranchos para os animais, erva mate para beber o chimarrão e vender a produção para negociantes ervateiros, pinhão para alimentar a si e a família, ao mesmo tempo que engordava os porcos e, nos campos, criava o gado, os cavalos e as mulas, além de farta quantidade de ervas que lhes serviam de remédio. Mas, a destruição desse mundo lento caboclo que se encontrava intimamente ligado ao mundo capitalista da sua época [...] (FRAGA, 2012, p.105).

⁹ O conflito contou com um ingrediente messiânico narrado em três monges que contribuíram religiosa e politicamente para a formação dos exércitos de revoltos que avançariam contra o poder militar dos estados. Nascido em 1801, o primeiro monge mencionado no conflito é João Maria de Agostin, era italiano e atendia a população com conselhos da doutrina católica, some na década de 1880. Em meados de 1850/1880, a região fora percorrida pelo profeta João Maria de Jezús, um curandeiro e ervateiro com ideais monarquistas que tinha por nome verdadeiro Atanás Marcaf, era Sírio e representou o fazer político do conflito, ele desapareceu por volta de 1900. Mais adiante em 1911, perambulou pela região o monge Miguel Lucena Buenaventura, ex militar que passa a adotar o nome de José Maria, a reencarnação do anterior como dava a entender, este homem conquista uma gama de fiéis e articula os Quadrados Santos para pregar o evangelho e garantir a ressurreição daqueles que o seguissem. Com medo de ataques os coronéis atacam um dos locais santos e matam o monge José Maria, morre também o coronel João Gualberto.

¹⁰ Segundo Fraga (2017), integraram os milhares de criadores, peões e lavradores, apegados às terras em que viviam, centenas de ex-trabalhadores da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, abandonados à própria sorte após a construção; comerciantes de vilas e de estradas; agregados e capatazes; pessoas carentes de alfabetização, assistência e promoção social; antigos combatentes farroupilhas e maragatos; ex-combatentes dos batalhões de Voluntários da Pátria e da Guarda Nacional; e ainda criminosos, ex-presidiários e foragidos da justiça. Todos juntos atacavam e se defendiam. Tiveram a ousadia respondida à bala. Lutaram pela sobrevivência até que, cercados, sucumbiram aos mais fortes – o genocídio, marca indelével da Guerra do Contestado (FRAGA, 2017, p.115/116).

É de suma importância considerar que ocorre oficialmente em 13 de março de 1888 a abolição da escravidão no Brasil, embora maior parte dos africanos escravizados já eram libertos na época, e que em 1889 ocorre a proclamação da República Federativa do Brasil, fato que extingue o poder das monarquias, inclusive pelas terras. A doação de terras devolutas ao capital estrangeiro, possibilita a exploração massiva das florestas e a destruição dos povos que já as habitavam há décadas.

Neste sentido, os caboclos, camponeses, trabalhadores das estradas entre outros personagens em guerra por seus direitos, de acordo com Fraga (2017) se defendiam como podiam, “usavam os recursos advindos da base físico-geográfica regional, faziam emboscadas, lutavam frente a frente com os legalistas, dentre eles, milhares de mercenários contratados pelos coronéis de fazendas para matá-los” (FRAGA, 2017, p.116/117). Em 1916, diante do poder bélico da República, os caboclos sucumbiram, mas não são derrotados, em acordo com Fraga (2017), “são heróis de uma guerra desigual. Venceram moral e eticamente a República que chamavam de república do diabo”. (FRAGA, 2017, p.116/117).

Mas a guerra civil ainda não terminara. Havia milhares de caboclos e caboclas sobreviventes, perambulando pela Serra Acima. Os doze meses seguintes ao acordo de limites, entraram para a história, como o açougue, ou seja, será mais um ano de guerra, na realidade de caça e morte dos que sobreviveram aos quatro anos de guerra. Na verdade, açougue começara antes. Ele, de fato, se estendeu de 1915 até 1917, período de extermínio da população cabocla, fazendo do Contestado, um genocídio, um crime de guerra que pesa sobre a República brasileira. (FRAGA, 2017, p.122).

Durante e após os conflitos, fez parte do projeto de extermínio das comunidades caboclas a descrição negativa e falsa acerca de sua cultura e forma de sobrevivência. Portanto, fora construída discursiva e intelectualmente o retrato destes povos como “resistente à mudança”, como “personagem apático”, entre outros (MONDARDO, 2009, p.177/178), a fim de desencadear e acionar a ação modernizadora, “construída como estratégia política para a implementação de uma sociedade urbana e de um novo rural, com valores distribuídos por todo o território nacional”, bem como, a exclusão ou eliminação do estereótipo caboclo, considerado como “preguiçoso”, “não afeito ao trabalho”, etc. Segundo Fraga (2017), sob a perspectiva política, o caboclo não tinha saber e nem poder; era “a-político”, “não era inteligente”, “não possuía escolaridade”, não seguia leis e nem normas civilizadas, normas burguesas (MONDARDO, 2009, p.191).

Conforme Mondardo (2009), foi caricaturado um semblante danoso¹¹ à cultura cabocla e indígena, estereotipado através de uma tática discursiva burguesa, disseminada pelos mais variados meios de comunicação da época que, por sua vez, legitimou e sobrepôs um universo urbano-industrial. No campo, o mundo agrário foi considerado “arcaico”, “rudimentar”, “atrasado” e “superado” para os interesses do Estado e da classe hegemônica nacional, se transforma em agricultura “moderna-racional” (MONDARDO, 2009, p.191).

Mondardo (2009), ressalta que a floresta é parte constitutiva da cultura cabocla e indígena. Neste sentido “o caboclo não buscava (puramente) refúgio na mata por conter uma “racionalidade” diferente da empregada pela modernidade, a mata era o território¹² propício para a sua sobrevivência” (MONDARDO, 2009, p.200), razão pela qual se torna um local com sentidos atribuídos por culturas desprezadas e desconsideradas, um território de reprodução de um modo de vida, próprio e seguro ao referido grupo, pois é da natureza que retiravam seu sustento e estabeleciam relações e práticas socioculturais de sobrevivência (MONDARDO, 2009, p.201).

Entretanto, os caboclos e seus descendentes também cultivavam em pequenos lotes, por meio de uma agricultura extensiva, desenvolvendo suas práticas e técnicas para o uso do território, “especialmente em relação à caça, à pesca e a coleta, mas também em função da plantação de alguns alimentos em pequenas áreas”, eram comuns o plantio dos seguintes alimentos “milho, feijão, arroz e mandioca” (MONDARDO, 2009, p.207). O plantio se dava por meio do sistema de “coivara ou pousio”, que se institui na lógica nômade, ou seja, “constituía-se em práticas em que as roças são abandonadas, na maioria das vezes, após o solo ter esgotado sua fertilidade natural, e retomadas após vários anos

¹¹ Desse modo, [...] podemos afirmar que a (de)nominação e classificação “caboclo” passou a ser atribuída e construída discursivamente no Brasil, ao homem rural “não moderno” que vivia “isolado” no meio da mata, tendo um modo de vida considerado “arcaico”, “primitivo”, “indolente” e “preguiçoso”, sobretudo. Sob a perspectiva econômica dominante, especialmente, este sujeito ou adaptar-se-ia ao sistema agropecuário-exportador através da agricultura familiar para venda dos produtos, ou seria expropriado, tornando-se proletariado, ou, também, seria “extinto” do sistema capitalista. Sob o viés cultural, seu modo de vida foi sobretudo visto como “inferior”, como “rústico”, como “não aceitável”, “folclórico”, em relação a uma proferida sociedade urbana, com valores “superiores”, desenvolvidos (MONDARDO, 2009, p.190/191).

¹² O território dos caboclos era, ao mesmo tempo, um valor e/ou instrumento de poder (o valor atrelado ao seu universo cultural e o poder da sobrevivência), em que, além do uso (in)constante, há uma valorização simbólica identitária, referência espacial da existência humana. A floresta era a referência simbólica e identitária do seu modo de vida, era a base, a (geo)estratégia, o trunfo, o poder de seu modo de reprodução (MONDARDO, 2009, p.2001). Assim, para o caboclo, era um paradoxo cultivar grandes extensões de terra, sendo que quase tudo que precisava estava por retirar da floresta. A maioria dos recursos que necessitava para sua sobrevivência estava na floresta: seu território (MONDARDO, 2009, p.207).

quando as capoeiras já restauraram a fertilidade e assim sua capacidade de produção” (MONDARDO, 2009, p.207).

Outra técnica utilizada pelos caboclos, diz respeito à “técnica da rotação de terras utilizadas para o uso do território”, permitindo que ele trace diferentes possibilidades de sobrevivência, mantendo sua relação direta com a natureza. Neste sentido, “o caboclo detinha o trunfo, o poder de mudar de lugar para obter os recursos que uma nova área lhe poderia fornecer, concomitantemente, para a técnica da rotação de terras como para a coleta, pesca e caça indígena” (MONDARDO, 2009, p.208).

Outra possibilidade com bastante sentido, com relação ao nomadismo caboclo, diz respeito às “tensões ocorridas com outros indivíduos ou grupos sociais, tais como indígenas e/ou pioneiros” (MONDARDO, 2009, p.211).

Sob essa perspectiva, podemos afirmar que o território no espaço-tempo de 1900 a 1940 era caracterizado, fundamentalmente, pelos tempos lentos (e, portanto, pelos homens lentos), onde as diferenciações enraizavam-se na natureza através de um tempo humano que buscava timidamente ocupar os alvéolos de um tempo “natural”. O trabalho, elemento fundamental de transformação através da apropriação e dominação do território, se dava, sobretudo, através das safras de suínos, da caça, da pesca e da coleta e, em menor medida, da exploração de erva-mate. Seu ritmo era lento; não existiam relações de exploração amplas no território, pois o modo de vida caboclo se desenvolvia na morosidade, no ritmo da economia de subsistência (MONDARDO, 2009, p.221).

No entanto, ocorre a partir de 1940 o deslocamento de migrantes para Francisco Beltrão. Desta forma, “o tempo, os ritmos foram intensificados através das novas relações estabelecidas no território em suas múltiplas dimensões; os novos ritmos impuseram novas e rápidas territorialidades que transformaram o território e os sujeitos, concomitantemente” (MONDARDO, 2009, p.177/1/78). A chegada de muitos migrantes oriundos essencialmente dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina demarca um processo de “urbanização” que “apresenta características próprias, portanto, pautadas na fixação definitiva de núcleos coloniais e urbanos, dando ênfase ao estabelecimento de comunidades (muitas vezes étnicas, como, por exemplo, por descendentes de italianos, alemães e poloneses) organizadas em vilas e cidades” (MONDARDO, 2009, p.261).

É na década de 1940 que se desenvolve o processo da chamada “ocupação efetiva” do Sudoeste do Paraná, movida pela “migração espacial do capital e da população, em função do deslocamento de descendentes italianos e alemães oriundos do Rio Grande do

Sul e de Santa Catarina” (MONDARDO, 2009, p.263). Neste processo, a colonização de Francisco Beltrão se insere por meio das migrações internas, principalmente dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, incentivada pelo governo federal para ocupar áreas em expansão no Oeste do Paraná. No entanto, cabe destacar, conforme Mondardo (2009), que “a frente pioneira é o espaço da migração, do conflito e da alteridade” (MONDARDO, 2009, p.264).

Os sujeitos que já estão ocupando a fronteira, índios, caipiras, caiçaras, caboclos e camponeses têm um tempo histórico diferente daqueles imigrantes que chegam ao lugar. Estes tempos singulares se refletem em um grande choque cultural, político e econômico, pois resultam em diferentes visões de mundo e projetos para o futuro. (MONDARDO, 2009, p.264).

Neste sentido, o processo de urbanização do município de Francisco Beltrão remete a conflitos territoriais por parte de diversos atores e setores particulares ao contexto geográfico e histórico da época. No entanto, embora possua particularidades, este processo não destoa da lógica de mercantilização do espaço urbano e do privilégio de grupos mais abastados economicamente no quesito acesso a bens públicos e direitos fundamentais básicos, já que se pauta num modelo de segregação territorial e exclusão sociocultural de grupos desconsiderados pelo capital imobiliário e outros setores dominantes.

Referimo-nos aos conflitos por posse de terras ocorridos no Brasil nas décadas de 1950 e 1960, mais especificamente no sudoeste do Paraná. Priori *et al* (2012, p.144) destacam que no estado, em questão, ocorre uma desenfreada titulação de posse de porcentagens de terras, pertencentes ao Estado, o que ocasiona disputas judiciais intermináveis, tornando a terra uma mercadoria pertencente a vários ‘donos’: à União por exemplo, ou ao Estado, às companhias particulares e também aos posseiros.

O governo Vargas criou em 1943, no Sudoeste paranaense, a Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO – cujo objetivo era a “ocupação e a conseqüente integração da região às demais regiões do Estado”. Isso trouxe milhares de posseiros que buscavam melhores condições de vida. Os conflitos territoriais entre os posseiros e as companhias se acirraram até o ato de 10 de outubro de 1957, em que foi formada uma comissão para tomada das decisões, convocada pela rádio. Francisco Beltrão foi ocupado por milhares de pessoas. Os jagunços contratados pelas companhias foram presos antes de conseguirem fugir. Os revoltosos invadiram os escritórios das companhias. Quebraram

tudo, rasgaram e jogaram rua afora as promissórias e contratos que haviam assinado (PRIORI, A., et al, p.153).

Após os ânimos terem se acalmado, foram enviadas até o Sudoeste tropas da polícia militar para a retomada do controle da região. A polícia reassumiu as delegacias da localidade e, aos poucos, foi adquirindo a confiança da população. Resolvia-se, portanto, pelo viés policial parte dos problemas da região: o fim da ação das companhias (PRIORI, A., et al, 2012, p.155).

Vale lembrar que foi por meio de duas vias que ocorre a exploração no país, ou seja, pela progressiva pauperização das unidades de produção, aliada ao aumento dos preços dos produtos que inviabilizavam a compra pelos colonos “levando-os a um crescente endividamento que determinava a perda da propriedade da terra” (RODRIGUES, 2005, p.38). É este aumento no valor da terra que atrai grandes fazendeiros e companhias colonizadoras (RODRIGUES, 2005, p.39).

A industrialização no Brasil ocorre sob circunstâncias de uma crise agrária, em que a alteração do latifúndio, partindo para o capitalista, acaba por romper a dinâmica do campo e culmina na expulsão desta população para os centros urbanos na busca por novas formas de ocupação, causando um contexto de inchaço urbano (MACHADO, 2020, p.122).

Luiz Carlos Flávio (2011), por sua vez, aponta para importantes contribuições a respeito dos conflitos territoriais, na medida em que explora em sua tese de doutorado, intitulada *Memória(s) e território: elementos para o entendimento da constituição de Francisco Beltrão-PR*, descreve o resgate da memória formativa do município, ressaltando o caráter linear e excludente da historicidade transmitida e tida como “oficial”.

[...] as novas relações de produção, então instaladas pelo Estado e pela presença de gaúchos e catarinenses, protagonizaram a “exclusão” dos caboclos no Sudoeste paranaense. Dentre outros pontos, as normas impostas em relação ao acesso à terra estabeleceriam um uso em quantidade restrita por família. Ao mesmo tempo, a terra e a produção se subordinariam, paulatinamente, aos ditames do capital e ao comando dominante das relações mercantis, condições às quais a maioria dos caboclos não se acostumou. (BONETTI, 1997 *Apud* FLÁVIO, 2011, p.162)

Com isso, observa-se o desabrochar das relações capitalistas de produção, à medida que o tempo, a terra e a produção se subordinam a tais moldes, definindo as relações trabalhistas, pelas quais se rejeitam os habitantes locais. Desta forma, pode-se destacar, brevemente, o aspecto escravocrata desta imposição, devido ao processo de acumulação capitalista ser pautado no capital variável e no capital constante¹³ e, com isso, a geração de mais-valia.

Neste sentido, Marx (1958) nos explica de forma objetiva como a lei de acumulação pela via de expropriação dos operários, ao afirmar que tanto o escravo, o servo quanto o operário trabalham para o seu sustento. No entanto, em maior fração, trabalham para gerar lucro a seus senhores. A sujeição e exploração humana, do homem pelo próprio homem, sempre se atrela a um lado desprovido de qualquer meio de produção. Ao considerar-se isso, o autor afirma que “a conservação do capital, isto é, a sua reprodução, é precisamente, no modo de produção capitalista, a conservação dessa cadeia de sujeições e de exploração humana” (KARL MARX, 1958, p.106).

No particular caso da cidade de Francisco Beltrão, que se trata neste momento, cita-se Flavio (2011), quem destaca que “do total de pessoas inquiridas (25 pessoas), 68% (17 pessoas) assumiram terem pais ou avós indígenas, bem como quinze pessoas (ou 60% do total de entrevistados) relataram terem pais e/ou avós caboclos” (FLÁVIO, 2011, p.172, os quais não subordinados aos ditames do capital, por isso foram excluídos e marginalizados no território municipal, alocados na região Norte.

De nossos oito entrevistados, dois se autodeclararam pretos, três se consideraram pardos e outros três como brancos. Quatro deles possuem familiares e já residiam no campo. Diz respeito a um fator de suma importância, considerando que a educação, quanto mais próxima da cultura e origens de um povo, mais sentido ela fará aos interessados. Não apenas isso estes números retratam situações e condições das juventudes atuais similares ou pelo menos próximas aos que relatamos sobre os caboclos nas décadas de 80 e 90. Veja-se o que se apresenta nos relatos “*desde 2010 no caso (meus pais residem em Francisco Beltrão), minha mãe está na cidade né, meu pai trabalhou na Sadia por 5 anos e voltou de volta pro sítio*” (PEDREIRO, entrevistado em 12 de janeiro de 2022); “*Do campo, pai e mãe, né? Tudo do campo, avô...*” (COLONO, entrevistado

¹³ De acordo com (KARL MARX, 1958, p.104) “o capital variável [...] é representado pelo valor da força de trabalho, isto é, pelo salário”, enquanto o capital variado é “representado pelos meios de trabalho e as matérias primas” (KARL MARX, 1958, p.103).

em 12 de janeiro de 2022); *“Tudo no interior [...] Eles sempre foram daqui eu acho”* (ZELADOR ESCOLAR, entrevistado em 12 de janeiro de 2022); Eles sempre foram do campo? *“Sim”*. Quais foram as profissões que eles exerceram ou exercem até hoje? *“a minha mãe é dona de casa, meu pai é da construção civil”*. Eles estudaram até que série? *“O meu pai não estudou e a minha mãe também, ela fez até o oitavo parece”* (DONADECASA, entrevistada em 11 de janeiro de 2022).

Em relação aos descendentes de caboclos e indígenas, Flavio (2011) evidencia que, em sua maioria, são trabalhadores da construção civil, pedreiros, carpinteiros etc. Outros são funcionários municipais, além daqueles que exercem serviços tipicamente braçais, tais como: capinadores, catadores de materiais recicláveis. No que diz respeito às mulheres, elas são enquadradas na profissão de empregadas domésticas. Ainda há um caso de “filha de caboclos” que é auxiliar de produção (junto à empresa Sadia). E, outro, que é comerciante (FLÁVIO, 2011, p.172)

Outros dois fatores de suma importância levantados pelo autor. O primeiro deles diz respeito primeiro aos indicativos de escolaridade dos descendentes de indígenas e caboclos. Já o segundo, refere-se à vinculação com a categoria trabalho. Desta maneira, revelou-se que cerca de 50% declararam ter cursado o primário completo. As pessoas pesquisadas exercem profissões que não exigem qualificação profissional. De forma geral, os homens (que foram 11, dos 25 entrevistados) trabalham na construção civil (pedreiros, pintores, calceteiros) ou em funções, como auxiliares de produção e motorista. Já as mulheres descendentes de índios (num total de 5), via de regra, são domésticas (FLÁVIO, 2011, p.137).

Na visão de Mondardo (2009), é entre 1940 a 1970 que se caracteriza o período de urbanização e “produção territorial” do município, por meio da produção agrícola e artesanal familiar, bem como a etnicidade de descendentes de italianos, alemães e poloneses, desta forma, o município foi historicamente ilustrado por particularidades, “(de)marcado por um modo interiorano de viver em que a ideologia do trabalho e do progresso caminharam juntas na mobilização e, portanto, na construção da identidade territorial” (MONDARDO, 2009, p.333). Dá-se, neste sentido, ênfase a uma importante contradição presente nas visões e compreensões acerca da categoria trabalho, já que foi através desta categoria que se “mobilizou e criou, portanto, uma identidade territorial vinculada ao trabalho, assentada a uma construção político-ideológica-discursiva do trabalhador” (MONDARDO, 2009, p.334).

Era, portanto, por meio de uma identidade submissa, subserviente que se buscava a fabricação de um ser específico, o trabalhador moldado como um soldado, disposto a oferecer sua força de trabalho para modificar o território. Essa ideologia do trabalho, na perspectiva do autor, contribui significativamente para o desenvolver de projetos da classe local e nacional dominante, a frações da classe hegemônica, além de impor e legitimar uma construção discursiva do sujeito trabalhador, transformador, de ideal de brio, de luta e transformação (MONDARDO, 2009, p. 334/335).

É por conta destes desdobramentos que a categoria trabalho ganha destaque. O território do Sudoeste paranaense e a identidade territorial de seus sujeitos foram construídos através de uma “febre do trabalho” pela valorização – atrelada à ideologia religiosa e cristã – do “trabalho braçal” (MONDARDO, 2009, p.338).

O encontro entre o grupo antigo (caboclos) e o grupo novo (migrantes gaúchos e catarinenses descendentes de europeus de segunda ou mesmo terceira geração no Brasil) no território e a pressão que os obrigou a conviverem de alguma maneira como membros de um mesmo recorte espacial não foram acontecimentos sem embate, sem choques étnicos ou identitários, ou seja, sem conflitos culturais, políticos e econômicos. Este encontro de “dois mundos” se inseriu no contexto de profundas transformações que no Sudoeste paranaense estavam ocorrendo, sobretudo, da passagem de um “período natural” a um “período técnico”. (MONDARDO, 2009, p.348).

É válido destacar que ambos os grupos se apropriam do território com determinados valores inerentes a suas subjetividades e seu contato com uma ou outra cultura – tanto os descendentes de italianos, de alemães e poloneses quanto dos caboclos, caiçaras e indígenas. No entanto, “os caboclos viviam no território na condição de posseiros, resultado da ocupação da terra na frente de expansão”, com as migrações, conflitos entre os grupos se iniciam, segundo o autor, o mais latente deles foi na “instituição da propriedade privada e do cercamento das terras”, criando tensões, pois os caboclos criavam os animais soltos e os europeus criavam os animais fechados (MONDARDO, 2009, p.354).

Rodrigues (2005) nos recorda que na década de cinquenta, houve significativas mudanças no setor agrícola e na agricultura como um todo. Estas, por sua vez, eram advindas do processo de industrialização. Atribuíram ao campo novas funções, preservando, por isso, duas características fundamentais, “a concentração da propriedade da terra, bem como a exploração nas relações de trabalho” (RODRIGUES, 2005,

p.34/35). Entretanto, é em torno das distintas perspectivas acerca da categoria trabalho que gira outro dos grandes conflitos entre os grupos.

O trabalho foi condição inerente à vida dos descendentes de italianos, alemães e poloneses em contraposição ao modo de vida do caboclo, onde o trabalho assumia uma posição diferente, mas não menos importante, pois se para os (migrantes) o trabalho constituía um valor étnico e identitário central, para o (caboclo), o trabalho só era importante para suprir suas necessidades básicas de alimentação não tendo objetivo a acumulação de mercadorias, terras ou outros bens materiais, por exemplo. Portanto, para o caboclo o trabalho não era central em sua vida e se reproduzia em outra lógica daquela dos descendentes de europeus. O importante para o caboclo era ter o tempo livre para fazer aquilo que tivesse vontade, não ficando preso a coerção do tempo e da ideologia do trabalho (MONDARDO, 2009, p.324).

Conforme Mondardo (2009) é na década de 1970 que se instalam na cidade o que o autor chama de “forças econômicas e políticas”, em busca da “modernização conservadora da agricultura” e da “industrialização”, provocando mudanças significativas no território e na dinâmica de mobilidade urbana (MONDARDO, 2009, p.371).

Desencadeava-se, assim, no campo beltronense, como em todo Sudoeste paranaense, o processo de diminuição da população rural através da implementação no território de uma nova racionalidade econômica, cultural e política com a implementação de uma nova técnica e tecnologia, de uma nova visão de mundo, de novos valores, de uma nova cultura ligada a um mundo urbano-industrial que acarretou transformações substanciais na relação do homem com a terra e, com isso, resultando num processo seletivo e excludente daqueles e daquelas que conseguiram se manter na terra e daqueles e daquelas que não conseguiram (ou até mesmo “optaram” em se transferir para a cidade, como o caso dos mais jovens atraídos pelo mundo moderno, urbano e industrial) (MONDARDO, 2009, p.387).

Os colonos, diante do processo de modernização na agricultura e sua incapacidade de se adequar aos novos padrões de produção agrícola sem endividar-se nas linhas de crédito, ficaram sujeitos a quatro possibilidades, listadas por Mondardo (2009): vender suas terras e investir em novas terras em outro território; vender sua propriedade e migrar para as cidades tornando-se assalariado; aumentar suas possibilidades de sobrevivência, encorajando seus filhos a buscar terras novas e a reproduzirem-se em outra fronteira agrícola ou reduzir o peso da pressão demográfica sobre a sua terra com a migração dos filhos, tornando-se, estes, assalariados nas cidades (MONDARDO, 2009, p.391).

De acordo com Mondardo (2009), nos primeiros anos da década de 80, a paisagem do município passa a contar com a presença de “boias-frias”, residindo, em sua maioria, nas periferias beltronenses. Tais sujeitos integravam um contingente de “diaristas, moradores da periferia urbana, mas trabalhando por dia na agricultura”, sobrevivendo de diversas atividades que desenvolviam, enquadrados “como subempregados, nos chamados setor informal, durante os períodos de entre safra” (MONDARDO, 2009, p.394). A expropriação deixou apenas a força de trabalho enquanto produto a ser comercializado, comprado pelos mais abastados e submetendo os caboclos a subserviência aos “pioneiros”.

O colono, ao se tornar assalariado, foi forçado a abdicar de sua dinâmica de sobrevivência, sua autonomia nos horários e atividades, por isso “passaram a viver em um horário (tempo) de trabalho rigidamente controlado, sofrendo coerções pelo controle do tempo do capital sobre suas vidas” (MONDARDO, 2009, p.407). Sem mencionar que na cidade ele precisava consumir para se alimentar, quando no campo, por meio de estratégias agrícolas, produzia tudo aquilo que precisava.

Em síntese, “esses sujeitos passaram por profundas alterações sociais migrando do campo para a cidade especialmente contando em muitos casos não com a pretensa melhoria de vida, mas, com a precarização das suas condições de trabalho e de reprodução social” (MONDARDO, 2009, p.407). O autor conclui seu raciocínio, ao afirmar que “houve deste modo, uma centralização das relações sociais em função da indústria e dos trabalhadores que se "territorializam" no perímetro urbano em função da oferta de trabalho” (MONDARDO, 2009, p.407), tendo enquanto indústrias chaves na produção as empresas Chapecó (na década de 1980) e a Sadia (na década de 1990), estas eram na maioria das vezes as únicas alternativas para aquele contingente de indivíduos, que se encontravam “desterritorializado e, portanto, expropriado e precarizado com uma nova vida na cidade” (MONDARDO, 2009, p.408).

Esse processo resultou muitas vezes em uma “segregação” dos migrantes nas cidades oriundos da zona rural; estes sujeitos, após a desterritorialização, foram morar em bairros periféricos da cidade (principalmente na chamada “cidade norte”) se tornando, assim, mão-de-obra para as indústrias localizadas principalmente no entorno destes bairros periféricos. Houve nitidamente um processo de desterritorialização através da perda da terra e da proletarização do migrante do campo para cidade. (MONDARDO, 2009, p.410).

Destaca-se, aí, a influência das indústrias que, posteriormente, se instalaram rapidamente, aos arredores delas, dos complexos residenciais, cujo objetivo era, e ainda é, servir diretamente à mão-de-obra para seu complexo industrial. Este complexo urbano foi denominado como “cidade norte” (MONDARDO, 2009, p.403). Em suma, concluiu-se que “a empresa capturou a subjetividade (da ética do trabalho e do comprometimento) dos jovens do campo e utilizou isso para obter maior produção e produtividade nas atividades laborais” (MONDARDO, 2009, p.404).

Leme (2015, p.133), ao tratar do processo de expansão urbana ocorrido no município, caracteriza-o em dois tipos: o primeiro o denomina de “expansão horizontal”, marcada pela abertura de loteamentos e conjuntos habitacionais, enquanto o segundo deles o tipifica de “expansão vertical”, definida pela construção de edifícios.

Observa-se, portanto, no referido período, dois pontos de suma importância nesta discussão. O primeiro deles diz respeito “à forte influência dos incorporadores locais sobre a política urbana, fazendo com que o mercado regule a forma como a cidade cresce” (LEME, 2015, p.124). Já o segundo ponto se caracteriza por um processo de segregação urbana e privação de direitos a determinados grupos, na medida em que o capital imobiliário - entre outros incorporadores locais - preconizava áreas ao centro, enquanto as outras áreas mais marginalizadas foram tratadas com descaso, consumando um processo de segmentação da cidade, além de fortalecer o “espraçamento do limite urbano” ao valorizarem áreas centrais e extraírem mais renda das terras (QUAGLIOTO, 2018, p.50).

Segundo Quaglioto (2018), “tais disputas transformam os locais da cidade quando define que cada local terá um valor diferenciado devido à distância do centro ou a quantidade de infraestruturas existentes em determinada área”, além de serem influenciadas pelo acesso, ou seja, aquelas que possuem rápido acesso são mais valorizadas, mas as que não possuem, sofrem desvalorização (QUAGLIOTO, 2018, p.50). Uma das instituições públicas que exerceu ou sofreu influência dos incorporadores locais na política de urbanização de Francisco Beltrão foi a Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), cujo resultado, em grande medida, foi o espraçamento da cidade (QUAGLIOTO, 2018, p.85). O autor ressalta, ainda, que “o espraçamento do espaço urbano serve para abrigar a população menos favorecida economicamente, parte da qual saiu do campo para a cidade em função do baixo nível de tecnificação da atividade agrícola” (QUAGLIOTO, 2018, p.89), desta forma:

Enquanto há espraiamento do espaço urbano, notadamente, forçado pela necessidade de habitação da população menos favorecida economicamente, há “vazios urbanos” dormentes no espaço central da cidade de Francisco Beltrão, a espera de maior valorização imobiliária. Nesse contexto, a população que necessita de moradia se encontra sob interesse de grupos que administram imobiliárias e, por conseguinte, cooperativas habitacionais (QUAGLIOTO, 2018, p.128).

Um processo que, como ressalta Ermínia Maricato (2003, p.02), naturaliza e preconiza a segregação urbana ou ambiental, fomentada por grupos imobiliários dominantes. Esta é, segundo a autora, uma face da desigualdade, talvez a mais importante delas, já que também promove a desigualdade social. Sua análise evidencia que à dificuldade de acesso aos serviços e à infraestrutura urbana, somam-se a menos oportunidades de emprego, de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), à discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, de difícil acesso à justiça oficial e ao lazer (MARICATO, 2003, p.02). Nas palavras de Quaglioto (2018, p.45): por conta desta marginalização, “a população que reside em áreas de ocupação irregular, violentas, favelas ou em prédios abandonados, acaba tendo menos valor humano que a população que habita as áreas mais centrais”.

Em particular, no município de Francisco Beltrão, ao longo dos anos noventa, se constroem novos conjuntos habitacionais, com o intuito de abrigar a população pobre que saia do campo em direção à cidade em busca de oportunidades nas indústrias (LEME, 2015, p.131). Neste cenário de imposições, molda-se o espaço urbano, definindo grupos sociais, a partir dos locais em que residem no norte da cidade, onde estão os bairros populares, comunidades, favelas, por conta do forte estímulo de industrialização, enquanto na região Sul, se encontram loteamentos destinados ao público mais rico, com maior poder aquisitivo, por isso fica próxima de universidades e hospitais (LEME, 2015, p.185).

Em concordância, citamos Machado (2009) *Apud* Ghisi (2016). É na década de 1990 que a cidade já apresentava como característica a separação geográfica em duas áreas significativamente distintas: a área central, formada pelos bairros Centro, Presidente Kennedy, Miniguaçu, Vila Nova, Industrial, Nossa Senhora Aparecida e Alvorada, bairros em que residem pessoas das classes alta e média. No lado oposto, a área ao Norte da cidade se encontram as periferias, formadas pelos bairros Cango, Cristo Rei, Guanabara, São Miguel, Pinheirinho, Pinheirão e Padre Ulrico, onde residem, em sua

maioria por pessoas de baixo poder aquisitivo (MACHADO G. 2009, p.148 *Apud* GHISI, 2016, p.96).

São exemplos da redistribuição de famílias em situação de pobreza os bairros Padre Úlrico e Jardim Floresta, população essa retirada dos territórios que habitavam. Esta mesma população foi transferida para outras áreas, sem qualquer relação com essa nova conjuntura social urbanizada ou mesmo uma familiaridade com o local e com a nova vizinhança (QUAGLIOTO, 2018, p.85). Importante destacar que neste município o grande quantitativo de descendentes dos caboclos e indígenas reside no bairro Padre Ulrico, indicado por Machado (2009) *Apud* hisi(2016), que se refere ao período compreendido entre o final da década de 80 e início de 90, foi tido como um bairro periférico.

Atualmente, o município possui, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2020, um contingente populacional de aproximadamente 92.216 pessoas, distribuído em 735,111 km² de área territorial. Os complexos industriais, neste espaço, moldam a paisagem urbana, enquanto no campo permaneceram principalmente aqueles que possuíam condições para “modernizar-se”.

Neste sentido, a partir deste ponto, a discussão se afunila em direção a um bairro específico: Padre Ulrico – visto como o palco da ocupação do terreno da Frigobel, atualmente localizado o Conjunto Habitacional Terra Nossa - cujo território é marcado por movimentos populares de ocupação e processos de regularização fundiária, além de se caracterizar enquanto “região de predominância da instalação pela prefeitura municipal dos conjuntos habitacionais” (LEME, 2015, p.182). Conforme exposto por Pagnan (2019, p.15), o referido bairro é considerado como uma “área da periferia pobre da cidade de Francisco Beltrão-PR”.

2.3 Bairro Padre Ulrico e a Luta por Moradia

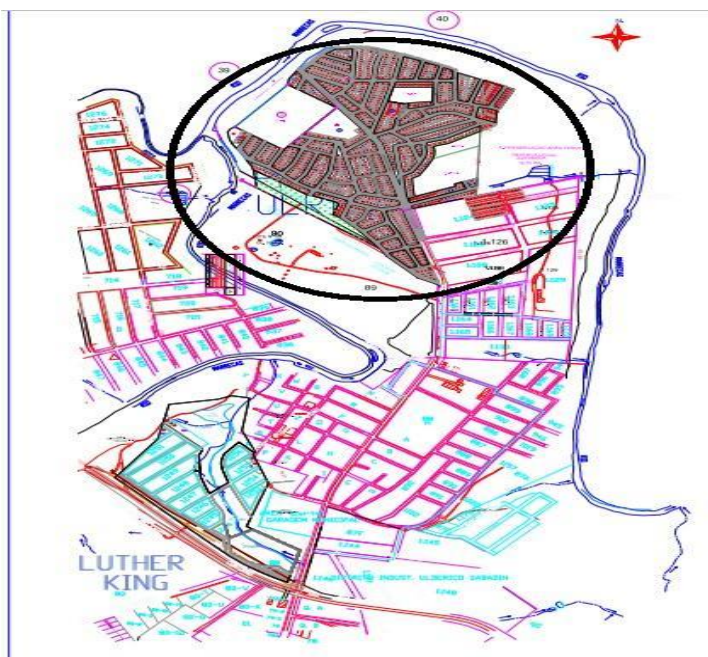
O bairro Padre Ulrico¹⁴ é um território, cujas bases são forjadas por ocupações populares, que possui programas sociais de habitação e moradia por parte do poder

¹⁴ Em matéria escrita em 09 de abril de 2019 por Leandro Czerniaski ao Jornal de Beltrão, Ulrico Stael Janssen nasceu em Hamme, na Bélgica, em 1912. Em 1937 iniciou sua vida missionária no Congo (África), e 11 anos depois veio para o Brasil. A partir de 1948 passou a atuar como pároco em Barracão e em 1965

público, resultando num contingente de migrantes que foram retirados de seus espaços, do campo em sua maioria, e realocados em espaços, por vezes, distantes do centro e das universidades, com poucos recursos e poucas instituições de atendimentos básicos precarizados, vulneráveis social e economicamente expropriadas. Estas populações seguem existindo, resistindo e lutando pelo direito à moradia desde sempre negado pela lógica de desenvolvimento capitalista.

O bairro em questão faz divisa com o Rio Marrecas, e as Rodovias BR 180 e Antônio de Paiva Cantelmo, bem como áreas rurais (PAGNAN, 2019, p.44). A autora se refere ao bairro enquanto “exemplo de periferia pobre”, que “resultou da constituição de alguns conjuntos habitacionais, aos quais posteriormente se somaram áreas de ocupações ilegais e loteamentos regulares” (PAGNAN, 2019, p.40). Na figura abaixo, apresenta-se o bairro Padre Ulrico cercado pelo rio e o Conjunto Habitacional Terra Nossa circulado em preto. Os demais pontos se dividem entre os 15 conjuntos de habitação que formam o bairro.

Imagem 1: Bairro Padre Ulrico e Conjunto Habitacional Terra Nossa.



Fonte: produção do autor, 2021.

veio para Francisco Beltrão, onde viveu até sua morte, recluso no Seminário São José. Padre Ulrico morreu aos 57 anos, sendo este o primeiro belga da congregação dos Missionários Sagrado Coração – MSC, no Paraná. Está sepultado no Cemitério Municipal de Francisco Beltrão, no mesmo jazigo de outros padres belgas. Conforme expõe Czerniaski (2019), “Ulrico só se tornou nome de bairro na década de 80 – antes, o local era designado como Horto, devido ao viveiro de mudas da Prefeitura de Beltrão”.

De acordo com Pagnan (2019, p.15), o bairro Padre Ulrico possui uma extensão territorial de 2.4 km². Está localizado na porção Nordeste da cidade de Francisco Beltrão, com uma distância em relação ao centro de 4,8 km em linha reta. Esse bairro faz divisa a Oeste com o bairro Jardim Itália I, ao Sul, com o bairro Luther King e as porções Norte e Leste são áreas rurais. Segundo a Lei Municipal nº 2.800/2000, o bairro Padre Ulrico foi oficializado como bairro juntamente com mais outros 29 bairros da cidade de Francisco Beltrão (PAGNAN, 2019, p.15).

Foram dois os conjuntos habitacionais construídos e que originam o bairro na década de 80. O primeiro deles é o Padre Ulrico I com setenta e oito unidades e o segundo é o Conjunto Habitacional Padre Ulrico II, com aproximadamente quarenta unidades habitacionais, possíveis devido a parceria entre a administração municipal, o banco Caixa Econômica Federal e a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) e consumada pelo “Plano de Ação Imediata para Habitação – PAIH” (PAGNAN, 2019, p.49). A respeito das áreas habitacionais presentes nesta localidade, a autora destaca que este é constituído por 15 áreas específicas para habitação, entre conjuntos habitacionais e loteamentos, sendo elas:

Conjunto Habitacional Ribeirão Preto, Conjunto Habitacional Padre Ulrico I e II, as áreas verdes com ocupação, casas construídas pela CEF (Caixa Econômica Federal), os Conjuntos Habitacionais Esperança I, II, III, IV, V e mais outros conjuntos denominados Conjunto Beltrão I e II, e Coohabtran II. Além dos conjuntos habitacionais que compõem o bairro Padre Ulrico, existem dois novos loteamentos criados a partir do ano de 2011, o Residencial Torres do Marrecas e o Loteamento Lago das Torres (PAGNAN, 2019, p.45).

Representando em dados, retirados do Plano Diretor Municipal de Francisco Beltrão, tem-se o bairro Padre Ulrico e o Bairro Antônio de Paiva Cantelmo que são as áreas urbanas, as quais concentram a maior densidade demográfica, 3,93 e 3,83 pessoas por domicílios, respectivamente (PDMFB, 2017, p.72). No tocante à alfabetização, 6% da população do município com idade acima de 10 anos não são alfabetizadas. Sobressaem-se na análise os bairros Padre Ulrico e São Pio X, como aqueles que detêm os maiores índices de população não alfabetizada, 12,25% e 12,23%, respectivamente (PDMFB, 2017, p.74). Outro fato importante diz respeito aos desastres causados por vendaval ou por granizo, que incidem com mais frequência nos bairros Novo Mundo, Padre Ulrico e Conjunto Esperança (PDMFB, 2017, p.110).

Mesmo sendo uma periferia pobre do município, acredita-se que existem heranças históricas de organização popular que marcam a trajetória desta população, bem como a luta por regularizações fundiárias, iniciando com o movimento de forte cunho católico, a partir do qual se constroem movimentos, instituições e coletivos que permanecem basilares na comunidade. Em sua pesquisa, Mocellin (2019), destaca que a comunidade, já na década de 1990, “entendia a importância da organização da Associação de moradores para a busca de melhorias (organização popular)”, além de contar nas reuniões “com a presença de autoridades convidadas com o intuito de apresentar as demandas existentes e conseguir avanços para a comunidade” (MOCELLIN, 2019, p.173).

Outro destaque importante sobre este tema diz respeito ao movimento popular, conquista e construção do Colégio Estadual Léo Flach. Este, de acordo com Mocellin (2019), “foi assumido pela comunidade e pelas lideranças do bairro em meados da década de 1990, bem como pela direção do Núcleo Regional de Educação da época¹⁵” (MOCELLIN, 2019, p.175). Abaixo se destaca um ato político - aliado a outras estratégias - cujos frutos renderam a conquista de um colégio que atendesse os anos finais da educação básica.

Na comunidade do bairro Padre Ulrico houve a inauguração do Parque Florestal Irmão Cirilo no ano de 1997, e estiveram presentes representantes do alto escalão do governo do Estado, entre eles Rafael Greca, que na época ocupava o cargo de secretário de Planejamento e Coordenação Geral do Estado do Paraná, e foi o secretário-chefe da Casa Civil entre 1997 e 1998. A comunidade sabendo que na inauguração do Parque haveria a presença de representantes do governo, organizou uma mobilização onde uma senhora com um pequeno cartaz na mão reivindicava “Queremos Escola” (MOCELLIN, 2019, p.175).

O movimento popular de ocupação do terreno da Frigobel, um dos mais recentes (2016), se interliga com os movimentos de organização popular em prol de educação – construção do Colégio Estadual Léo Flach – e de habitação – ocupações de terrenos públicos e de construção dos conjuntos habitacionais - concretizados desde o início do bairro Padre Ulrico. É por isso, a organização coletiva e popular é um ponto marcante na história desta comunidade.

¹⁵ Chefiada pelo professor Átila de Freitas e seu assessor professor Lauri Luiz Toassi (MOCELLIN, 2019, p.175).

Enfatiza-se, novamente, que a gestão da pobreza passa pelo processo de desapropriação da classe trabalhadora, seja territorial, culturalmente, economicamente ou em questão de conhecimento do mundo e de sua produção. Em razão disso, ressalta-se o caráter comunitário presente nesta comunidade, sua consciência popular de mobilização em prol de objetivos comuns e benéficos a todos.

A relação entre a questão da moradia, meio de produção e particularidades do bairro Padre Ulrico, é estar ambas expostas ao fenômeno da pauperização. Conforme expõe Delgado (2005), a junção destas dificuldades é indicadora atual de elevados níveis de desemprego, superexploração da força de trabalho e a inadequada gestão das terras ociosas. Junto a isso, o mercado, tanto rural como urbano, continua a reproduzir os padrões de dominação vigentes, elevando, consideravelmente, a desproteção social e o avanço das políticas de insegurança alimentar, ou o “problema da fome”, entretanto, “essa tríplice carência - desemprego – ociosidade das terras e insegurança alimentar pode ser revertida mediante ação concertada – Estado – Sociedade” (DELGADO, 2005, p.26).

Sobre as ocupações, cabe destacar que ao se tratar de áreas públicas, geralmente nos assentamentos de favelas, há uma proteção contra ocupações que varia conforme sua localização com relação aos bairros que possuem o interesse imobiliário, ou seja, um mercado imobiliário ativo e operante (MARICATO, 2003, p.09). Diz respeito a um fator que culmina em realidades que dentre as diversas situações, prioriza e financia uma grande desigualdade social e espacial em comparação com as demais áreas da cidade. Por estas e outras razões que, em busca da garantia de direitos constitucionais básicos, famílias ocupam áreas públicas, mesmo que necessitem vivenciar situações precárias (PAGNAN, 2019, p.34).

Neste sentido, considerando que “as áreas públicas ocupadas estão localizadas, geralmente, nas periferias esquecidas” (MARICATO, 2003, p.09), no bairro Padre Ulrico, se apresentam nos últimos anos, especificamente a partir de setembro de 2016, duas grandes áreas de ocupação: “a primeira próxima à rua Beija-Flor, e a segunda onde localizava-se o antigo frigorífico Frigobel” (PAGNAN, 2019, p.45).

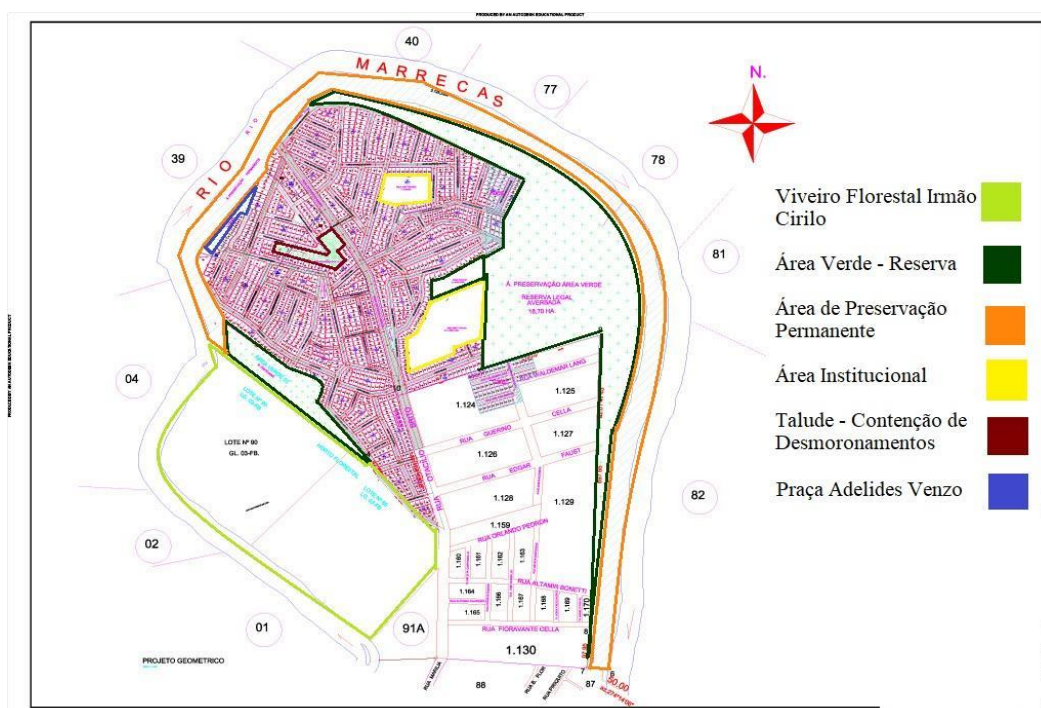
A respeito destas movimentações populares de ocupação de terras públicas - há muito sem cumprir uma função social específica condizente com as necessidades do público residente na localidade – bem como, sobre as privações de grupos sociais específicos, no quesito bens e direitos constitucionalmente garantidos, assim como a

possibilidade de viver a vida que desejam, ou de terem seus direitos individuais e coletivos garantidos e respeitados que se trata o próximo tópico.

2.4 - Conjunto Habitacional Terra Nossa em Francisco Beltrão

O Conjunto Habitacional Terra Nossa surge por meio do processo de luta e conquista de terras por parte de famílias residentes no bairro Padre Ulrico e outras localidades como Cantelmo, São Miguel e Novo Mundo (TOMASI, 2017, p.10). No ano de 2016, especificamente no início de setembro, famílias ocuparam a área de 596.580,00 m² (quinhentos e noventa e seis mil e quinhentos e oitenta metros quadrados), até então destinada à construção do frigorífico, denominado Frigobel. Segundo matéria publicada pelo Diário do Sudoeste em nove de dezembro de 2016, no primeiro dia, deram entrada no local apenas seis famílias. No dia 9 de dezembro, dia em que se refere à entrevista, já eram mais de trezentas. O mapa, abaixo, demonstra graficamente a constituição do referido Conjunto Habitacional.

Imagem 2: Áreas do Conjunto Habitacional Terra Nossa, demarcada por cores.



Fonte: produção do autor, 2021.

Inicialmente, em destaque na cor verde claro está o Parque Municipal Irmão Cirilo, que além de ser um viveiro florestal com diversas espécies protegidas, possui um

ecomuseu que representa as origens da colonização. As áreas em verde escuro delimitam os espaços de área verde permanente, onde não há possibilidade de registro de terrenos com fins habitacionais. Na cor laranja, tem-se as áreas de preservação permanente, cuja ocupação gera multa e processo de reintegração de posse. Em amarelo se reservam as áreas ocupadas e/ou reservadas às instituições do poder público, como posto de saúde, escolas, entre outros. O marrom se refere ao “talude”, sistema de contenção de desmoronamentos, por fim, no contorno em azul, se encontra a praça pública AdelisVenzo.

A ausência dos movimentos sociais que prezam pela luta da moradia na comunidade nos conduz à interpretação de que o processo deu início a partir de uma organização coletiva, porém, autônoma. Neste sentido, a conotação organizativa pende a um coletivo de famílias, movidas pela indignação de suas condições de segregação sociocultural e econômica, marginalização territorial e de não acesso a diversos direitos e instituições públicas, tal como pelo desgaste na espera de habitação pelas vias legais ofertadas pelo Setor Municipal de Habitação – a exemplo, programa municipal de regularização fundiária, o HABITABEM – ações que, possivelmente, culminaram numa forma de manifestação direta por parte das famílias atingidas, ou seja, a ocupação dos referidos terrenos públicos para fins de moradia.

De acordo com Tomasi (2017, p.10), em matéria ao Diário do Sudoeste em 24 de fevereiro de 2017, destacam-se algumas das ações tomadas pelos representantes da Secretaria Municipal de Assistência, do Setor Municipal de Habitação em conjunto com a Gestão Municipal a respeito das ocupações, quais foram a visita até os locais e a propositura de uma reunião com as lideranças na sede da Assistência Social.

A partir deste encontro, o diretor municipal de Assistência Social, Leandro Lagramanti disse que foi iniciado um trabalho de diagnóstico da área, “visitamos todas as famílias, todas receberam uma numeração na residência improvisada e ainda preencheram um questionário. Agora estamos trabalhando na sintetização deste documento para elaborar um relatório social do território ocupado” (TOMASI, 2017, p.10).

Interessante destacar alguns dos critérios de seleção adotados pelo Conselho Municipal de Habitação, nas palavras do ex-diretor municipal de Assistência Social.

De início todos se enquadram, mas existe um critério aprovado pelo Conselho Municipal de Habitação, que qualquer benefício nesta área será concedido para famílias que está há mais de três anos no município [...]. Temos 1.600 famílias cadastradas, com renda de até R \$2 mil, que é faixa de atendimento (TOMASI, 2017, p.10).

Cabe destacar que o Conjunto Habitacional Terra Nossa foi regulamentado pela lei nº 4.576, de 12 de junho de 2018, a qual declara ser de interesse social para fins de regularização fundiária a área do antigo Frigorífico Frigobel, além de estabelecer critérios e procedimentos de regulamentação para fins de moradia, título importante, pois conforme Maricato (2003, p.13), “a regularização jurídica completa a melhoria das condições sociais já que confere mais estabilidade e segurança ao morador que pode até passar a livrar-se de uma condição penosa de morador de favela”, promove melhores condições de moradia, estabilidade e dignidade humana, “condições essas que interfere nas chances de obtenção de emprego, crediário e até salários” (MARICATO, 2003, p.13).

Nos últimos anos o Setor Municipal de Habitação em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e com a Companhia Paranaense de Energia – Copel – tem regularizado padrões de energia elétrica para boa parte das residências, bem como a concessão de títulos de posse provisórios. Há, também, já em andamento, um projeto de pavimentação das ruas com verba liberada pelo Governo do Estado do Paraná de aproximadamente R\$3 milhões, segundo matéria publicada no Jornal de Beltrão, em trinta de janeiro de 2023.

Portanto, pode-se afirmar que a constituição do Conjunto Habitacional Terra Nossa se insere no processo de desenvolvimento urbano de Francisco Beltrão de maneira semelhante ao processo histórico sofrido pelo bairro Padre Ulrico, além do fato de vinular-se também, aos conflitos territoriais descritos no início deste capítulo como a guerra do Contestado e a Revolta dos Posseiros, composta por “toda uma população cabocla, instalada na região, ofendida em seu brio e ameaçada em sua estabilidade, acostumada a lutar, mais do que os soldados, pois a impetuosidade, a valentia e a bravura corriam no sangue de suas veias desde há muitos anos” (FRAGA, 2017, p.117).

Apesar de possuírem particularidades, assumem, enquanto forma de luta, a organização popular e as ocupações de terrenos públicos, ação que se apresenta enquanto característica de famílias que sofrem ou sofreram com a marginalização territorial, segregação sociocultural e econômica promovida pelo capital imobiliário e sua lógica de

valorização das cidades, aliado ao extermínio ou segregação da população nativa e cabocla.

O que se pretende destacar de agora em diante, refere-se às respostas obtidas dos entrevistados com a questão *O que você pensa sobre o bairro?* Em sua totalidade, nossos sujeitos de pesquisa demonstram uma profunda relação de caráter comunitário. Supõe-se através do grau de pertencimento presente nos relatos dos entrevistados. Há um vínculo afetivo forte entre comunidade e os moradores, visto como heranças vindas dos movimentos populares suscitados desde o princípio do bairro Padre Ulrico pelas organizações sociais e instituições, principalmente pela igreja católica e claro, outros muitos fatores.

Ao direcionar o diálogo para a temática geográfica e sociocultural, busca-se enfatizar algumas das potencialidades desta localidade, aliada à possibilidades de expansão da visão progressista que já possuem. Pôde-se perceber através dos relatos que estes jovens demonstram zelo e preocupação com o local em que vivem. Demonstram-se atentos às mudanças e melhorias. Veja-se neste breve trecho da jovem residente no Conjunto Habitacional Terra Nossa: *“Ah, aqui o bairro, agora ele tá melhorando, perto do que era antes quando a gente veio morar, ele tá ótimo agora, [...] antes quando a gente veio para cá a gente não tinha água, não tinha luz, não tinha nada aqui”* (DONADECASA, entrevistada em 11 de janeiro de 2022).

Gostar e se sentir pertencente ao local em que residem, além de se mostrar uma potencialidade em expansão, vislumbra-se, também, como estratégia para identificar símbolos e comportamentos que unem estes sujeitos. Considera-se que no campo da educação isso seja muito importante. No entanto, nosso objetivo neste trabalho visa a relacionar as categorias educação, trabalho e juventudes, por meio dos relatos dos jovens egressos, residentes no Conjunto Habitacional Terra Nossa.

Diante dos seguintes relatos dos jovens do Conjunto Habitacional Terra Nossa, *“[...] cara, o lugar que eu moro lá é bem da hora, não tenho queixa nenhuma”* (EMPRESÁRIO, entrevistado em 15 de março de 2022); *“Gosto, faz 5 anos que moro aqui. Desde o comecinho [...]”* (PEDREIRO, entrevistado em 12 de janeiro de 2022); *“Ah, o bairro é “da hora”. [...] eu gosto do meu lugar e eu não saio daqui nunca”* (DOMÉSTICA, entrevistada em 11 de janeiro de 2022); *“Ah aqui, favelinha boa de morar aqui, é bom de morar aqui é bem sossegado, eu acho sossegado, gosto”* (COLONO,

entrevistado em 12 de janeiro de 2022); “*Ó, eu gosto, porque é melhor ter a nossa casa do que ficar pagando aluguel, né?*” (MANICURE, entrevistada em 12 de janeiro de 2022); “*Pra mim é ótimo, eu não tenho queixa de nada*” (ZELADORAESCOLAR, entrevistado em 12 de janeiro de 2021); “[...] *É um lugar bom para morar, [...] É um bairro bom pra morar*” (AUTÔNOMA, entrevistado em 12 de janeiro de 2022), observamos que eles apresentam sentimento de pertencimento em relação ao bairro. Questão que, embora, não seja o foco deste trabalho, merece ser apresentada com intuito de indagar a outros pesquisadores novas investigações.

Mas quem são os jovens moradores do Conjunto Habitacional Terra Nossa? De quais juventudes se trata? Para tentar responder a esta questão, considera-se pertinente iniciar apresentando brevemente, o que se entende por juventude, para em seguida, tentar-se caracterizar os jovens deste bairro. Para isso, nos apoiamos em autores como Luiz Antonio Groppo (2017), Margulis e Urresti (1996), Frigotto (2004), em dados documentais advindos dos cadastros habitacionais do Setor Municipal de Habitação e nos relatos expressos pelos oito entrevistados durante o processo de recolhimento em campo.

2.5 – Os jovens do Conjunto Habitacional Terra Nossa

Inicia-se a partir de um importante debate teórico: o que são as juventudes? Luiz Antonio Groppo (2017), na obra *Introdução à Sociologia da Juventude*, apresenta as visões de Bourdieu (1983) o qual considera as juventudes enquanto “um instrumento de demarcação no espaço social”, por conta dessas restrições de direitos a uns e concessão de privilégios a outros, a juventude se torna “apenas uma palavra” (GROPPO, 2017, p.81).

Em resposta a afirmação de Bourdieu (1983), Margulis e Urresti (1996), pesquisadores argentinos afirmam que “a juventude é mais do que uma palavra”, mesmo enquanto símbolo, carregado com ideologias está inserida em determinada realidade social concreta, nas palavras de Groppo (2017), “ainda que fosse apenas um instrumento ideológico de demarcação, a juventude já seria algo real na vida social, algo que tem poder simbólico” (GROPPO, 2017, p.81). Desta forma, o referido termo expressa condições reais de existência, até mesmo quando apenas em sonhos ou aspirações das distintas camadas sociais (GROPPO, 2017, p.82).

Observa-se o que nos dizem os relatos de nossos entrevistados, jovens com sonhos e aspirações, demarcados e enquadrados socialmente de acordo com categorias excludentes. No entanto, ativos socialmente, exercendo influência sobre outros grupos, nos mais variados espaços, jovens que têm muito a dizer sobre as condições de existência da classe operária no capitalismo moderno. O sonho de Dona de Casa é “*fazer o curso de técnico de enfermagem*” (DONADECASA, entrevistada em 11 de janeiro de 2022).

O objetivo do Pedreiro é “*alterar a carteira e virar caminhoneiro*” (PEDREIRO, entrevistado em 12 de janeiro de 2022). A aspiração de infância da Doméstica é “*ser advogada, eu queria muito ser advogada*” (DOMÉSTICA, entrevistada em 11 de janeiro de 2022). Quando questionado se tinha o sonho de uma profissão específica, o Colono respondeu “*Tenho, policial*” (COLONO, entrevistado em 12 de janeiro de 2022). O sonho da Manicure também era ser advogada, “*Ai! o meu sonho era ser advogada, isso é verdade, “dai” desisti, muito difícil*” (MANICURE, entrevistada em 12 de janeiro de 2022).

A profissão que o Zelador Escolar almeja é “*ser professor*” (ZELADORESCOLAR, entrevistado em 12 de janeiro de 2022). Já a AUTÔNOMA, preferia viver “*pra minhas filhas só*”, viver a paternidade com qualidade para estruturar o futuro dos filhos. O Empresário sonha em se aposentar, segundo ele “*meu sonho é aposentadoria já. Cara, eu quero chegar ao ponto que eu venha de manhã aqui (na fábrica de fundição) e venha de tarde, só para deixar tudo certinho*” (EMPRESÁRIO, entrevistado em 15 de março de 2022).

Os sociólogos argentinos consideram o fato de coexistirem diversas juventudes. Entretanto, afirmam que há princípios comuns a estes grupos, por exemplo, citam a moratória social, a experiência geracional e pôr fim à moratória vital. Entende-se “o direito a um período de experiências, a um tratamento mais tolerante em comparação com outras categorias etárias e ao adiamento de certas obrigações sociais (referentes ao trabalho, a constituir família e ter sua própria moradia)” (GROPPO, 2017, p.82), como moratória social, porém, não é acessível a todos os jovens, principalmente aos da classe trabalhadora.

A experiência geracional, como já afirmava Karl Mannheim, ou seja, é toda uma geração que tende a passar por experiências históricas e sociais comuns, compartilhando tais experiências que podem

possibilita uma “unidade de geração” (uma forma comum de sentir o mundo e interpretar os fatos presentes, distinta do modo como fazem as gerações precedentes). Enfim, como terceiro elemento que tende a marcar a condição juvenil, a moratória vital, ou seja, uma maior disponibilidade de energia, vitalidade e tempo de vida dos jovens em comparação com adultos e idosos (GROPPO, 2017, p.82).

Luiz Antonio Groppo (2004), no texto *Dialética das juventudes modernas e contemporâneas*, aponta que as Juventudes contemplam uma categoria social e não apenas características gerais dos indivíduos. Afirma, ainda, que na atualidade esta categoria deriva da “interpretação sócio-cultural dos significados da puberdade, este sim, um fenômeno natural e universal que, no entanto, pode adquirir pouca importância conforme a sociedade em que ocorre” (GROPPO, 2004, p.11/12). Antes de aprofundar as reflexões destinadas a esta categoria, vale um resgate acerca das perspectivas de análise sociológicas vigentes, quando tratado de Juventudes. Esboça-se isso, brevemente, pautado essencialmente nos estudos de Groppo (2004), o modelo estrutural funcionalismo, tese da moratória social e, por fim, as quais utilizaram neste trabalho, a perspectiva dialética de Juventudes.

De antemão, Groppo concebe a dialética. Refere-se a um movimento não somente subordinado a conflitos relacionados à classe ou estrutura socioeconômica, embora não deixe de ressaltar sua importância entre classes e categorias etárias. No entanto, integra a este movimento o que chama de “estrutura de categorias etárias”, própria da modernidade, ou seja, “as pessoas não vivem apenas em dada classe social, mas também em certo grupo etário”, o qual não é apenas natural, mas contempla “o reconhecimento social do valor da cronologização do curso da vida e da necessidade de colocar indivíduos de idades semelhantes juntos” e como outras categorias, permanece atravessada por tensões, disputas e conflitos (GROPPO, 2017, p.75).

Groppo (2010), na obra *Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes*, nos remete aos modelos de interpretação sociológicas acerca da categoria social Juventudes, destes, aponta inicialmente o estrutural funcionalismo, ou nas palavras do autor, o modelo funcionalista que, por sua vez, “assentava-se no paradigma da integração social e em categorias explicativas como função e disfunção social. Neste, as rebeldias juvenis eram (e são) tidas como «disfunções», sendo a rebeldia mais característica a «delinquência»” (GROPPO, 2010, p.13).

Os movimentos de resistência ao enquadramento social das juventudes são tidos como rebeldia, disfunção a ser corrigida, por não se enquadrarem aos padrões impostos por gerações que a precedem, aparece, nesta perspectiva sociológica enquanto delinquência, delitos que deveriam ser punidos e restabelecidos a sua “ordem”.

Outro modelo de análise sociológica da categoria social juventudes, diz respeito à tese de Moratória Social, um período de experimentação doado às juventudes para que possam assumir as responsabilidades adultas de maneira mais tolerante, com tempo para experimentação e aprendizado, um período que não se apresenta de igual forma a todos os grupos, já que se separam, se segregam a possibilidade de experimentação deste período com base na classe social, no gênero, na etnia, na renda entre muitos outros excludentes.

O referido modelo, segundo Groppo (2010), se baseia em “paradigmas reformistas e desenvolvimentistas de transformação social, com forte tendência de considerar as rebeldias juvenis como um impulso à transformação social e tomando como rebeldia mais marcante o «radicalismo»” (GROPPO, 2010, p.13).

Na tese da moratória juvenil, tentava se acomodar e neutralizar a dialética da condição juvenil, fazendo com que o termo positivo da tese, qual seja, a Experimentação, fosse vivida nos limites da moratória juvenil (a Separação). A Separação é o elemento integrador que mal esconde suas raízes no funcionalismo, preocupado em formar o adulto do futuro ainda com base no adulto do presente. A Experimentação, contudo, contém o elemento da autonomia, um aspecto atrativo da juventude e a se viver no momento presente (GROPPO, 2010, p.14/15).

Neste sentido, o referido autor descreve como lado positivo deste modelo a experimentação e a compreensão da juventude como direito social (GROPPO, 2010, p.15). Enquanto sujeito de direitos, devem possuir condições de experimentação social, por ser jovem tem o direito de errar e aprender com os erros, numa perspectiva de tentativa e erro, em reflexões sobre si e o outro, sobre seu contexto e conjuntura histórica.

Nesta concepção de condição juvenil, tanto o sistema social quanto as juventudes, “podem aparecer diversamente na condição de atores e espectadores, sujeito e objeto, protagonistas e reagentes, interventores e resistentes” (GROPPO, 2010, p.20). Aparecem num movimento de tensão e conflito entre as gerações e seus ideais fundantes. Neste sentido, Groppo (2010) destaca alguns polos importantes presentes a estas perspectivas de análise, a “Integração Social” do funcionalismo, da parte relativa à “Experimentação”

na lógica da moratória social e ainda, o termo “Autonomia Juvenil” nos modelos pós-modernos (GROPPO, 2010, p.20).

No entanto, a moratória social se apresenta de forma ambígua. Por um lado existe a possibilidade de experimentação social e mais autonomia na aquisição das responsabilidades adultas. Por outro lado, há a postergação, o distanciamento que inviabiliza a participação política, ou melhor, afasta os jovens dos “jogos sociais de poder”, como já havia anunciado Bourdieu, além de também “adiar sua autonomia plena, ficando sob o controle das gerações mais velhas este processo de transição do jovem à posição social de adulto” (GROPPO, 2017, p.73 *apud* Peregrino, 2011, p. 282). A moratória social, portanto, “torna-se um período da vida em que se permite postergar diversas exigências sociais – tais como trabalho, matrimônio, ter filhos e formar o próprio lar – e em que há uma especial tolerância para com o comportamento juvenil” (GROPPO, 2017, p.71).

O ponto de início para elaboração da “corrente classista” das teorias críticas da juventude é justamente reconhecer a variedade de formas de existir juvenil, bem como seu acesso desigual. Nesta visão dialética, a condição juvenil é tida enquanto possibilidade de superação da visão não-dialética expressa anteriormente nos outros modelos. Vale retomar que no funcionalismo, explica o autor, se concebe a condição juvenil com ênfase quase que por completo ao “pólo da integração social, considerando o que poderia ser traduzido como o impulso à autonomia como disfunções, portanto, como perturbações na ordem social que tende ao equilíbrio” (GROPPO, 2010, p.20/21).

Esta perspectiva compreende que é numa relação dialética entre sociedade, indivíduos e grupos juvenis que se configura a condição juvenil, “fundada numa contradição entre o movimento da integração/socialização e o movimento da autonomia/criatividade” (GROPPO, 2004, p.14). O autor nos esclarece que é dialética a condição das juventudes por conta da relação contraditória entre sociedade e as juventudes. Tal contradição se torna visível na história, considerando as ações de “institucionalização” destes grupos de jovens e as “resistências” formadas pelos mesmos como resposta aos atos de enquadramento social.

Concebo a dialética das juventudes e da condição juvenil, primeiro, como a presença de elementos contraditórios no interior dos diversos grupos juvenis, elementos que colocam constantemente aquilo que é definido institucional e oficialmente em estado de superação, pela

própria dinâmica interna das coletividades juvenis e de suas relações com a sociedade mais geral (GROPPO, 2004, p.14).

Conforme Groppo, as trajetórias dos jovens são submetidas a imergir nesse duplo movimento relacionado à “integração versus inadaptação, socialização versus criação de formas de ser e viver diferentes, papéis sociais versus identidades juvenis, institucionalização versus informalização, homogeneização versus heterogeneidade e heterogeneização, cultura versus sub-culturasetc” (GROPPO, 2010, p.19). Afirma ainda, que a história das juventudes modernas é forjada sob um movimento dialético contraditório, relacionado à institucionalização das juventudes e com a possibilidade de experimentar sua autonomia (GROPPO, 2004, p.14), nas palavras do autor “a condição juvenil é e era, ao longo da «modernidade» e contemporaneidade, uma condição dialética, fruto da contradição posta e repostada entre instituições sociais e possibilidades de autonomia dos jovens” (GROPPO, 2010, p.22).

Isso implica, portanto, na obrigatoriedade de correlação entre a categoria juventudes e outras categorias sociais como classe social, etnia, gênero, condição urbana ou rural, momento histórico, grau de “desenvolvimento” econômico, etc. (GROPPO, 2010, p.22). Por conta disso, o autor afirma existir a vivência de uma “condição juvenil” mais geral, no caso dos jovens pertencentes à classe trabalhadora, que embora sejam diferentes entre si, por conta de diversos fatores, “têm em comum uma “condição operária”, a saber, a de serem vendedoras da sua força de trabalho” (GROPPO, 2004, p.12).

Esta “condição operária”, vivida precocemente pelos jovens das classes populares coloca, em xeque, a tese da moratória social, da juventude como tempo de espera, de preparação, como se estivesse suspensa das responsabilidades sociais. A necessidade de manter a sobrevivência leva estes jovens a terem de conciliar estudo e trabalho ou abandonar a escola.

Esta situação social tem sido vivida pelos jovens do Conjunto Habitacional Terra Nossa. A tabela abaixo, retirada do Plano Diretor do município de Francisco Beltrão, retrata esta realidade, já que compara a renda em salários mínimos das populações residentes em dois bairros distintos do município de Francisco Beltrão, um bairro central e outro periférico.

Tabela 1 – Análise do contexto socioeconômico dos bairros Centro e Padre Ulrico com base na renda familiar per capita.

Bairro	Total Domic.	Renda responsável em salários mínimos									
		½ SM	> ½ a 1 SM	De 1 a 2 SM	De 2 a 3 SM	De 3 a 5 SM	De 5 a 10 SM	De 10 a 15 SM	De //15 a 30 SM	> que 30 SM	Sem Renda
Centro	1.442	1 0,07%	66 4,58%	265 18,38%	211 14,63%	301 11,73%	324 22,47%	61 4,23%	102 7,07%	21 1,46%	101 7,00%
Padre Ulrico	1.517	93 6,13%	480 31,64%	562 37,05%	100 6,59%	41 2,70%	6 0,4%	***	2 0,13%	***	233 15,36%

Fonte: Plano Diretor do município de Francisco Beltrão, aspectos socioeconômicos, 2017. Produção do autor 2020

É de fato muito importante considerar que por residirem e pertencerem a um grupo despossuído economicamente e, portanto, desconsiderados pelo capital imobiliário, são severamente atingidos por esta dinâmica de aferir valor a terra, pelo custo de deslocamento, pelo alto custo dos alimentos, pelos baixos salários, pelas incessantes jornadas de trabalho, pelas responsabilidades adultas que recebem de forma precoce e exaustiva, fatores que corroboram para a decisão – imposta – de evadir da escola e buscar formas alternativas de sobrevivência.

No caso aqui especificado, trata-se de jovens moradores do Conjunto Habitacional Terra Nossa, que se constituiu a partir do processo de organização comunitária e ocupação da área por moradores do bairro Padre Ulrico – e outros bairros periféricos como Cantelmo, Pinheirinho, Novo Mundo, entre outros - em 2016 e regularizado, enquanto Conjunto Habitacional de Interesse Social em 2018. Trata-se de uma área em que os moradores sofrem com a falta de infraestrutura adequada e no qual as famílias apresentam condições de vida precárias, condições evidentes se comparado com o bairro Centro.

Constata-se, neste sentido, que as famílias residentes no bairro Centro, possuem o maior índice de renda por salários-mínimos, em que de um total de 1.442 domicílios, 301 possuem renda entre 3 e 5 salários, enquanto 324 possuem renda entre 5 e 10 salários. No bairro Padre Ulrico, tem-se um total de 1.517 domicílios, nos quais 93 possuem renda de ½ salário-mínimo, 480 com renda entre ½ a 1 salário-mínimo e um total de 562 domicílios, com renda entre 1 a 2 salários. No quesito Educação, a distinção se mantém, ao verificar que no bairro Centro o índice de população não alfabetizada, marca os 0,66%

(23 pessoas), enquanto no bairro Padre Ulrico os índices chegam a 9,96%, que correspondem a 419 pessoas.

Então, não é à toa, que os jovens moradores no bairro apresentem situações de vida que os aproximam do universo familiar. Conforme expõe Frigotto (2012), do ponto de vista psicossocial e cultural, jovens com as particularidades acima citadas tendem a sofrer um processo de “adultização” precoce, já que sua inserção no mercado formal ou informal de trabalho é precária em termos de condições e níveis de remuneração. Se for dialética, está expressa na realidade. Portanto, vejam-se os seguintes discursos vinculados à inserção dos oito entrevistados na busca por renda.

Ao questionarmos a idade na qual os jovens entrevistados começaram a trabalhar para ganhar dinheiro, obtivemos as seguintes respostas: “*com 15*” (DONA DE CASA, entrevistada em 12 de janeiro de 2022); “*Aqui na cidade com 16*” (PEDREIRO, entrevistado em 12 de janeiro de 2022); “*Eu tinha 13 anos, eu cuidava das crianças lá da mulher, ganhava R\$ 100,00*” (DOMÉSTICA, entrevistada em 11 de janeiro de 2022); “*Eu comecei com 15, fui manicure*” (ZELADORA ESCOLAR, entrevistado em 12 de janeiro de 2022); “*Eu tinha 16 anos quando eu comecei a trabalhar na reciclagem, pra ajudar, né? Em casa, e a questão da minha mãe também, ajudar minha mãe, porque ela é separada e também não teve a oportunidade de estudo*” (AUTÔNOMA, entrevistado em 12 de janeiro de 2022); “*Com 15, com 15 anos, interior tipo fazendo esses biquinhos, depois vim pra cidade*” (COLONO, entrevistado em 12 de janeiro de 2022); “*Eu trabalhava bastante. Comecei com 11 anos vendendo picolé no meu bairro*” (EMPRESÁRIO, entrevistado em 15 de março de 2022).

Através dos relatos, pode-se arriscar estabelecer um período de inserção pautado na menor e maior idade expressos nos dados. Ou seja, o Empresário, por exemplo, se inseriu no mercado de trabalho para adquirir renda com onze anos, entretanto, o Pedreiro e Autônoma irão adentrar na divisão social e técnica do trabalho, a partir dos dezesseis anos. Portanto, nossos entrevistados começam a vender mercadoria, força de trabalho, entre os onze e dezesseis anos, um período de quatro anos, considerando o trabalho como responsabilidade adulta, assumida com cautela e devida instrução a uma parcela – rica – de jovens, geralmente após os dezoito e podendo se estender aos trinta. Sendo assim, doze anos para experimentarem e vivenciarem as mais variadas experiências. Já os nossos pobres além de já nascerem expropriados/despossuídos, viveram quase de forma inexistente a condição de ser jovem, nem sequer sonham com um período de moratória

social e se encontram submetidos a relações precárias de empregabilidade, aqueles que possuem emprego.

Diante dos desafios do trabalho contemporâneo, quais as possibilidades que tais jovens possuem, para que ascendam em suas posições de classe, de forma “merecida”? Quantas lutas mais precisarão travar para isso? Como se inserirem no universo competitivo de forma justa, considerando o embate com estes muito mais preparados por suas condições sociais e familiares? De que maneira deve-se desconsiderar uma realidade cruel e dissimulada como essa?

Os jovens entrevistados possuem situação de existência, por exemplo, distinta da condição dos jovens de "classe média" ou “filhos dos donos de meios de produção”, que estendem a infância e juventude. Nesses casos, a grande maioria inicia sua inserção no mundo do trabalho após os 25 anos e em postos de trabalhos ou atividades de melhor remuneração” (FRIGOTTO, 2004, p.02). Condição que Urresti e Margulis (1996) definem como “moratória social”, ou seja, espécie de crédito social que permite a postergação pela sociedade, das responsabilidades assumidas pelas juventudes na transição para a fase adulta.

No que diz respeito, especificamente, aos jovens residentes no Conjunto Habitacional Terra Nossa, os dados apresentados abaixo permitem afirmar que estes quase não experimentam esta condição de moratória social. Portanto, no que diz respeito ao grau de escolaridade, renda e empregabilidade dos jovens com idade entre dezesseis a vinte e quatro anos, residentes na localidade, observa-se um elevado número de jovens que evadiu ou abandonou os bancos escolares.

É expressivo que num total de 138 jovens, somente 34 concluíram o ensino médio, ou mesmo que apenas 3 deles tenham acessado e, destes, apenas 2 concluíram o ensino superior. Pode-se observar também que a maioria trabalha. No entanto, a faixa de renda per capita proveniente da venda de sua mão de obra, em sua maioria, se encontra pouco acima ou equivalente ao valor de R \$260 ou ¼ do salário-mínimo atual. Pode-se indagar, portanto, que a escolaridade incide diretamente sobre a renda e conseqüentemente, sob as condições de existência e sobrevivência do referido grupo.

Tabela 2: Dados socioeconômicos de jovens residentes no bairro Terra Nossa em Francisco Beltrão, PR, provenientes dos cadastros habitacionais disponíveis no Setor Municipal de Habitação.

Escolaridade		Trabalho		Renda Per Capta	
Fundamental Incompleto	49	SIM	106	Não possuem renda	8
Fundamental Completo	14				
Médio Incompleto	38				
Médio Completo	34			Abaixo de ¼ SM (R\$ -260)	45
Superior Incompleto	1			Acima ou equivalente a 1/4 SM (R\$ 260)	60
Superior Completo	2	NÃO	33	1 ou mais salários mínimos (R\$ 1.040)	25

Fonte: Dados da pesquisa, produção do autor, cadastros habitacionais do Setor Municipal de Habitação, 2020.

O fator renda gera insegurança e instabilidades quanto ao acesso e permanência na escola, pois tratamos de sujeitos em que seus contextos sociais e econômicos inviabilizam projetos de futuro que incluem postos de trabalho que exijam grandes instruções e tenham uma remuneração mais justa, visto que a escolaridade é fator de exclusão das juventudes no mercado de trabalho, limitando-as a se submeter aos postos em caráter simples e sem muita especialização, com baixos salários e desvalorizados socialmente como se pode observar nos dados expostos mais nitidamente na tabela.

Na vida destes jovens, o trabalho, a educação e a juventude se entrecruzam em histórias que tem na evasão escolar uma experiência comum. No entanto, aposta-se num futuro com muitas mais possibilidades de se vivenciar a juventude, com direito a escolher a função que exercerá ou em qual profissão gostaria de se especializar, com garantia de entrada e também na permanência nas muitas Universidades e Institutos Federais, seja via bolsa de estudos na iniciação científica ou estágios remunerados.

Vale ressaltar que as profissões elencadas na tabela abaixo remetem a inclusão precoce e precária dos jovens do Conjunto Habitacional Terra Nossa no mercado de trabalho. Observamos, portanto, que a trajetória da Manicure apresentada no início deste capítulo não se trata de um caso específico, mas retrata a situação social da maioria dos jovens da localidade que vivenciam nos trabalhos autônomos a possibilidade de garantir renda e sustento da família, pois a este público, o diploma escolar é uma conquista árdua que delinea trajetórias.

Tabela 3: Cargos declarados nos cadastros habitacionais, agrupados por gênero.

Masculino		Feminino	
Cargo	Qt.	Cargo	Qt.
Repositor	1	Não Trabalham	28
Operador de Máquina	1	Do Lar	36
Expedição de Medicamento	1	Doméstica	1
Pacoteiro	1	Estagiária	2
Auxiliar de Trecho	1	Auxiliar de Produção	3
Auxiliar de Loja	1	Informal	4
Mecânico	3	CLT - Não Especificado	2
Não Trabalham	5	Auxiliar de Cozinha	2
Informal	7	Babá	1
Auxiliar de Produção	13	Operador de Higienização	1
Construção Civil	6	Operador de Telemarketing	1
Padeiro	1	Caixa Mercado	1
Pintor	1	Auxiliar de Dentista	1
CLT - Não Especificado	2	Auxiliar de Serviços Gerais	2
Montador	1	Manicure	1
Motorista	3	Op. de Monitoramento	1
Comunicador Visual	1	Pet. Shop	1
Total Masculino:	49	Auxiliar de Escritório	1
Total Feminino:	89		

Fonte: Dados da pesquisa, produção do autor, cadastros habitacionais do Setor Municipal de Habitação, 2020.

Torna-se expressivo, também, que os jovens do Conjunto Habitacional Terra Nossa apresentam situações de vida que se assemelham às condições precárias vivenciadas por seu universo familiar. Destaca-se que estão presentes nos dados, condições de trabalho declaradas como informal (11), além de um grande número de jovens que não trabalha (33), em destaque também às mulheres em situação de trabalho doméstico (36), por vezes considerado enquanto não trabalho, sem ao menos

remuneração ou valorização, aspectos constitutivos do ideário neoliberal e ajustadas as novas reformas na estrutura jurídica concretizadas nos últimos anos.

A evasão escolar acaba por limitar as possibilidades de inserção no mercado de trabalho em postos com maiores remunerações. Estas limitações encaminham os jovens a condições mais precarizadas de trabalho, seja na informalidade, empreendendo ou na criminalidade. Quando inseridos formalmente, estão em condições com mais seguridade, passando a ter direitos trabalhistas: férias, 13º salário, fundo de garantia – FGTS, geralmente em postos de caráter simples, sem necessidades de muitas especializações, por exemplo, como ocorre na construção civil, panfletagem, na limpeza urbana em contrato com a prefeitura, na reciclagem, na indústria, na pavimentação, entre outras, como explícito nos seguintes relatos “*eu trabalhei com panfletagem, fiquei até os 18, depois eu trabalhei ali na, terceirizada pra prefeitura lá na praça lá do centro*” (DONA DE CASA, entrevistada em 12 de janeiro de 2022); “*só na roça, daí agora depois que fique de maior na construção civil*” (COLONO, entrevistada em 12 de janeiro de 2022); “*olha, eu tipo, eu trabalhei só na reciclagem um tempo, ai engravidei e não pude mais trabalhar*” (AUTÔNOMA, entrevistado em 12 de janeiro de 2021).

No entanto, um dos entrevistados nos relatou uma situação que muito tem a dizer sobre a discussão que se lançou acima, além de sua inserção precoce na busca por renda, trabalhou em algumas áreas sem exigência de muita escolaridade e seu último emprego foi na reciclagem. Iniciou neste trabalho selecionando o lixo e recebeu uma proposta para assumir como secretária. No entanto, deparou-se com um universo com o qual ficou assustada, lembro de me dizer que não sabia lidar com computador, com números, cálculos e planilhas, por isso não permaneceu na função.

Eu comecei com 15, fui manicure, aos 17 anos comecei a trabalhar na escola no km20 de serviços gerais, daí trabalhei até os 20 anos. Depois dos 20 daí, também parei um tempo que daí eu tive ele, voltei de novo na escola e daí trabalhei lá daí eu vim morar pra cá tem 5 meses, daí trabalhei 1 mês na reciclagem, daí agora estou desempregada. Eu estava trabalhando de secretária, trabalhei acho dois dias de secretária na reciclagem, comecei lá, que nem os outros, sabe? “*catando*” lá, daí trabalhei dois dias de secretária na reciclagem, mas assim, é seria legal aprender de secretaria no caso, mas daí os primeiros dias é meio assustador, daí pedi demissão” (ZELADORA ESCOLAR, entrevistado em 12 de janeiro de 2022).

Enfatiza-se deste relato o seguinte trecho “*os primeiros dias é meio assustador*”, analisado no seguinte raciocínio: se lhe assusta não lhe é comum, o que leva a supor que em seu contexto sociocultural convive com indivíduos e situações que não apresentam a necessidade cotidiana do uso de tabelas, unidades de medidas, cálculos que se pode resumir em exercícios de reflexão mais elaborados, portanto, se esses exercícios lhe causam estranhamento, como igualar a condição de partida das juventudes periféricas aos grupos juvenis burgueses? Como dizer que o filho do empregado e o do patrão recebe a mesma educação? Diante disso, se torna razoável reafirmar a ideia de um sistema educacional dual, classista e excludente.

No entanto, pode-se também interpretar deste trecho que o modo de produção capitalista, em sua lógica de funcionamento, irá exigir tais conhecimentos de nossos jovens – pertencentes à classe operária. Neste sentido, a escola, enquanto instituição formativa, deve transmitir tais conhecimentos, ou seja, formar para o mercado de trabalho ao mesmo tempo em que também precisa inseri-los de forma crítica, com consciência na perspectiva de superação da sociedade de classes. Tudo isso acontece em condições precárias, injustas e desiguais. Sendo assim, pode-se afirmar que a escola é vital às juventudes. Sem ela, são conduzidos aos mais desvalorizados postos de trabalho e excluídos de diversos espaços que poderiam ocupar na sociedade civil.

Importante ressaltar que os oito entrevistados são egressos do ensino médio. Destes oito, seis possuem histórico de reprovação em sua trajetória escolar, um aprovado em conselho de classe e apenas um sem histórico de reprovação. Vejam-se os relatos acerca da questão, foi reprovado alguma vez? Por quê? “*Sim. Falta*” (DONA DE CASA, entrevistada em 12 de janeiro de 2022); “*Fui, 8º, cinco anos. Por causa que eu trabalhava, no interior*” (COLONO, entrevistado em 12 de janeiro de 2022); “*Fui, fui reprovada na quarta e depois não, daí eu parei de estudar no primeiro ano*” (MANICURE, entrevistada em 12 de janeiro de 2022); “*Reprovei, no 2º grau e na 4º série*” (ZELADOR ESCOLAR, entrevistado em 12 de janeiro de 2022); “*Reprovei 3 vezes. Eu reprovei acho que, agora não lembro mais, mas, acho que foi na 7º e na 8º*” (PEDREIRO, entrevistado em 12 de janeiro de 2022); “*Fui reprovada, eu reprovei no primeiro ano e no sétimo ano. Meu, por causa de nota, meu deus!*” (DOMÉSTICA, entrevistada em 11 de janeiro de 2022); “*Só passei por conselho de classe, não reprovei*” (AUTÔNOMA, entrevistado em 12 de janeiro de 2021). O único sem histórico de reprovação é o Empresário, que, sobre a questão, apenas relatou não ter reprovado.

A escolaridade, entre outras categorias, marca as trajetórias deste grupo específico de jovens de forma excludente, inviabilizando a conquista de posições sociais mais bem remuneradas, não apenas pelo salário, mas também pelo “valor humano”, atribuído aos sujeitos, conforme a classe social, a etnia, o gênero, a escolaridade, a posição na divisão social e técnica do trabalho dele, entre outras. Neste sentido, no próximo capítulo, busca-se adentrar neste universo, ao procurar debater sobre a relação trabalho, educação e juventude, bem como apresentando outros dados da pesquisa realizada com oito jovens residentes no Conjunto Habitacional Terra Nossa.

CAPÍTULO 3

Foi reprovado alguma vez?

“Fui, 8º, cinco anos. Por causa que eu trabalhava, no interior”; “Com 15, com 15 anos, interior tipo fazendo esses biquinhos, depois vim pra cidade”; “Interior, tipo roçar, carpir e na cidade foi metalúrgica, foi costura, foi pintor, foi servente de pedreiro, foi serrador de madeira, foi açougueiro, foi negócio de repor mercadorias, foi padeiro e agora eu to aqui”; “O estudo na escola, oh! Mil vezes melhor estudar do que trabalhar” (COLONO, entrevistado em 12 de janeiro de 2022).

3.0 - JUVENTUDES DA PERIFERIA BELTRONENSE: TRAJETÓRIAS NA ESCOLA E NO MERCADO DE TRABALHO

Na epígrafe, me refiro ao sujeito com este pseudônimo “Colono”, por conta de sua trajetória no campo, enquanto filho de agricultores. Viveu por lá até próximo de seus dezoito anos quando veio para a cidade. Na escola, o Colono reprovou cinco anos na oitava série. Ele me disse que na época em que ia para a escola, tinha em casa uma carga árdua de trabalho no trato com os afazeres do campo, com as criações e plantações, por esse e outros possíveis fatores, justificou sua evasão. Naquele momento estava diante de mim um sujeito, que culturalmente vivenciou no campo, formas específicas a aquele contexto sociocultural, cujo trabalho exaustivo que exercia na época, afetou diretamente sua permanência na escola e conseqüentemente os postos de trabalho que assumiu quando já residindo na cidade.

A alteração de uma maior população rural para um elevado índice nas cidades remete ao processo de industrialização, o qual exige um maior grau de instrução escolar desta massa de proletários oriundos do campo. É da necessidade de elevar os conhecimentos dos funcionários que surge maior interesse do capital no processo de escolarização, no entanto, busca-se formação técnica e operacional ao proletariado assalariado, específico para atender as necessidades do mercado e da indústria.

A particularidade da entrevista com o Colono está no fato de suas experiências de trabalho após se instalarem na cidade, terem sido das mais variadas. Assumiu postos de trabalho remunerado com seus quinze anos, quando ainda estava no campo, segundo ele “fazendo biquinhos”. Já na cidade, ocupou os mais variados postos de trabalho, desde aqueles utilizados no campo como “roçar, carpir”, passando então à “metalúrgico, costureiro, pintor, servente de pedreiro, serrador de madeira, açougueiro, repositor de mercadorias e padeiro” (COLONO, entrevistado em 12 de janeiro de 2022).

Se percebe nesta trajetória que os postos de trabalho assumidos pelo jovem, representam trabalhos em caráter mais manual, sem a necessidade de um grande esforço intelectual para serem realizados. Entretanto, partimos da suposição de não fomento a perspectiva de trabalho dicotômica, ou seja, que separa, divide as execuções em manuais e intelectuais, já que compreendemos o sujeito como naturalmente forjado sob e através do trabalho, do ato de modificar a natureza que o cerca, neste processo se utiliza de ambas

as funções (tanto manual como intelectual), pois passa pela projeção e execução prática de qualquer ação.

No que diz respeito a instrução, necessária a qualquer sujeito, o tornando capaz de se desenvolver nas mais diversas esferas, concordamos com Saviani (2003), ao dizer que o ato de trabalhar é o que constitui a realidade objetiva da humanidade, portanto, a formação do homem deve estar centrada no trabalho enquanto construtor da existência humana. Ele afirma que é por meio do trabalho que o homem produz suas condições materiais de existência, através da transformação dos elementos naturais e conseqüentemente neste movimento “criando, portanto, a cultura e um mundo humano” (SAVIANI, 2003, p.133).

No entanto, pautados na ideologia neoliberal e nos preceitos antidemocráticos, observamos consideráveis avanços do capital sob as estruturas jurídicas por meio de reformas de base, principalmente na política pública de educação. Os projetos para a classe trabalhadora nos remetem a construção de uma subjetividade empreendedora, egoísta e determinada, pautada num modelo humano credor da meritocracia, cujas estruturas e instituições sociais desconhece e/ou desconsidera, promotor e defensor do injusto e desigual sistema de classes e reproduzidor ferrenho das desigualdades dos mais variados setores. Por isso é que investe para as juventudes num sistema de ensino que visa a alienação frente a libertação.

Neste sentido é que trataremos neste capítulo, bases teóricas sobre a relação entre as categorias sociais de análise trabalho, educação e juventude, com intuito de denunciar o projeto humano reservado as juventudes pelo capital, a formação de mão de obra acrítica, sustentada por habilidades sócio emocionais e com domínio de competências técnicas e operacionais capazes de detectar e resolver eventuais problemas no cotidiano da indústria, em outras palavras, o sistema capitalista de produção não consegue se manter sem a massa de trabalhadores que exerçam as atividades de caráter simples, portanto, investe na escolarização alienante enquanto estratégia de manutenção de suas próprias bases de exploração.

Retratamos neste momento o movimento de escolarização dual e classista que atravessa o histórico desta política pública no Brasil. As redes de formação e direcionamento ao mercado de trabalho exercem influência sob o ordenamento das posições sociais conferidas a cada grupo com base em categorias excludentes como classe

social, etnia e gênero. Nisso, ocorre a delimitação e exclusão de grupos economicamente desprivilegiados a camadas inferiores na divisão social e técnica do trabalho com baixas remunerações, sem muita necessidade de maiores níveis de instrução e com status social rebaixado, tal como ocorreu com os camponeses.

Denunciamos ao longo deste capítulo como esta relação tem se apresentado em algumas políticas públicas, especialmente aquelas voltadas ao ensino médio, no Brasil, pautados nas trajetórias na escola e no mercado de trabalho dos oito jovens egressos com idade entre 18 a 24 anos que residem no Conjunto Habitacional Terra Nossa em Francisco Beltrão. Com intuito de da base a esta discussão é que tratamos no próximo tópico das categorias centrais de análise utilizadas neste trabalho.

3.1 Trabalho, educação e juventudes: bases conceituais

Gaudêncio Frigotto (2012) ressalta que a educação no Brasil se encontra atrelada a perspectiva unilateral, elitista e restrita, às quais se fundam “na propriedade privada dos meios e instrumentos de produção, na divisão social do trabalho, e nos processos de expropriação e alienação que tais relações impõem, limitando o livre e solidário desenvolvimento humano” (FRIGOTTO, 2012, p.268). Trata-se de considerar a educação enquanto meio de apropriação cultural dos saberes historicamente acumulados na sociedade, enquanto processo constitutivo e inevitável na existência de qualquer sujeito, sob gestão inclusive das instituições de ensino públicas e privadas.

Snyders (2005), ressalta que o sistema educacional, em sua aparência, finge considerar todos os alunos como iguais “o filho do pedreiro como identicamente preparado, tão apto como o filho do engenheiro a saborear a ementa escolar” (SNYDERS, 2005, p.25) a fim de justificar a desigualdade social e de renda discursivamente, culpando o indivíduo e não as estruturas e instituições sociais pelas condições de miséria, basta esforço e dedicação para alterar a materialidade, para isso é que a escola possui uma bagagem cultural de caráter burguês e não proletário, para que não vise a emancipação política dos sujeitos e sim a manutenção da exploração e expropriação da classe operária.

A escola, neste contexto, se apresenta de maneira dual e classista, pois segundo Araújo (2019), as instituições de ensino estão imersas na disputa entre as classes e seus

interesses, portanto, a enorme fração do povo possui uma trajetória conturbada com os estudos, por vezes, em experiências curtas e práticas de escolarização, ao mesmo tempo em que “os estudantes de origem burguesa ou pequeno burguesa têm acesso à cultura superior e se preparam para o ensino superior” (ARAÚJO, 2019, p.19). O intuito vem de encontro ao enquadramento das juventudes a posições específicas, reservadas conforme a classe social que ocupam, na divisão social e técnica do trabalho. Desta forma, se materializa na sociedade brasileira dois projetos de ensino, um vinculado às classes pobres e filhos da classe trabalhadora e outro destinado às classes médias e burguesas (ARAÚJO, 2019, p.20).

O primeiro projeto tem por objetivo preparar os jovens pertencentes a classe trabalhadora para a exercícios laborais simples, em caráter manual sem necessidade de grandes instruções intelectuais. Quanto ao segundo, “possui uma base mais científica e cultural destinada a preparar seus egressos para o exercício de funções de mando na sociedade” (ARAÚJO, 2019, p.20). Neste sentido, concordamos com Campello (2008), o qual nos reforça que “a escola não é única, nem unificadora”, se constitui por duas redes de escolarização, uma destinada aos condutores intelectuais - rede secundário-superior ou rede SS – e outra destinada às camadas populares, uma “rede de formação” para a venda da força de trabalho, produção de mão-de-obra em massa - rede primário-profissional ou rede PP (CAMPELLO, 2008, p.136).

Esta dualidade no sistema de ensino, se expressa segundo Faleiros (2008) na “desigualdade de capitais de origem ou de partida”, os quais não oferecem condições justas, não oferecem as mesmas oportunidades aos jovens, “assemelha-se a uma corrida com barreiras, na qual se manifestam de forma marcante, além da desigualdade de capital e renda, as condições de etnia, cor, gênero e território” (FALEIROS, 2008, p.65/66).

O pressuposto fundamental para se entender a questão da relação entre juventude, escola, trabalho e sociedade é de que as condições e trajetórias do jovem se articulam à desigual estruturação econômica, social e política historicamente dada como capitais sócio/político/econômico/culturais (FALEIROS, 2008, p.65).

Ao serem questionados a respeito do que pensavam quando dizem que quem é bom aluno na escola pode ter um emprego com bom salário, os relatos expressam interessantes, porém, diferentes pontos de vista, vejamos o que nos disse o Colono “*concordo, plenamente, não tenho estudo daí enquanto tenho que ganhar 50 pila quase*

morrendo no sol e alí com um concurso de PM paga 100 reais o concurso, se passar no concurso ganha quatro, cinco mil, por mês na sombra”, aqui se expressa de forma concreta a segregação social a partir dos postos de trabalho que ocupam, trabalhos manuais em caráter simples, entretanto, com baixos salários e em contextos, por vezes, insalubres. Já aqueles que estudam e alcançam seus títulos, recebem salários altos e condições trabalhistas mais justas, mesmo tendo em mente que não é uma regra.

Outra expressão do tema está presente no relato da Manicure, quando questionada acerca da mesma pergunta, *“mentira, mentira, porque hoje em dia tem gente concursado fazendo quase a mesma coisa que eu, então isso daí já não vale muito hoje em dia, hoje em dia com a internet a gente descobre tudo, sabe de tudo, toda hora”*, podemos observar certa coerência na sua fala considerando a precarização do mercado de trabalho, as privatizações, a redução estatal, em síntese, considerando as pautas neoliberais que visam sucatear e desmontar os contratos de trabalho, exigindo menos do empregador e além de retirar direitos e conquistas do proletariado, exigem níveis de escolarização cada vez mais altos para se atingirem bons salários.

No trecho, *“hoje em dia com a internet a gente descobre tudo, sabe de tudo, toda hora”*, se torna explícito um aspecto ideológico do neoliberalismo, a negação do conhecimento. Entendemos por “conhecimento” as explicações dadas aos fenômenos com base em métodos científicos de análise, endossados por revisões e avaliações técnicas constantes para possível superação dos resultados. Este conhecimento a qual nos referimos é adquirido por estratégias e processos longos de abstração e assimilação do teórico ao real, movimento contrário ao que pregam os neoliberais com a ideia do *aprender a aprender* em que, o conhecimento científico dos fenômenos é substituído por habilidades de pesquisa e hábitos de exploração que visem a solução de problemas pontuais, tendo a *internet*, cujas bases são propriedade privada do capital, como facilitadora dos processos.

Na imediata aparência pode ser tentadora a ideia de “aprender” sem necessariamente, adotar um processo rígido de estudos e aperfeiçoamento em uma fração recortada do conjunto de ideias ao qual se debruça, sujeito a contestações e revisões constantes. Porém, devemos ter em mente que o que de fato implica, em essência, é o afastamento da formação de uma consciência crítica sobre a realidade material, da assimilação do ideal ao real do sujeito, não de maneira confusa ou conturbada, mas da forma mais clara possível diante das adversidades.

O que está em jogo é a subjetividade dos sujeitos, sua formação humana que na perspectiva neoliberal implica num indivíduo disposto a investir em si mesmo todo seu capital, para atender as demandas do mercado, sem considerar seus direitos enquanto cidadão que paga impostos e deveria obter retorno nos serviços públicos como educação, saúde e assistência social, tornando-o único responsável por seu “sucesso” ou “fracasso” social. Neste raciocínio, se buscam condições de partida mais justas em relação aos jovens pertencentes a classe trabalhadora, de modo a fortalecer a permanência na escola, a instrução adequada e à inserção no mercado de trabalho em idade adequada.

Do ponto de vista de Snyder (2005, p.23), a escola se organiza, pautada numa cultura voltada aos comportamentos dos pertencentes às classes dominantes e não nas subalternas, como expõe o autor, os herdeiros da cultura das classes privilegiadas não possuem dificuldade em assimilar as contribuições da escola, já que não lhes é estranha “faz parte do seu elemento natural”. A cultura burguesa é construtora da cultura escolar, presente nos currículos, nos conteúdos, nas linguagens e vivências, nas palavras do autor “os seus hábitos assemelham-se aos hábitos e aos ritos escolares – e preparam-nas, pois, diretamente, para as aprendizagens escolares” (SNYDERS, 2005, p.23).

Frente a isso, para as classes subalternas, populares, o diploma “trata-se de uma conquista muito cara” (SNYDERS, 2005, p.23). Com a ideologia de escola igualitária, as questões externas aos muros escolares são ignoradas, as estruturas sociais injustas e desiguais não aparecem nesse plano de fundo, o local de partida destes jovens recebe um sentido meritocrático, quanto mais esforço mais chances possuem de avançarem nos postos de trabalho e serem bem-sucedidos em suas carreiras, assim, Snyders (2005) reforça que “o sistema escolar perpetua e sanciona as desigualdades iniciais” (SNYDERS, 2005, p.24).

Com relação às juventudes pertencentes a classe trabalhadora, a escola assume o papel de socialização destas. Sanfelice (2013), ressalta que as instituições sociais, à exemplo a “família, igrejas, escolas, polícia, legislação, mídia”, todas acabam por incidir influências sobre as juventudes “visando o condicionamento das suas subjetividades, dos seus comportamentos expressos e dos seus valores de referência” (SANFELICE, 2013, p.71).

Sanfelice (2013), pontua sobre as estratégias utilizadas para que “os jovens, nas suas múltiplas formas de juventudes, se integrem de maneira pacífica e ordenada na

sociedade capitalista globalizada e aceitando a sua lógica de sustentação” (SANFELICE, 2013, p.73/74). Neste sentido, destaca que a política de educação, almeja a inserção social das juventudes no mundo globalizado, este por sua vez enquanto permanecer como manifestação dos desejos e interesses do capital, irá continuar a necessitar de operários consumistas (SANFELICE, 2013, p.73/74).

É preciso, portanto, que esta lógica se consolide. Formar para o mercado de trabalho é a palavra de ordem que se impõe às juventudes. Boa parte, ou talvez todos os programas das políticas afirmativas, por exemplo, se alicerçam nos princípios da inclusão social, nas oportunidades educacionais para os — diferentes — e na empregabilidade flexível. É pouco lógica, entretanto, a contradição entre o discurso e a constatação das crises de desemprego estrutural, do subemprego, dos trabalhos temporários, do trabalho informal, os estágios não remunerados e o incentivo para o trabalho voluntário. O trabalho voluntário, hoje, é até um qualificador de currículos. Então, inclusão em qual mercado de trabalho? (SANFELICE, 2013, p.73/74).

Podemos dizer, portanto, que a categoria trabalho se apresenta no currículo escolar desde muito tempo, pois conforme expõe Saviani (2003), “os homens não transformam a natureza individualmente, isoladamente, mas relacionando-se entre si” por ser produto histórico e por apenas se tornar indivíduo, como ser, em relação direta com os outros indivíduos. Se conclui, portanto, nas palavras de Snyder (2005) que os múltiplos direcionamentos que a escola encaminha os alunos provenientes do proletariado “não corresponde a talentos, capacidades, dotes, mas sim à proporção de mão-de-obra, de funcionários qualificados, de dirigentes que a sociedade estabelecida calcula como necessária ao seu funcionamento e reprodução” (SNYDERS, 2005, p.27).

Frente a este cenário, considerando o projeto precário de formação reservado pela classe dominante aos jovens da classe trabalhadora, nos questionamos a respeito das possibilidades que tais jovens possuem para vivenciar condições e experiências sociais mais justas? Pensando na relação entre instrução, formação e o mercado de trabalho, supomos, partindo da ideia de uma rede dual de ensino, que está expressa também, uma dicotomia entre trabalho manual e intelectual, formando mão de obra para o mercado em via de dupla instrução, os que irão executar e os que irão planejar, coordenar as tarefas.

Considerando este raciocínio é que evocamos novamente, Saviani (2003, p.139), a fim de nos apontar uma alternativa frente a esta dupla instrução escolar, nos remetemos, portanto, ao trabalho enquanto princípio educativo. Saviani (2003), parte da concepção

básica de politecnia, que segundo ele emerge da problemática do trabalho e consiste na superação da dicotomia entre trabalho manual e intelectual, visto que o sujeito se constitui enquanto sujeito, no processo de elaboração e construção dos seus meios materiais de existência, desta forma, qualquer trabalho a se realizar carece do envolvimento motor e intelectual dos indivíduos, tornando o trabalho em sua concepção educativa enquanto o eixo central de desenvolvimento humano pleno.

Saviani (2003), afere que mesmo sistematizadas, as profissões de caráter simples são definidas em maior grau pela predominância dos trabalhos manuais sem, no entanto, excluir as funções intelectuais aplicadas na ação, processo explícito no próprio fenômeno de aprendizagem. O mesmo corresponde as profissões tidas como intelectuais, cuja aplicação material não dispensa as potencialidades manuais. Saviani (2003) afirma, portanto, “é por isso que a ciência não se faz sem manipulação da realidade e não se pensa sem a base da ação”, já que a proposta da politecnia “é a união entre trabalho intelectual e trabalho manual [que] só poderá se realizar com a socialização dos meios de produção, colocando todo o processo produtivo a serviço da coletividade, do conjunto da sociedade” (SAVIANI, 2003, p.139).

Vale lembrar que a pré-história do modo capitalista de produção emerge com base no modelo feudal, cuja “a transformação dos meios de produção individualmente dispersos em meios socialmente concentrados, da propriedade minúscula de muitos na propriedade gigantesca de poucos”, bem como “a expropriação da grande massa da população, despojada de suas terras, de seus meios de subsistência e de seus instrumentos de trabalho” (MARX, 2002, p.875), constituem a soberania burguesa na época. Portanto, socializar os meios de produção é reaver os bens anteriormente usurpados pela burguesia no processo de expansão dos ideais capitalistas e colocar os resultados da produção a serviço da comunidade.

Neste sentido, é importante destacar que embora o trabalho não se divida em manual e intelectual, não é raro observar que paira por ele uma distorção, a qual explica Saviani (2003) ao dizer que os resultados do processo de produção são apropriados de forma privada, portanto, apenas uma pequena parcela da humanidade usufrui do tempo livre, à medida que a classe trabalhadora, produtora da riqueza social é lançada na “necessidade de prosseguir em um processo de trabalho forçado” (SAVIANI, 2003, p.139). Apenas a superação da sociedade de classes, “viabiliza as condições para que

todos possam dedicar-se, ao mesmo tempo, ao trabalho intelectual e ao trabalho manual” (SAVIANI, 2003, p.139).

Dito isto, para entendermos o porquê de as desigualdades educacionais permanecerem no cenário brasileiro, como observado em relação a evasão dos jovens da classe trabalhadora, sua instrução direcionada aos trabalhos simples, sua inserção precoce no mercado de trabalho, torna-se importante situar que entendemos o Brasil enquanto inserido no capitalismo de forma dependente e que isso se expressa na sociedade brasileira atual e na educação da classe trabalhadora, bem como, nos mais variados relatos de privações de classe e segregação por gênero, etnia, renda, entre outras categorias sociais excludentes destacados no trabalho.

As diferentes condições de inserção, permanência e sucesso escolar das juventudes nos sistemas de ensino, está vinculada ao desigual sistema econômico ao qual estamos submetidos, portanto, tratamos da evasão escolar no próximo tópico com maior ênfase a seu aspecto socioeconômico, sem adentar com profundidade aos muitos fatores que elevam os índices de não conclusão do ensino básico no Brasil.

3.2 A evasão escolar como fenômeno da dualidade educacional no Brasil

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD, divulgada em 2019, cresce no Brasil a cada ano o número de jovens que não concluíram o ensino básico, um considerável quantitativo de jovens entre 14 a 29 anos, dentre eles, 20,2% não completaram o ensino médio ou por abandono, ou mesmo sem nunca ter frequentado (PNAD, 2019, p.10). Há, portanto, o quantitativo de jovens que corresponde a quase 50 milhões de indivíduos, destes, 10,1 milhões se encontram em situação de evasão ou abandono escolar, se considerado por gênero 58,3% são homens e 41,7% mulheres, considerando-se cor ou raça, 27,3% são brancos e 71,7% pretos ou pardos (PNAD, 2019, p.10).

A respeito dos motivos que levam a evasão ou abandono, os jovens apontaram a necessidade de trabalhar como fator prioritário. Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em 2019 resulta em 50,0% dos homens declararam a necessidade de trabalhar como principal fator de evasão (PNAD, 2019, p.11). No caso das mulheres, o principal

motivo foi não ter interesse em estudar (24,1%), seguido de gravidez (23,8%) e, por fim, trabalho (23,8%), fator que pode sinalizar que o mercado de trabalho ainda é formado essencialmente por homens. Além disso, 11,5% das mulheres relatam realizar os afazeres do lar enquanto principal motivo de abandono (PNAD, 2019, p.11).

De forma quantitativa, estes motivos atingem cerca de 70% desses jovens, independentemente da região, e sugerem a necessidade de medidas que incentivem a permanência e o sucesso dos jovens na escola (PNAD, 2019, P.11). Entender estes números que expressam a evasão escolar no Brasil, nos remete a perguntar: que tipo de sociedade que, mesmo tendo democratizado o acesso à escola, ainda produz um contingente considerável de jovens que a evadem? E afirmar, o fenômeno da evasão escolar está diretamente ligado à estrutura social capitalista.

Partimos da ideia que, de maneira desigual e combinada, com as mudanças estruturais, se reformulam padrões de acumulação para se reajustar ou enquadrar-se, na já mencionada nova ordem planetária, que intensifica a exploração do trabalho e o aumento da desigualdade social (Motta; Leher; Gawryszewski, 2018, p.314).

O foco central passou a ser a Emenda Constitucional 95/2006 (estagnação do investimento primário do orçamento público), a contrarreforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017), a flexibilização da legislação ambiental e as profundas mudanças na previdência social. O efeito combinado dessas ações tem como propósito promover drástica queda do custo geral da força de trabalho e da produção de bens e serviços (Motta; Leher; Gawryszewski, 2018, p.314).

É neste contexto de acirramento das contradições sociais que também avança o processo de mercantilização da política pública de educação. Iremos nos próximos parágrafos, resumidamente, apresentar um quadro histórico a respeito da lógica de mercantilização do ensino, bem como, refletir as maneiras que afetam as juventudes no quesito trabalho, renda e profissão.

Por este ângulo, nas palavras de Mészáros (2008, p.15), o processo educativo é elemento central de formação humana, entretanto, nos atuais padrões de acumulação capitalista “a educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista”, pois, nesta lógica do capital, a educação se destina ao fornecimento dos conhecimentos e do pessoal necessário para manusear à maquinaria de produção, sempre expansiva do sistema capitalista, além de

também gerar e transmitir um quadro de valores morais que visam incutir, tal como legitimar em suas subjetividades, os interesses dominantes, ou seja, se tornou uma importante e necessária ferramenta do processo de acumulação de capital, pois além de muitas outras vantagens, estabelece uma espécie de consenso que torna possível a manutenção e reprodução do injusto sistema de classes.

No cenário nacional, a crescente demanda por mão de obra aumenta (principalmente a partir da década de trinta, no primeiro mandato Vargas) e com ela surge a necessidade de instrução de um novo perfil de trabalhador, por sua vez, passível em suas relações de trabalho, sem seguridade social nem direitos trabalhistas, adaptado ao trabalho industrial e às novas relações de consumo nesta nova etapa do modo de produção¹⁶ (LOPES, BORTOLOTO, ALMEIDA, 2016, p.557/558).

Com isso, de acordo com Lopes, Bortoloto, Almeida (2016), já na década de quarenta, com o Secretário de Educação reformista Gustavo Capanema, que o sistema dual se estabeleceu, por meio da implementação de legislações como a do ensino secundário de 1942, promulgada pelo Estado Novo, com a finalidade de acentuar a velha tradição do ensino acadêmico secundário¹⁷ (LOPES, BORTOLOTO, ALMEIDA, 2016, p.558).

Todavia, foi no período militar ditatorial em sessenta e quatro, que a formação da classe trabalhadora para o mercado de trabalho se torna alavanca para o desenvolvimento industrial, ou seja, atendendo a demanda dos setores produtivos e intensificada pelo dito milagre econômico (LOPES, BORTOLOTO, ALMEIDA, 2016, p.559). Nestes princípios, eram reservados e exigidos aos trabalhadores o domínio de técnicas repetitivas, para serem executadas com eficiência e prática na aplicação de suas funções laborais, representadas pela via do “aprender a fazer” (LOPES, BORTOLOTO, ALMEIDA, 2016, p.561)

Importante destacar, que apenas na década de oitenta, se apresenta no congresso, por Otávio Elísio em dezembro de 1988, uma proposta para o Ensino Médio elaborada

¹⁶Importante destacar que posteriormente, se estabelecerá o documento oficial que dispõe a respeito da Consolidação das Leis de Trabalho - CLT, pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e sancionado pelo presidente Getúlio Vargas, durante o período do Estado Novo.

¹⁷Para manter um sistema de ensino, capaz de adequar a força de trabalho às novas exigências do capital, esse ensino paralelo é representado pelo Sistema S. Instituições sociais como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) são modalidades resultantes da lógica de ineficiência do Estado em promover formação para o trabalho (LOPES, BORTOLOTO, ALMEIDA, 2016, p.558).

por educadores progressistas. A proposta visava uma formação profissional que não substituísse a formação básica, porém, o projeto não foi aprovado e foi substituído por outro resultante de seu desdobramento. Em síntese, Lopes, Bortoloto, Almeida (2016) afirmam que “a politecnia foi substituída pela polivalência, que não confere a articulação entre o conhecimento científico, teórico, tecnológico e prático”, desta forma, o projeto original substitutivo integrou modificações e transformações vinculadas aos interesses do governo, o qual impôs sua política de ajustes à política pública de educação, com vistas a manutenção da dualidade educacional (LOPES, BORTOLOTO, ALMEIDA, 2016, p.562).

Por fim, considerando os eventos mencionados, podemos concluir que o Ensino Médio e Profissionalizante neste período, se vinculou aos interesses governamentais, pautados na adequação das forças produtivas, econômicas e políticas ao novo padrão de acumulação, por meio de reformas que consideravam um padrão de ensino pautado nos princípios da acumulação flexível (LOPES, BORTOLOTO, ALMEIDA, 2016, p.562).

A aprovação da Emenda Constitucional nº 14/1996 (BRASIL, 1996) contemplou, de acordo com Lopes, Bortoloto, Almeida (2016) o art. 42 da Lei nº 9.394/1996, que permite a oferta de cursos em caráter paliativo e aligeirado, ofertados pela iniciativa privada, ação que consiste numa nítida redução do papel do Estado em ofertar, via políticas públicas uma formação integrada, pautada no avanço da ciência, elevação dos níveis culturais e tecnológicos da população, transformando-os em simples formação para a execução de serviços, tarefas ou funções na divisão social e técnica do trabalho (LOPES, BORTOLOTO, ALMEIDA, 2016, p.563).

Esses cursos básicos, como cabeleireiro, jardineiro, encanador, eletricitista, dentre outros, por serem profissionalizantes, não exigem qualquer vinculação com níveis de estudos. Além de serem desvinculados do conhecimento científico e paliativos, esses cursos não demandam investimentos maiores para serem ofertados. Dessa forma, são aligeirados e baratos para aquelas instituições que se disponibilizam oferecê-los, sobretudo a partir do Decreto nº 2.208/97, que deu ampla liberdade para o setor privado, em detrimento da oferta de Ensino Médio integrado pelo Estado (BRASIL, 1997) (LOPES, BORTOLOTO, ALMEIDA, 2016, p.55/5662).

Interessa à classe dominante que os processos educativos sejam mantidos sobre seu controle, sobretudo, por conta da formação escolar da classe trabalhadora, já que é nela que se encontra imbricada a formação e socialização das novas gerações, com vistas

aos fatores de produtividade e passividade, de tal modo que de maneira geral, os trabalhadores se percebem enquanto “capital humano”, ou seja “mercadoria força de trabalho, em busca de aprimoramento de suas capacidades produtivas e de oportunidades de empregabilidade” (MOTTA; LEHER; GAWRYSZEWSKI, 2018, p.313).

Nesta lógica de investimentos em si mesmos, os trabalhadores, por sua vez, “imbuídos de uma ideologia de formação de capital humano, tornar-se empresariado”, o que significa que quanto mais possuir as habilidades e competências exigidas, melhores condições de trabalho surgirão ao indivíduo. É sob esta justificativa, que a classe dominante atribui ao próprio trabalhador a responsabilidade por sua formação técnica, tendo ele próprio como seu principal investidor (LOPES, BORTOLOTO, ALMEIDA, 2016, p.55/566).

Para tornar ainda mais efetiva, se necessita de uma ideologia com pilares forjados na racionalidade neoliberal, cujo objetivo seja a estruturação e organização não somente da ação dos governantes, mas também a própria conduta dos governados. A ideologia empreendedora assume enquanto principal característica a generalização da concorrência como norma de conduta do trabalhador e das empresas, portanto, torna-se modelo almejado de subjetivação (DARDOT; LAVAL, 2016, p.14).

Nesta lógica de desmontes e descaracterização das instituições públicas, o neoliberalismo e suas políticas avançam sobre as estruturas de forma ainda mais voraz e exacerbada, assumindo cortes profundos nos gastos públicos, sobretudo nos setores sociais, com intuito de garantir o pagamento dos juros e serviços da dívida que segue em curva crescente (MOTTA; LEHER; GAWRYSZEWSKI, 2018, p.318/319).

O conservadorismo, pilar moral da burguesia, é mantido através da disseminação ideológica de seus valores morais pelas mais diversas vias e linguagens, a fim de atingir níveis satisfatórios de consenso, ao ponto de conseguir avançar sob as estruturas e alterá-las via reformas jurídicas em áreas específicas em prol de seus interesses particulares. Emerge daí a necessidade de reformas estruturais para que o consenso seja ainda maior e dominante, portanto, usurpar as instituições públicas, desmoralizá-la e reduzir o Estado a financiador, responsabilizando ao setor privado a gestão, é essencial no processo.

Os “problemas” da má gestão pública do campo educacional, seriam supostamente resolvidos pela aprovação e implementação de profundas reformas

curriculares. Podemos citar como exemplo “a Reforma do Ensino Médio¹⁸ via Medida Provisória (MP) nº 746/2016, sancionada pela Lei nº 13.415/2017 e a aprovação da Base Nacional Comum Curricular-BNCC da educação básica (SANTOS; MARTINS, 2021, p.03).

Portanto, os esforços empreendidos pela classe dominante na tentativa de determinar conteúdos voltados à formação da força de trabalho – simples – que lhes sejam convenientes, moldando subjetividades, força de trabalho, “programada” para servir e se dedicar aos interesses do mercado, se tornando, ele mesmo, uma empresa e/ou a se constituir enquanto sujeito inserido num mercado de trabalho instável e reduzido. Daí a necessidade em “delimitar os conteúdos previstos” (MOTTA; LEHER; GAWRYSZEWSKI, 2018, p.320), embora enobrecem e propaguem a ideia de igualdade de oportunidades, não passam de medidas de enquadramento das juventudes às novas exigências do mercado.

Laval (2016), destaca que de forma global “a escola existe no interior de uma economia de mercado na qual as empresas mais poderosas veem os jovens como “alvo” comercial que podem ser atingido por meio de estratégias específicas – em particular pela mídia”, estas por sua vez “consistem em transformar desde a primeira infância os cérebros ainda inexperientes em consumidores de mercadorias cada vez mais numerosas e variadas” (LAVAL, 2019, p.126). O caminho para isso? Desenvolver competências e habilidades alinhados às necessidades e exigências da indústria 4.0.

Ao campo educacional, se impõe a pedagogia das competências¹⁹ através de reformas jurídicas, cujo objeto final são jovens dotados de “habilidades” relevantes ao

¹⁸Conforme Santos e Martins (2021) “a reforma altera o currículo e agrupa disciplinas em itinerários formativos, são eles: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; formação técnica e profissional, “compondo 40% da carga horária do currículo e ficando à escolha dos jovens a opção entre um destes”, a carga horária restante, os outros 60% “destinam-se à base curricular comum, sendo a Língua Portuguesa e a Matemática disciplinas obrigatórias” (SANTOS, MARTINS, 2021, p.08). Segundo as autoras, “as demais (disciplinas) estão diluídas em áreas de conhecimento, ou seja, perdem a autonomia e a especificidade” (SANTOS, MARTINS, 2021, p.08).

¹⁹ Segundo a BNCC do Ensino Médio, “competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e sócio emocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2008, p.08), “articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB” (BRASIL, 2008, p.08/09). A avaliação por competências ocorre orientada por normativas, um conjunto de padrões observados nos

mercado, com condições de se assumirem protagonistas e competirem com seus iguais por melhores condições num mercado de trabalho flexível, alienante e excludente (MOTTA, LEHER E GAWRYSZEWSKI, 2018, p.320).

Aos jovens pertencentes a classe trabalhadora é reservada um projeto formativo, capaz de desenvolver competências técnicas que atendam as demandas específicas do século XXI, ou seja, dentro da pedagogia do capital o processo educativo deve fortalecer competências “sócio emocionais”, bem como procedimentos comportamentais, embasados pelos discursos de resiliência, adaptabilidade e persistência, embutidos nos sujeitos desde seus primeiros anos escolares (MOTTA, LEHER E GAWRYSZEWSKI, 2018, p.320).

Nesta mesma lógica, o projeto formativo da classe operária preserva uma cultura de investimentos em si mesmo, uma forma dissimulada de responsabilizar os indivíduos pela construção de suas condições de sobrevivência, desconsiderando as estruturas sociais, bem como, as instituições socializadoras que os cercam e exercem forte influência. Ramos (), entende enquanto “investimento”, a capacidade ímpar de conquistar através do esforço e merecimento individual, alterar as condições de vida em que se insere, caso não consiga atingir os padrões exigidos de “interação social e estabilidade emocional é tomado por uma ilusória sensação de frustração e culpa. É neste processo que terá suas capacidades avaliadas, categorizadas e comercializadas a todos que se interessarem, sejam governadores ou empregadores” (RAMOS, 2009, p.56).

Torna-se relevante destacar, portanto, que os projetos societários, políticos, econômicos culturais e educacionais orquestrados pela burguesia brasileira, dentro de uma visão neoliberal, culminam num projeto formativo precário, desigual e contínuo em que atingem diretamente, aqueles cujas necessidades de construção de seus meios materiais de existências se apresentam mais latentes, as juventudes pertencentes a classe

mais diversos espaços de produção, concedendo parâmetros, sujeito a comparações, a fim de avaliar o que o trabalhador é ou pode vir a ser (RAMOS, 2009, p.56). Daí que surge a pedagogia por competências, que possui um currículo, conforme Ramos (2009, p.119) que se fundamenta na redefinição dos conteúdos e seus sentidos, assumindo uma postura prática destes saberes, “abandonando a preeminência dos saberes disciplinares para se centrar em competências supostamente verificáveis em situações e tarefas específicas”.

trabalhadora, conforme expõem Motta; Leher e Gawryszewski (2018) na passagem abaixo.

Em suma, os jovens, principalmente os de baixa escolaridade, ficam expostos à ideologia do empreendedorismo. Trata-se de educar, ao seu modo, essa massa de jovens trabalhadores, qualificados ou não, para as adversidades que o mercado impõe e manter as condições políticas e sociais necessárias para a reprodução ampliada do capital. [...] Não por acaso as frações de classe dominante criaram novas trincheiras para ampliar, recalibrar e conferir organicidade à sua direção sobre o conjunto do processo pedagógico de adequação da força de trabalho aos interesses do bloco de poder (MOTTA; LEHER; GAWRYSZEWSKI, 2018, p.317).

Por conta desta nova conjuntura, e em conformidade com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (2015), os jovens devem, em sua visão, serem contemplados com um projeto formativo em que se desenvolvam competências técnicas específicas para o século XXI, de forma a delinear perspectivas e tomar “boas decisões” sobre do seu “projeto de vida”, fortalecendo competências “sócio emocionais” (relacionadas a valores morais filtrados pelos fundamentalistas da Escola Sem Partido e pela bancada evangélica, assim como procedimentos comportamentais, tais como resiliência, adaptabilidade e persistência) (MOTTA, LEHER, GAWRYSZEWSKI, 2018, p.320).

Outrora, com a ascensão de governos com caráter progressista (a exemplo, em 2003 com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva pelo Partido dos Trabalhadores (PT), bem como nos anos subsequentes do mandato petista com Dilma Rousseff) tínhamos a qualificação e a construção do conhecimento, da formação da unidade que serve ao diverso enquanto proposta de emancipação, agora, disputamos espaço com a apreensão de habilidades e competências conforme as necessidades e exigências da indústria, a qual de forma fria e patológica contrata, avalia e demite pautada nas “capacidades úteis do indivíduo”, enquanto satisfaz a empresa o trabalhador permanece, quando já não é mais necessário, se descarta como qualquer outro produto já utilizado.

Nesta lógica, conforme reforça Faleiros (2008), as juventudes possuem trajetórias heterogêneas, ao mesmo tempo, homogeneizadas pelos dispositivos, instituições socializadoras, períodos históricos e capitais – econômicos e culturais - disponíveis num dado momento da história, tornando-as originais a cada geração. Neste processo, se colocam às juventudes questões complexas, “trabalhar e/ou estudar, morar na casa dos

pais ou ter a sua própria casa, entrar numa gangue ou num grupo religioso, morar junto com alguém ou morar só, estar empregado ou autônomo, migrar ou ficar no território conhecido, definir sua vida profissional entre várias carreiras” (FALEIROS, 2008, p.65/66), dilemas que segundo o autor se apresentam próprios deste período de desenvolvimento, a juventude, embora, “condicionados pelos campos, dispositivos e disposições das forças em presença, pois as possibilidades e oportunidades não estão abertas igualmente a todas e todos” (FALEIROS, 2008, p.65/66).

A questão central desta discussão, diz respeito às possibilidades reais que os jovens da classe trabalhadora possuem, para viver de maneira mais justa frente às injustiças de classe, considerando os níveis de alfabetização, permanência na escola e postos de trabalho assumidos em suas trajetórias. No caso do bairro aqui estudado tal possibilidade tem sido interrompida por diversos fatores, a maioria deles, no entanto, tem relação com a materialidade social, com as instituições sociais, com as correlações de forças políticas dos mais diversos setores, no qual estes jovens estão inseridos e que impõe a eles poucas alternativas quanto ao projeto de futuro diferente da condição de seus pais por exemplo, geração anterior que possuiu ainda menos condições.

3.3 Os jovens integrantes da pesquisa: posições demarcadas face aos limites de classe

Neste trabalho, optamos por associar as profissões dos entrevistados como pseudônimos a seus respectivos relatos, a fim de não nos deixar esquecer a qual jovens nos referimos, aqueles que compartilham de uma condição de classe, ser operário e, portanto, vender sua força de trabalho.

Os pseudônimos chamam atenção também, ao fato de que estes jovens se inserem na divisão social e técnica do trabalho precocemente, com baixos rendimentos e em posições com contratos de emprego precarizados ou na informalidade. Após isso em mente, destacamos que dos oito entrevistados, cinco são do gênero feminino e três do masculino, em que responderam a vinte questões numa entrevista semiestruturada, relacionadas principalmente a suas trajetórias na escola e no mercado de trabalho.

Com base nestes dados, já conseguimos nos capítulos anteriores, minimamente localizá-los numa posição social, pertencentes a uma geração de indivíduos, que

compartilham de condições históricas semelhantes, no entanto, originais, que compartilham de uma classe social e de uma condição juvenil mais ou menos geral, a vender sua força de trabalho para sobreviver. Vivenciam e são constituídos por um determinado período da história, sofrem influência de determinadas instituições sociais e ideologias, originais a este momento histórico. A tabela abaixo, representa de forma concreta, uma condição precária de sobrevivência.

Tabela 4: Número de filhos e dependentes de sua renda mensal declarados pelos entrevistados

PSEUDÔNIMOS	IDADE	Nº DE FILHOS	Nº de dependentes R\$
DONA DE CASA	22	3	4 pessoas
PEDREIRO	23	0	1 pessoas
DOMÉSTICA	21	2	3 pessoas
MANICURE	23	1	3 pessoas
ZELADORA ESCOLAR	24	1	3 pessoas
AUTÔNOMA	23	2	4 pessoas
COLONO	22	1	3 pessoas
EMPRESÁRIO	23	1	3 pessoas

Fonte: dados da pesquisa, 2022, produção do autor.

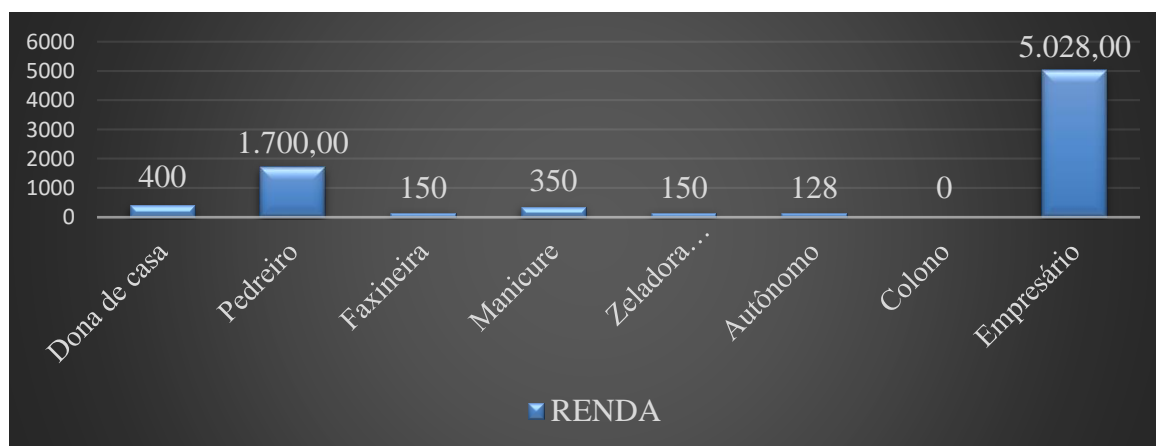
O fato mais intrigante, no entanto, não é apenas a condição baixa de renda que possuem, mas o número de pessoas que dependem desta renda mensal para sobreviver, em sua maioria (com exceção do pedreiro) possuem de três a quatro dependentes, revelando uma característica importante destas famílias, seu caráter nuclear, ou seja, seguem um modelo tradicional em que se contempla mãe, pai e filhos.

O fato de já terem constituído seu próprio núcleo familiar, apesar dos oito entrevistados terem idades na faixa de vinte a vinte e quatro anos é algo muito relevante, pois nos direciona a possibilidades de reflexão acerca de suas condições de

experimentação social, ou sua vivência do período de moratória social. Por quais razões constituem a família cedo? Seu contexto socioeconômico influencia nesta decisão? E seu contexto cultural? Que condições possuem estes jovens de vivenciar outras experiências que não essas?

Na tentativa de refletir sobre estas questões, organizamos o gráfico abaixo, apresentando os valores mensais, em reais, declarados como renda (valor de sua força de trabalho) pelos entrevistados. Se observa que, mesmo aqueles com rendas superiores a quatro salários-mínimos, como é o caso do Empresário, que embora extrai mais-valia e possua os meios de produção, atinge posições com melhores remunerações, mas não vive apenas do lucro, possui trajetória semelhante de inserção precoce no mercado de trabalho e evasão escolar, mesmo tendo uma renda “alta”, não deixa de compartilhar desta condição geral da juventude, vender sua força de trabalho. No gráfico, destacamos que apenas dois dos oito entrevistados possuem renda per capita superior a um salário-mínimo, o restante varia entre R \$150,00 a R\$400,00 mensais, com exceção do Colono que declarou não possuir renda no momento.

Gráfico 3: Renda declarada pelos oito entrevistados



Fonte: dados da pesquisa, 2021, produção do autor.

É expressivo o fato de que a maioria dos jovens deste grupo não possua sequer o mínimo de renda estipulado, um salário-mínimo. Aqueles que não sobrevivem de programas sociais e da assistência governamental, trabalham realizando pequenos serviços a terceiros ou em cooperativas de reciclagem. É nítido, portanto, que vivenciar um período de experimentação social, tolerante e construtivo, está muito distante da realidade deste grupo e conseqüentemente dos outros que residem e compartilham do mesmo contexto e condição social.

Ao serem questionados se o tipo de trabalho que tiveram, dificultou ou não os estudos na escola, todos os entrevistados disseram não ter prejuízos nos estudos por conta das tarefas que realizavam, no entanto, destacamos três relatos: “*Não, por causa que o trabalho eu já não tava estudando*” (DONA DE CASA, entrevistada em 12 de janeiro de 2022); “*Não estava mais estudando*” (AUTÔNOMA, entrevistado em 12 de janeiro de 2022); “*Não, eu não estava estudando*” (COLONO, entrevistado em 12 de janeiro de 2022). A justificativa, nestes três casos, conduz à ideia de que os entrevistados evadiram da escola para iniciar no mercado de trabalho em busca de renda. Não que este seja de fato a razão pela qual largou os estudos, mas indica que ao saírem da escola a opção que lhes restou foi a inserção numa profissão em troca de um salário.

Desta forma, podemos considerar o período em que os jovens operários vivenciam suas experiências escolares enquanto momento de tolerância às responsabilidades adultas, momento em que se ausentam e se preparam para sua inserção social, político e cultural nos mais variados espaços. No entanto, aqueles que evadem perdem a possibilidade de se ausentar e de se preparar, acabam por se inserir de forma conturbada, amedrontadora e insuficiente no mercado de trabalho, que acabam por se consolidar como profissões na medida em que se veem imersos aos contextos, sem muitas perspectivas de alteração.

Gostaríamos de destacar também a fala da Manicure, “*não, não me dificultou em nada, eu saí mesmo por que eu quis mesmo*” (MANICURE, entrevistada em 12 de janeiro de 2022). Ao observar este relato, é perceptível que não se atribui a culpa de sua evasão escolar às instituições, estruturas e macroestruturas da sociedade, nem mesmo as correlações de forças entre a classe que oprime e a que é oprimida, se atribui ao indivíduo somente a responsabilidade pelos seus “fracassos”, discurso que de certa forma é interiorizado pelos sujeitos e tido como naturalmente inaptos aos estudos.

Outro aspecto extremamente relevante nesta discussão diz respeito à etnia declarada pelos entrevistados. É relevante pois expressa traços históricos e culturais de um município forjado sob os anseios do capital imobiliário e outras instituições, cujo processo de expansão se firma sob a segregação de povos e culturas e da subordinação dos caboclos e indígenas aos pioneiros gaúchos e catarinenses.

Nos relatos, podemos observar estes traços étnicos quando questionamos sobre as escolas pelas quais já tinham estudado, a metade dos entrevistados nos relatou ter passado por instituições do campo, em escolas do campo, “*eu estudei no interior, lá no Rio Tuna*”

(DONA DE CASA, entrevistada em 12 de janeiro de 2022); “*Ponte Nova do Cotegipe*” (PEDREIRO, entrevistado em 12 de janeiro de 2022); “*Nova Progresso*” (COLONO, entrevistado em 12 de janeiro de 2022) e na “*comunidade São PioX na Escola Municipal Basílio Tiecher*” (ZELADOR ESCOLAR, , entrevistado em 12 de janeiro de 2021). Outra característica da cultura cabocla, está presente no relato do Colono e diz respeito ao nomadismo culturalmente empregado a esta cultura, pois disse ter que mudar muitas vezes de localidade, o que culminou em sua também mudança de escola “*mudança, tipo mudando de casa aí mudava de escola*” (COLONO, entrevistado em 12 de janeiro de 2022).

Outras contradições são passíveis de análise quando tratamos de origens étnico culturais de uma população que estão além da segregação sócio espacial, expostos a décadas a exclusão econômica e cultural, bem como, num duplo processo, nos referimos também as resistências criadas por estas populações, expressas nas ocupações de terrenos públicos para fins habitacionais e nos movimentos populares em prol de conquistas comuns, como escolas e postos de saúde para a comunidade.

Obtivemos em campo os seguintes dados acerca da etnia dos entrevistados, 2 dos oito entrevistados se declararam pretos, 3 enquanto pardos e 3 como brancos. Mas o que significam, de fato, estes números? Eles tornam visível a expressiva vulnerabilidade socioeconômica das populações de etnia preta, parda e indígena (IBGE, 2022). No relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, intitulado *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil 2ª edição*, publicado em onze de novembro de 2022, estão disponíveis dados expressivos com relação ao crescimento da pobreza e da fome no Brasil, nestes últimos anos. Nos alertam ao fato de que a desigualdade racial é uma realidade a ser combatida e o alargamento das políticas raciais em prol da defesa de direitos, necessário.

Aos pretos, pardos e indígenas, as condições são mais desafiadoras, visto que, são cidadãos brasileiros que integram um contingente populacional que atinge por volta dos 47%, no entanto, são também aqueles que vivenciam o acesso desigual e precário a bens e serviços básicos e necessários ao bem-estar, como saúde, educação, moradia, trabalho, etc. (IBGE, 2022). Com relação ao índice de população na força de trabalho, desocupada e subutilizada por cor ou raça em 2021, o relatório expressa que “pretos e pardos sobrerrepresentados entre desocupados ou sub-utilizados, em relação à suas representações na força de trabalho”, com números que somados, pretos e pardos,

representam 55,02% na força de trabalho, 64,1% nos índices de desocupação e 65,6% nos índices de sub-utilizados (IBGE, 2022).

Com relação à participação em cargos gerenciais, os índices demonstram a predominância dos brancos (69,0%), além disso, de acordo com a análise do IBGE, apenas “14,6% de pessoas em cargos gerenciais de mais alta renda eram pretas ou pardas, sendo 84,4% brancas” (IBGE, 2022). No quesito renda também há disparidades, por exemplo, “em 2021 o rendimento médio domiciliar per capita mensal da população branca (R\$1.866) foi quase duas vezes maior do que o da população preta (R\$ 956) e parda (R\$945)” (IBGE, 2022).

O Instituto analisa ainda, que no quesito pobreza, havia em 2021 o dobro de pretos e pardos em relação aos brancos, em números a taxa de pobreza era, respectivamente, 34,5% e 38,4%, contra 18,6% (IBGE, 2022). Em números, se encontram na linha de extrema pobreza, apenas 5,0% das pessoas brancas, contudo 9,0% da população preta e 11,4% da parda estava abaixo desta linha (IBGE, 2022). Se torna necessário mencionar ainda, que tratamos de indivíduos cuja subjetividade é transpassada por estruturas e instituições sociais, trajetórias que confrontam e resistem a opressões e truculências do sistema. Sujeitos inseridos num determinado contexto sócio histórico, cujas influências deste sob suas subjetividades é inquestionável.

Diante desta realidade, ressaltamos o Economista Amartya Sen (2010), ao dizer que “a liberdade individual é essencialmente um produto social”, numa dupla relação em que estas liberdades se expandem com determinadas disposições sociais, na medida em que seu uso, torna estas disposições sociais “mais apropriadas e eficazes” (SEN, 2010, p.46). O vínculo entre as duas categorias apresentadas acima, renda e etnia, se apresenta enquanto um importante pilar da desigualdade social e de renda.

Outra razão crucial que Sen (2010) aponta, se refere ao fato de a liberdade subjetiva ser não apenas base da avaliação de êxito ou fracasso socioeconômico, mas também é tida como incentivo para a iniciativa individual, fundamental na busca pela eficácia social. Nas palavras do autor, “ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o desenvolvimento” (SEN, 2010, p.33). Como superar contextos desiguais com milhares de trabalhadores submetidos a uma lógica de expropriação e miséria crescente? Somente com a superação do modo capitalista.

Podemos então, caracterizar os entrevistados enquanto jovens de baixa renda, usuários da assistência social e das políticas públicas governamentais, pertencentes a uma geração originalmente histórica e a uma classe social historicamente oprimida. Possuidores, em sua maioria, de um núcleo familiar em caráter nuclear, fato que desafia ainda mais as condições já precárias de sobrevivência, considerando que todos os entrevistados evadiram da escola sem concluir o ensino básico e se inseriram no mercado de trabalho, a fim de acumular renda, de maneira precoce antes de seus dezesseis anos. Compartilham, portanto, de uma condição juvenil geral, precisam vender sua força de trabalho para sobreviver, além da pobreza que também lhes é comum.

A razão pela qual a Dona de Casa desistiu de estudar foi a dificuldade de acesso, como expresso no relato *“é que lá no interior onde a gente morava era longe pra “cacete” para pegar o ônibus [...] acabei desgostando e parei”* (DONA DE CASA, entrevistada em 12 de janeiro de 2022), no caso do Pedreiro e do Empresário foi o trabalho de forma direta *“Olha, mais foi serviço, dai eu vim pra cidade comecei a trabalhar e estudar de noite, né? Ai foi e eu parei e não fui mais”* (PEDREIRO, entrevistado em 12 de janeiro de 2022), *“Questão de trabalho e tipo assim, eu sempre coloquei o serviço em primeiro lugar né?”* (EMPRESÁRIO, entrevistado em 15 de março de 2022).

Já com a Doméstica e a Zeladora Escolar, a categoria trabalho se expressa de forma indireta, visto que ao constituir família as despesas aumentam e a renda torna-se necessidade mais imediata, vejamos os relatos: *“Foi por conta da gravidez, [...] daí eu desisti, já me governava mesmo, daí eu desisti”* (DOMÉSTICA, entrevistada em 11 de janeiro de 2022), *“É por causa que eu engravidei, ai não quis mais porque eu não gosto de estudar”* (ZELADORA ESCOLAR, entrevistada em 11 de janeiro de 2022). Não sentir prazer nos estudos é também condição da Manicure e da Autônoma, *“Desinteresse mesmo”* (MANICURE, entrevistada em 12 de janeiro de 2022), *“Ah, nova, o pensamento da gente, acabei não indo mais daí também”* (AUTÔNOMA, entrevistado em 12 de janeiro de 2022), entretanto, aparecem nos relatos razões internas a escola, como ocorreu com o Colono, *“Não, o diretor me expulsou”* (COLONO, entrevistado em 12 de janeiro de 2022).

Como mencionado, na maioria dos relatos a categoria trabalho se faz presente, de forma mais explícita nos discursos do Pedreiro e do Empresário, entretanto, se expressam de forma implícita nos discursos da Doméstica, da Zeladora Escolar quando se remetem a gravidez como justificativa da evasão, visto que implica no sustento de um filho, na

construção das condições materiais para o educar e preparar para o futuro. Nestes casos, possuir fonte de renda é essencial, portanto, a trajetória escolar passa a ser um segundo plano, ou até terceiro, enquanto o trabalho e a renda recebem mais atenção, por questão de necessidade.

Analisemos estes relatos pela ótica da meritocracia, tão fortalecida pela ideologia neoliberal, considerando também a formação dual e classista ofertada pela classe dominante aos jovens pertencentes a classe trabalhadora, nos questionamos, quais as condições que estes grupos possuem para vivenciar conjunturas sociais mais justas? Levando em conta a visão do economista Amartya Sen, a respeito da pobreza enquanto conjunto de privações de liberdades dos indivíduos.

Destacamos a seguinte fala, proferida por um dos entrevistados “*é que lá no interior onde a gente morava era longe pra “cacete” para pegar o ônibus*” (DONA DE CASA, entrevistada em 12 de janeiro de 2022). De início se observa a falta de atenção pública aos moradores do campo, no quesito investimento público em educação a esta população, tendo por vezes, que se deslocar em veículos precários até a cidade para acessar o ensino público. Pode não parecer, mas o descaso com as escolas do campo, acabam por motivar os jovens ao abandono, visto que carecem de sacrifícios muito maiores para acessar a escola, por exemplo, acordar muito mais cedo por conta do deslocamento, realizar tarefas matinais no trato com os animais antes de sair de casa, entre outros, os quais afetam seu rendimento e a permanência.

O desinteresse pelo estudo também atinge aos jovens residentes na cidade, vejamos nos discursos da Manicure que justifica sua saída por conta da falta de interesse “*desinteresse mesmo*” (MANICURE, 2022), ou mesmo na fala do AUTÔNOMA, o qual fundamenta sua evasão por conta da idade, da maturidade, que expressa este desinteresse por estudar “*ah, nova, o pensamento da gente, acabei não indo mais daí também*” (AUTÔNOMA, 2022). Ou a fala do Colono que diz ter sido expulso pelo diretor.

Os depoimentos demonstram uma relação complicada destes jovens com a escola. Conforme Freitas (2009), a instituição escolar foi constituída, no Brasil, tendo como referência os jovens das classes médias e não os jovens pobres, contribuindo para que estes quando adentram no espaço escolar, especialmente a partir dos anos 2000, com o processo de massificação da escola, se sintam num não lugar, pois encontram-se pela sua condição social desprovidos dos dispositivos exigidos por ela, tais como disciplina e

concentração, entre outros, logo, acabam sendo excluídos. Processo agravado pelos agentes internos da escola, que pela origem pequeno burguesa, acabam reproduzindo preconceitos em relação a estes jovens. Por sua vez, autores como Dayrell e Jesus (2016), chamam a atenção para o distanciamento da escola em relação às juventudes, contribuindo para a desmotivação dos jovens em relação a ela. Para estes autores, o contexto socioeconômico e cultural das famílias destes jovens também explica este processo de exclusão.

Entretanto, reforçamos que esses jovens acabam por compartilhar de situações históricas comuns, a pobreza, o pauperismo, a questão social, atinge todos de igual maneira. Conforme expõe Faleiros (2008) os dados no Brasil referentes às crianças e aos adolescentes evidenciam que, aqueles com mães semianalfabetas comparadas aos com alta escolaridade, possuem “4 vezes mais possibilidade de trabalhar (10 a 15 anos); 7 vezes mais possibilidade de ser pobres”, além de “11 vezes mais possibilidade de não frequentar escola (7 a 14 anos); 16 vezes mais possibilidade de morar em domicílio sem abastecimento de água; 23 vezes mais possibilidade de não ser alfabetizado” (FALEIROS, 2008, p.66 *apud* UNICEF 2004).

As crianças e adolescentes pobres (1º quinto de renda familiar per capita) comparativamente aos ricos (5º quinto) têm duas vezes mais possibilidade de trabalhar (10 a 15 anos); 3 vezes mais de possibilidade de morrer antes de completar 5 anos de idade; 8 vezes mais de não frequentar a escola (7 a 14 anos); 21 vezes mais possibilidade de não ser alfabetizados (12 a 17 anos); 30 vezes mais possibilidade de morar em domicílio sem abastecimento de água; 68 vezes mais possibilidade de morar em domicílio sem geladeira ou freezer. Os negros têm 2 vezes mais possibilidades de ser pobres, de não frequentar a escola (7 a 14 anos) e 3 vezes mais a possibilidade de não ser alfabetizados (FALEIROS, 2008, p.66 *apud* UNICEF 2004).

Estar inserido em uma geração, implica compartilhar com indivíduos de uma semelhante faixa etária, situações e contextos históricos comuns, entretanto, a pobreza existirá enquanto permanecerem vigentes as ideologias do capital, dirigindo estruturas e instituições que garantem sua manutenção. Enquanto o trabalho e a escola se apresentarem de forma estranhada, deslocada da realidade social dos sujeitos, e estes, por sua vez, tiverem sua produção apropriada de maneira privada, existirá pauperismo.

A questão social para Netto (2001) possui “manifestações imediatas”, dentre elas “forte desigualdade, desemprego, fome, doenças, penúria, desamparo frente às

conjunturas econômicas adversas etc” (NETTO, 2001, p.43/44). Neste sentido, apontamos em concordância com Araújo (2019), “que a escola é uma instituição importante para a construção de uma sociedade emancipada e mais justa, em que a educação contribua para a formação de sujeitos com uma compreensão mais ampla, crítica e reflexiva do contexto social” (ARAÚJO, 2019, p.35). Entretanto, para que isso seja minimamente alcançado, Araújo (2009), ressalta que a instituição escolar precisa superar sua visão unilateral e sua perspectiva de formação monotécnica.

Conforme Araújo (2009), o “princípio pedagógico da diferenciação escolar e do homem mono técnico se materializa na substituição, desse modo, do projeto de educação completa pela monotecnia. Tendo por base o pressuposto das diferenças naturais entre os indivíduos” (ARAÚJO, 2019, p.38). Neste raciocínio, é dever da instituição escolar promover a “unificação cultural e moral do povo” e o livre desenvolvimento dos “talentos” de modo a garantir “a seleção dos mais aptos” (ARAÚJO, 2019, p.38). O tipo humano ideal a este modelo seria “o trabalhador da tarefa parcelarizada, desenvolvido em algumas capacidades “requeridas pela sociedade”, mas atrofiado em outras habilidades” (ARAÚJO, 2019, p.38).

O autor conclui que a monotecnia é tomada como aspecto humano a ser promovido pela instituição escolar. Esta visão, deriva da dicotomia e separação entre atividades manuais e intelectuais e as últimas, são reservadas à uma pequena parcela da população, devendo a maioria se dedicar a funções de caráter manual. Neste sentido, “a pedagogia liberal procura promover um ensino pragmático e instrumentalizado para a maioria da população, selecionando/excluindo grande parcela dos sujeitos de terem acesso a um ensino amplo nas várias dimensões da vida humana” (ARAÚJO, 2019, p.39).

A perspectiva de ensino contrária, ou seja, a formação politécnica “diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno” (SAVIANI, 2003, p.140), portanto, se trata de proporcionar experiências em âmbito escolar que valorizem um desenvolvimento multilateral, que possa dar conta de muitas das facetas presentes na lógica produtiva, pois se entende que com este tipo de instrução, os sujeitos poderão possuir domínio sobre os princípios da produção na modernidade.

A politecnia neste sentido, merece atenção devido ao fato de que “trata-se de organizar oficinas, processo de trabalho real, porque a politecnia supõe a articulação entre

o trabalho manual e o intelectual” (SAVIANI, 2003, p.141) ou seja, uma perspectiva de formação contra hegemônica, com grandes potencialidades e possibilidades de transformação da realidade social, ao possibilitar que os sujeitos assimilem tanto intelectualmente quanto manualmente, sem divisão, partindo dos princípios científicos que sustentam a organização moderna.

Se o ensino médio se constitui sobre esta base e se esses princípios são absorvidos, assimilados, e se o educando que passa por essa formação adquire a compreensão não apenas teórica, mas também prática do modo como a ciência é produzida, e de como se incorpora à produção dos bens, ele compreende como a sociedade está constituída, qual a natureza do trabalho nessa sociedade e, portanto, qual o sentido das diferentes especialidades em que se divide o trabalho moderno (SAVIANI, 2003, p.141).

Conceber a escola unitária, segundo Ramos (2007) perpassa a ideia de formação pragmática manual à classe operária e intelectual para a classe dominante “a concepção da escola unitária expressa o princípio da educação como direito de todos”, em outros termos “pressupõe que todos tenham acesso aos conhecimentos, à cultura e às mediações necessárias para trabalhar e para produzir a existência e a riqueza social” (RAMOS, 2007, p.2).

Este tipo de educação tem de possuir natureza politécnica, isto significa, segundo Ramos (2007) um tipo de educação capaz de “propiciar aos sujeitos o acesso aos conhecimentos e à cultura construídos pela humanidade”, bem como, “propicie a realização de escolhas e a construção de caminhos para a produção da vida”, através do trabalho compreendido em seu viés de realização e produção humana, assim como, deve ser concebido enquanto práxis econômica (RAMOS, 2007, p.2). Com isto apresenta-se os dois pilares conceituais de uma educação integrada:

um tipo de escola que não seja dual, ao contrário, seja unitária, garantindo a todos o direito ao conhecimento; e uma educação politécnica, que possibilita o acesso à cultura, a ciência, ao trabalho, por meio de uma educação básica e profissional. É importante destacar que politecnia não significa o que se poderia sugerir a sua etimologia, a saber, o ensino de muitas técnicas. Politecnia significa uma educação que possibilita a compreensão dos princípios científico-tecnológicos e históricos da produção moderna, de modo a orientar os estudantes à realização de múltiplas escolhas (RAMOS, 2007, p.2).

Nesta perspectiva, Ramos (2007) destaca que “na sociedade moderna a relação econômica vai se tornando fundamento da profissionalização. Mas sob a perspectiva da integração entre trabalho, ciência e cultura, a profissionalização se opõe à simples a formação para o mercado de trabalho” (RAMOS, 2007, p.4/5). Um dos principais argumentos defendidos pela autora para se considerar o trabalho como princípio educativo na educação básica diz respeito a sua capacidade em dificultar a naturalização da exploração do capital pelas crianças, adolescentes e jovens, afim de não tornar-se “mamíferos de luxo”, isto é, “homens e mulheres que, por viverem da exploração do trabalho dos outros deixam de exercer aquilo que lhes conferem ontologicamente a condição de seres humanos, a capacidade de produzir social e coletivamente sua existência” (RAMOS, 2007, p.7).

Ramos (2007), ressalta a importância de compreender o trabalho tanto em seu aspecto ontológico, ou seja, “como práxis humana e, então, como a forma pela qual o homem produz sua própria existência na relação com a natureza e com os outros homens e, assim, produz conhecimentos”, como no aspecto histórico, conceituado por Ramos (2007) enquanto “categoria econômica e práxis diretamente produtiva” (RAMOS, 2007, p.7/8). Associado a concepção de trabalho está a noção de ciência, “conhecimentos produzidos, sistematizados e legitimados socialmente ao longo da história, como resultados de um processo empreendido pela humanidade na busca da compreensão e transformação dos fenômenos naturais e sociais”, suscetível a refutação no movimento permanente de construção de novos conhecimentos (RAMOS, 2007, p.8).

Por fim, conforme expõe Ramos (2007), na concepção de escola unitária está atrelado aos dois anteriores o aspecto cultural, entendido, “como as diferentes formas de criação da sociedade, seus valores, suas normas de conduta, suas obras. Portanto, a cultura é tanto a produção ética quanto estética de uma sociedade” (RAMOS, 2007, p.8).

Sob essas perspectivas de conferir especificidades próprias a cada uma daquelas dimensões constitutivas da prática social que devem organizar o ensino médio de forma integrada – trabalho, ciência e cultura – que entendemos a necessidade de o ensino médio ter uma base unitária sobre a qual podem se assentar possibilidades diversas de formações específicas: no trabalho, como formação profissional; na ciência, como iniciação científica; na cultura, como ampliação da formação cultural. Assim, nossa proposta é de que, respeitadas as normas do sistema de ensino, as instituições pudessem acrescentar ao mínimo exigido para o ensino médio, uma carga horária destinada à formação específica para

o exercício de profissões técnicas, ou para a iniciação científica, ou para a ampliação da formação cultural. Isto possibilitaria o desenvolvimento de atividades relacionadas ao trabalho, à ciência e à cultura, visando a atender às necessidades e características sociais, culturais, econômicas e intelectuais dos estudantes. (RAMOS, 2007, p.9).

Visto isso, vamos ao próximo tópico voltados a categoria trabalho e suas interpelações com a categoria social juventudes, buscando aproximações das trajetórias escolares e das inserções dos jovens entrevistados no mercado de empregos, relatos que nos remetem a inclusões precoces e precárias, geralmente em postos de trabalho em caráter simples, sem a necessidade de especialização. Estas inserções acabam por diminuir consideravelmente ou até mesmo extinguem a possibilidade de vivenciar o período doado aos jovens pela sociedade para assumirem as responsabilidades da vida adulta, o período tido Urrestis e Margulis por Moratória Social.

3.4 - Situação de trabalho entre os jovens do Conjunto Habitacional Terra Nossa

Karl Marx (2004) no capítulo *Trabalho Estranhado e Propriedade Privada*, parte dos *Manuscritos Econômico-filosóficos*, nos oferece categorias primordiais para compreensão de seu raciocínio, se tratam das categorias “trabalho” e “propriedade”. Neste capítulo, assumimos suas formas “estranhado” e “privada” enquanto categorias de análise.

Pudemos no primeiro capítulo, refletir sobre alguns aspectos da peculiar formação social no Brasil, cujos traços são forjados numa dependência financeira externa articulados aos interesses das classes dominantes nacionais, a ponto de constituírem pilares pautados numa lógica periférica, em que o capital resultante da exploração de suas potências produtivas sendo destinado, quase que por completo, aos países dominantes centrais por meio do endividamento.

Assim, se perpetua um modelo de expropriação econômica onde a desigualdade social é processo fundante e necessário para sua manutenção. Para constituir-se enquanto tal, é necessário que aos filhos dos trabalhadores se destine uma escolarização defasada, tecnicista e fragmentada, a fim de constituir mão de obra barata e necessária aos trabalhos simples, não qualificados, com baixos salários e informatizada, perpetuando um modelo dual de ensino, com base na classe social que estes se inserem.

Destacamos no texto de Marx (2002) uma passagem interessante, intrinsecamente relacionada à categoria “classe social”. É nítido no pensamento deste autor que “com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt)” (MARX, 2004, p.02/03). Da mesma maneira, também relacionada à categoria “propriedade”, um dos requisitos mais influentes/fundamental na organização em classes, pois de acordo com Marx (2004), “o trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral” (MARX, 2004, p.02/03).

Sem dúvida. O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador (MARX, 2004, p.04/05).

Ao vender sua força de trabalho, o operário se depara com contradições inerentes à produção e apropriação do resultado final do processo de produção. Decorre disso o fenômeno da “objetivação”, entendido enquanto o momento em que o trabalhador se depara com a perda daquilo que produziu, neste sentido, o operário é “despojado dos objetos mais necessários não somente à vida, mas também dos objetos do trabalho” (MARX, 2004, p.03).

É nesta apropriação privada das mercadorias que ocorre o “estranhamento (Entfremdung)” da produção de bens pelo operário que a produziu, nas palavras de Marx (2004), “quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital” (MARX, 2004, p.03).

Pressupondo que a “atividade consciente livre é o caráter genérico do homem” (MARX, 2004, p.07) afirma que “a atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal”. Justamente, e só por isso, ele é um ser genérico “eis por que a sua atividade é atividade livre”. Neste sentido, ao invés de promover satisfação e desenvolvimento humano, ao produzir e não possuir, “o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto sacrifício, de mortificação” (MARX, 2004, p.05/06).

Ao estranhar, não se compreender enquanto sujeito forjado sob suas relações com o universo objetivo, material “o trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua existência” (MARX, 2004, p.08).

A economia, sob esta racionalidade, desconsidera o vínculo direto entre o trabalho do trabalhador e o resultado de sua produção. Neste sentido, o autor afirma que, “o trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral” (MARX, 2004, p.02/03). Entretanto, numa sociedade dividida em classes, esta dinâmica se apresenta sob o aspecto da “exploração do homem pelo próprio homem”, pois conforme Marx (2004), “na relação do trabalho estranhado cada homem considera, portanto, o outro segundo o critério e a relação na qual ele mesmo se encontra como trabalhador” (MARX, 2004, p.09), se explorador ou explorado.

Explorado pois, no pensamento de Marx (2004) “se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, um poder estranho [que] está diante dele, então isto só é possível pelo fato de [o produto do trabalho] pertencer a um outro homem fora o trabalhador” (MARX, 2004, p.10).

Se sua atividade lhe é martírio, então ela tem de ser fruição para um outro e alegria de viver para um outro. Não os deuses, não a natureza, apenas o homem mesmo pode ser este poder estranho sobre o homem [...] se ele se relaciona com a sua própria atividade como uma [atividade] não-livre, então ele se relaciona com ela como a atividade a serviço de, sob o domínio, a violência e o jugo de um outro homem (MARX, 2004, p.10).

Finalizamos esta discussão acerca do tipo de trabalho utilizado pelas classes dominantes para a exploração das classes subalternas, relacionando a categoria “propriedade privada” - conforme o autor “o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação externa (äusserlichen) do trabalhador com a natureza e consigo mesmo” (MARX, 2004, p.11) - com a categoria “salário” - compreendida enquanto “consequência imediata do trabalho estranhado, e o trabalho estranhado é a causa imediata da propriedade privada” (MARX, 2004, p.12).

O fator renda, nos interessa neste momento, pois nosso objetivo neste trabalho, vem de encontro a realização de análises acerca de uma categoria social específica, as juventudes, período etário que consolida a saída da adolescência e a passagem para a vida

adulta, ou seja, período em que o fator renda se faz latente e necessário aos fins de integração e construção dos meios materiais de existência.

Sendo assim, evocamos para este assunto Frigotto (2004), ao pontuar no texto *Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas*, que a pobreza e a "exclusão" ou inclusão precoce e precarizada no mercado de trabalho, "jovializaram-se", por conta da radical e contraditória relação entre capitalismo central e periférico. O que significa, segundo o autor, a elevação das taxas de jovens que se ocupam "de trabalhos" dos mais variados tipos, como forma de auxiliarem na renda familiar (FRIGOTTO, 2004, p.15).

É necessário, para dar seguimento ao debate resgatar alguns elementos do tópico anterior, no sentido de que a racionalidade neoliberal, o modelo empreendedor e as reformas educacionais, culminam num projeto formativo precarizado, unilateral, fragmentado e tecnicista, cujo objetivo é formar sujeitos dispostos a competir entre si, dotados de habilidades e competências flexíveis ao mercado, além de comportar-se enquanto uma empresa, lógica regida por pilares de terceirização, informalidade e superexploração do trabalho.

Os jovens por sua vez, são convidados a buscar e conquistar seu "espaço" no mercado, por meio de seu mérito individual e de sua capacidade de investir em si mesmos, ao ponto de assumir uma postura empreendedora e adentrar na divisão sociotécnica do trabalho em posições de informalidade, cujas grandes massas não possuem ao menos a conclusão do ensino básico. É neste contexto que entendemos se inserir o fenômeno da evasão escolar, mencionado nos tópicos anteriores.

Sendo assim, as transformações no mundo do trabalho, de acordo com Faleiros (2008), "afetam profundamente a juventude, pois não só geram desemprego, como exigem uma qualificação e uma escolaridade maiores, que repercutem no chamado apagão de mão de obra" (FALEIROS, 2008, p.68). Faleiros (2008) aponta na passagem abaixo não somente a relação direta entre as categorias trabalho e educação, mas também como são decisivas nas trajetórias das juventudes a sua inserção segura e justa, na sociedade.

A produtividade é a questão-chave do mundo do trabalho contemporâneo e a escolaridade está associada a ela. A chamada crise do trabalho resulta do aumento significativo da produtividade e faz com

que a questão da relação entre trabalho e escolaridade seja realmente crucial ou decisiva. A crise se configura também pela precariedade do trabalho (FALEIROS, 2008, p.68).

Entretanto, considerando tais relações, nos questionamos a respeito do sentido que o trabalho tem para a humanidade? O que seria o trabalho numa visão humanista, de formação subjetiva? Antunes (2018, p.31), ressalta que “na longa história da atividade humana, em sua incessante luta pela sobrevivência e felicidade social, o trabalho é também uma atividade vital e omnilateral”. Porém, “quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho – como muitas vezes ocorre no mundo capitalista e em sua sociedade do trabalho abstrato²⁰ –, ela se converte em um mundo penoso, alienante, aprisionado e unilateralizado” (ANTUNES, 2018, p.31). Disto, ele constata que “se por um lado necessitamos do trabalho humano e de seu potencial emancipador e transformador, por outro devemos recusar o trabalho que explora, aliena e infelicita o ser social, tal como o conhecemos sob a vigência e o comando do trabalho abstrato” (ANTUNES, 2018, p.31).

Para Antunes (2018) o capital se estrutura apoiado num tipo específico de trabalho, o abstrato, e o considera “desestruturante para a humanidade”, já o oposto, o trabalho que estrutura sentido à humanidade é o “trabalho concreto”, pois este cria bens “socialmente úteis”, afirma que reside neste paradigma, o que ele chama de “dialética espetacular do trabalho” (ANTUNES, 2018, p.31).

A relação entre trabalho e educação se expressa na formação social dos indivíduos, para se atingir postos de trabalho melhores remunerados ou mais bem valorizados socialmente, carece de um nível de instrução específico, entretanto, considerando o processo de ensino dual e classista ofertado, podemos dizer que a não

²⁰ Karl Marx (1818-1883) aposta no objetivo de entender porque o capital existe. Para isso, Marx desenvolve o seguinte esquema argumentativo: 1) A mercadoria representa a existência molecular do capital porque toda a produção capitalista toma a forma de mercadoria; 2) A mercadoria é, em primeiro lugar, um valor de uso, um objeto externo, cujas qualidades materiais ou virtuais a tornam útil para satisfazer determinadas necessidades do estomago ou da fantasia; em segundo lugar, é um valor de troca, (cujo nome em dinheiro se chama preço), uma relação quantitativa que pressupõe alguma substância comum, no perceptível empiricamente, de forma imediata; 3) Essa substância comum é o trabalho humano abstrato; trabalho despido de suas especificidades e considerado como simples despesa de energias humanas, físicas e intelectuais (CASTRO, 2008, p.404/405). A partir da mercadoria, considerada existência molecular do capital, Marx define sua dupla realidade, a unidade valor de uso e valor de troca, como formas de expressão de uma unidade mais profunda: o trabalho no seu duplo caráter, trabalho concreto (que se manifesta no valor de uso) e trabalho abstrato (que se manifesta no valor de troca) (CASTRO, 2008, p.405).

conclusão do ensino básico, condiciona as juventudes, na maioria dos casos, a postos de trabalho precarizados, na informalidade e sem seguridade social.

Esta lógica de inserção precoce das juventudes periféricas no mercado de trabalho, diminui consideravelmente as possibilidades de vivência do que Urresti e Margulis (1996) definem como “moratória social”, ou seja, espécie de “crédito social”, que permite a postergação pela sociedade, das responsabilidades assumidas pelas juventudes na transição para a fase adulta. Sendo assim, nas palavras de Peregrino (2011), temos que, moratória social faz referência, portanto, a um “tempo doado” pela sociedade para que seus jovens experimentem a condição adulta, permitindo-lhes então configurar trajetórias de inserção social com maior autonomia. A questão é que, em sociedade, esse tempo de experimentação varia com a condição social dos sujeitos, havendo casos em que a condição se alonga indefinidamente e outros em que esta não pode ser sequer experimentada (PEREGRINO, 2011, p. 281).

A preparação para o mercado de trabalho, omite diversos fatores de suma importância, como por exemplo a inserção precoce no mercado de trabalho dos jovens pertencentes a classe trabalhadora, enquanto jovens de outras classes, vivenciam um período prolongado de afastamento das obrigações de adulto, com empregos garantidos e estáveis, em postos de trabalho supervalorizados.

Paralelamente, o sistema vai conduzir as duas populações a duas vias fundamentalmente divergentes: trata-se de repartir os indivíduos por postos antagonistas na divisão social do trabalho, quer do lado dos explorados, quer do lado da exploração. Todos os mecanismos escolares são comandados, de início, por aquilo que constituirá o seu objetivo, que parece o resultado esperado: a divisão social do trabalho – e não se trata de uma divisão puramente técnica de competências, deve, na realidade, ser descrita como divisão da sociedade em classes antagonistas e a relação entre ambas é, na verdade a exploração de uma pela outra (SNYDERS, 2005, p.26/27).

Neste sentido, afirmamos que um maior nível de escolarização, remete a posições no mercado de trabalho com melhores remunerações, fator que incide nas condições para construção de seus meios de subsistência, além de que um dos principais fatores de evasão é a necessidade de trabalhar, cujas causas refletem numa inserção precoce no mercado de trabalho, em cargos e postos com baixas remunerações que acabam por reduzir o prazo doado pela sociedade para que os jovens assumam as responsabilidades adultas. Desta maneira, resta questionar a respeito das possibilidades que o recorte definido nesta

pesquisa possui para vivenciar ou não, um maior ou menor período de moratória social, ou seja, como se expressa este conceito frente ao recorte definido nesta pesquisa, considerando seu contexto e características socioeconômicas?

Nos referimos ao contexto familiar, pois infelizmente, esta realidade se arrasta pelas gerações, já que “apesar da ação política, a questão do trabalho e da escolaridade dos jovens está condicionada pela questão social da desigualdade e da exclusão social” (FALEIROS, 2008, p.79), fenômenos que percorrem gerações, mesmo que de forma original sob cada uma, nas palavras de Faleiros (2008), construir um caminho diferente dos pais, requer alterações na “dinâmica dos capitais” e ao mesmo tempo em sua “estruturação” (FALEIROS, 2008, p.79).

Uma referência a esse processo pode ser vista na comparação entre a origem dos pais e o destino dos filhos para os distintos grupos sociais. Observa-se que em 1973 as chances de filhos de profissionais liberais e de administradores de alto nível permanecerem nessas posições era 2.600 vezes maior do que as dos filhos de trabalhadores rurais alcançá-las (FALEIROS, 2008, p.71).

Marx e Engels (1998), destacam em *A Ideologia Alemã*, que a força motriz da história, tal como da religião, da filosofia ou outra teoria não é a crítica, mas sim a revolução. Sendo a revolução e não a crítica que movimentam as estruturas sociais e modificam as instituições ao longo da história, podemos pensar em processos, ocorre que a cada estágio do modelo de produção adotado socialmente, resulta numa soma de forças produtivas e socioculturais, imbricadas numa dada mediação com a natureza e entre seus semelhantes (Marx e Engel, 1998, p.36).

Alterar tais realidades, significa revolucionar as formas de arrecadação e distribuição das riquezas socialmente produzidas, desta forma, esta nova construção histórica, culturalmente acumulada, será transmitida a cada novo grupo de indivíduos, por aquelas gerações que o antecedem, gerando uma massa de força produtiva, de capitais e de circunstâncias sociais e culturais. Deste modo, se constroem determinados modelos de desenvolvimento, com caráter específico, atender as necessidades da classe trabalhadora, “por conseguinte as circunstâncias fazem o homem tanto quanto os homens fazem as circunstâncias” (MARX; ENGELS, 1998, p.36).

Nesta lógica, Karl Mannhein (1952), descreve as seguintes características como pertencentes de nossa sociedade real, o fato de que o surgimento de novos participantes

no processo de transmissão de cultura, culminou no desaparecimento dos antigos; Independentemente da geração, seus membros apenas podem participar de uma seção temporalmente limitada do processo histórico, daí a necessidade da transmissão contínua da herança cultural acumulada; Tal como, a transição, a mudança de uma geração para outra é um processo contínuo (MANNHEIN, 1952, p.74). Portanto, ressalta que antes de tudo, os membros que pertencem a uma mesma geração estão similarmente situados, na medida em que todos estão expostos a mesma fase do processo histórico coletivo (MANNHEIN, 1952, p.79).

Neste sentido, o autor afirma que “o fenômeno social da geração, não representa nada mais que um tipo particular de identidade de situação, abrangendo grupos etários relacionados, incrustados em um processo histórico-social”, sendo assim, se determina uma situação etária, pautado no modo como determinados padrões de experiência e de pensamento, são trazidos à realidade por meio dos dados naturais da transição cultural de uma, para outra geração e se mostram comum a um conjunto específico de indivíduos (MANNHEIN, 1952, p.73). Desta forma, Mannheim (1952), conclui que o desenvolvimento de nossa cultura parte das diferentes maneiras como os indivíduos acessam, entram em contato com a herança cultural acumulada (MANNHEIN, 1952, p.79).

Se o contexto social projeta nos jovens os desafios, as dificuldades e limitações impostas aos seus pais, o que de imediato podemos supor é a reprodução cultural destes fenômenos, ou seja, não é à toa que as juventudes possuem experiências semelhantes as experiências que tiveram a geração de seus pais, com certamente, muitas diferenças, porém similares em seu fim, no caso burguês de gestão intelectual dos negócios da família, e para a classe trabalhadora a exclusão social e marginalização territorial, calcada numa intensa exploração de sua mão de obra.

Considerando que a maior parcela de evasão ocorre nos anos finais do ensino básico, destacamos que no caso de nossos oito entrevistados, temos que apenas o Empresário atingiu o terceiro ano do ensino médio, evadindo no meio do ano, enquanto o Autônomo e a Doméstica, deixaram os bancos escolares no segundo ano do médio, já a Manicure, a Zeladora Escolar e o Pedreiro se afastam da escola logo no primeiro ano, por fim, temos o Colono e a Dona de Casa, ambos provenientes do campo e que, por ventura nem chegaram a adentrar o ensino médio, evadindo no oitavo ano do ensino fundamental.

Cenário apesar de precoces, houve um significativo aumento com relação às fases do ensino que evadem os seus familiares, considerando que poucos pais passaram do ensino fundamental I, enquanto a maioria dos entrevistados evadem já nos anos finais de formação como expresso nos seguintes relatos: “*o meu pai não estudou e a minha mãe também, ela fez até o oitavo parece*” (DONA DE CASA, entrevistada em 12 de janeiro de 2022), “*ah, o pai e a mãe acho que foi até a 4º série, acho*” (PEDREIRO, entrevistado em 12 de janeiro de 2022), “*ah, eu lembro, o pai eu acho que até não sei que... até o terceiro eu acho, o pai*” (DOMÉSTICA, entrevistada em 11 de janeiro de 2022), “*a mãe estudou pouco, meu pai também, até a quarta série no máximo*” (MANICURE, entrevistada em 12 de janeiro de 2022), “*a mãe estudou até a 4º série se não me engano que ela falou, mas o falecido pai eu não lembro*” (ZELADORA ESCOLAR, entrevistada em 11 de janeiro de 2022), “*o pai, na verdade, o pai e a mãe eu não sei bem certo até que série, mas pelo que a mãe conta ela não teve muito estudo, né?*” (AUTÔNOMA, entrevistado em 12 de janeiro de 2022), “*a mãe fez, aquele outro lá, como é o nome? Supletivo? Mais ou menos esse, foi até a 8º série, já o pai acho que nunca estudou na vida, nunca estudou na vida, eu acho que não*” (COLONO, entrevistado em 12 de janeiro de 2022), “*minha mãe estudou até o 8º ano, e o meu pai eu acho que ele sabe escrever e um pouco o nome dele e ler alguma coisinha*” (EMPRESÁRIO, entrevistado em 15 de março de 2022).

Como descrito acima, analisamos algumas das respostas obtidas, pela ótica de gênero, três dos oito entrevistados afirmaram que as mães atingiram os anos finais do ensino fundamental enquanto os pais, não estudaram e possuem pouca compreensão do universo letrado. Com ênfase nos depoimentos dos jovens destacamos as seguintes respostas: “*minha mãe também, ela fez até o oitavo parece*” (DONA DE CASA, entrevistada em 12 de janeiro de 2022); “*a mãe [...] foi até a 8º série*” (COLONO, entrevistado em 12 de janeiro de 2022); “*Minha mãe estudou até o 8º ano*” (EMPRESÁRIO, entrevistado em 15 de março de 2022), podemos aferir que, nos casos dos três entrevistados citados as mães possuem um grau mais elevado de escolaridade em relação aos pais.

Possuem pais que atingiram o 3º e 4º ano do ensino fundamental I, quatro dos oito entrevistados, sendo estes o Pedreiro, a Doméstica, a Manicure e a Zeladora Escolar, presente nas seguintes passagens: “*o pai e a mãe acho que foi até a 4º série, acho*” (PEDREIRO, 2022); “*o pai eu acho que [...] até o terceiro eu acho, o pai*”

(DOMÉSTICA, entrevistada em 11 de janeiro de 2022); “A mãe estudou pouco, meu pai também, até a quarta série no máximo” (MANICURE, entrevistada em 11 de janeiro de 2022) e “A mãe estudou até a 4º série se não me engano” (ZELADORA ESCOLAR, entrevistada em 11 de janeiro de 2022).

Por último, temos que apenas um dos oito entrevistados que não soube responder a escolaridade dos pais, a AUTÔNOMA (2022), relata que: “o pai e a mãe eu não sei bem certo até que série” (AUTÔNOMA, entrevistado em 12 de janeiro de 2021). Entretanto, observamos, mais uma vez, para o descaso com a classe trabalhadora, nas antigas e novas gerações os índices de analfabetismo, de pouca escolaridade e interrupção nos estudos são enormes, como falar sobre meritocracia se boa parcela da população se encontra isolada do mundo moderno? O arcaico e o moderno se entrecruzam no sistema educacional brasileiro e, ao mesmo tempo, contribuem para reproduzirem a sociedade de classes da qual fazemos parte.

Por fim, concluímos este capítulo nos remetendo a Ricardo Antunes (2018). É genial a metáfora do autor, na obra *Privilégio da Servidão*, ao representar enquanto benesse o ato ou ação de servir, de se submeter a situações em vantagem de outros. O privilégio de servir significa, para uma multidão, não passar fome, ter o que vestir, assegurar os filhos uma boa instrução escolar, possuir o mínimo de lazer e ócio, significa se preocupar com as dívidas e passar o mês todo sem dinheiro para assegurar sua sobrevivência, significa acessar, em muitos casos, apenas serviços essenciais como energia elétrica, água potável, locomoção, internet entre outros gastos indispensáveis. Poupar é algo impossível, sem obrigatoriamente seguir uma série de restrições econômicas que impactam diretamente na forma como se acessa a cultura, o lazer, a arte, a música, bem como a maneira como socializam e produzem a materialidade social.

Comercializar sua força de trabalho, horas de seus dias, meses e anos de existência em troca de um valor mínimo, suficiente apenas para não morrer é a única alternativa que resta à classe que trabalha. Na obra acima mencionada, o autor introduz uma questão que neste trabalho se considera fundamental, ele questiona “qual é a atual conformação da classe trabalhadora? Se ela não é idêntica àquela de meados do século passado, não está em vias de desaparecimento nem perdeu ontologicamente seu sentido estruturante na vida cotidiana do ser social, qual é sua forma de ser hoje?” (ANTUNES, 2018, p.101).

A resposta de Antunes (2018), perpassa aos temas relacionados às transformações no mundo do trabalho na atualidade, sua forma precária e desigual em que se encontram organizadas e divididas as ocupações das massas que produzem riquezas por meio de seu trabalho, perpassa também a superação da dicotomia entre trabalho essencialmente manual do intelectual. Riqueza, muito mal distribuída, fator de enquadramento conforme a classe social que pertence, quem trabalha e quem apenas vive do trabalho alheio, da superexploração de mão de obra e negligência quanto aos direitos de seus empregados. O autor ressalta que “a classe trabalhadora hoje não se restringe somente aos trabalhadores manuais diretos, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário” (ANTUNES, 2018, p.101).

Portanto, ela ainda é (centralmente) composta pelo conjunto de trabalhadores produtivos que produzem mais-valor e que participam do processo de valorização do capital, por meio da interação entre trabalho vivo e trabalho morto, entre trabalho humano e maquinário científico-tecnológico (ANTUNES, 2018, p.101/102).

Além de incorporar o conjunto dos trabalhadores improdutivo compreendido como aquele tipo de trabalho que “não se constitui enquanto um elemento vivo no processo direto de valorização do capital e de criação de mais-valor”, ou seja, não participa diretamente no processo de criação de excedente do trabalho ou mais-valia. Por esta razão difere do trabalho produtivo (ANTUNES, 2018, p.102). Como destaca o autor, a classe trabalhadora aparece na atualidade de forma “mais ampla, heterogênea, complexa e fragmentada do que o proletariado industrial do século XIX e do início do século XX” (ANTUNES, 2018, p.103), devido a expansão do setor de serviços e do avanço na área tecnológica.

Portanto, a classe trabalhadora, em sentido amplo, incorpora a totalidade daqueles/as que vendem sua força de trabalho em troca de salário, como o proletariado rural, os chamados bóias-frias das regiões agroindustriais do Brasil do etanol. Incorpora também o proletariado precarizado, fabril e de serviços, *part time*, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo do capital [...]. A classe trabalhadora, portanto, é composta – e isso é decisivo hoje – da totalidade dos trabalhadores assalariados, em todas as suas distintas modalidades de inserção no mundo do trabalho, incluindo aqueles subempregados, na informalidade e desempregados (ANTUNES, 2018, p.104).

Antunes (2018), exclui de sua análise aqueles que gerenciam o capital, ou seja, o grupo constituinte da classe que domina, por conta de desempenhar tarefas essenciais à manutenção do modo de produção vigente. Também deixa fora do conceito de classe trabalhadora, “os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural, que é detentora – ainda que em menor escala – dos meios de sua produção. Estão excluídos também aqueles que vivem de juros e da especulação” (ANTUNES, 2018, p.104). Portanto, exprime o conceito de classe operária incluindo, apenas, os “seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção” (ANTUNES, 2018, p.104/105).

Trabalhadores estes, inseridos também nas chamadas “empresas flexíveis”, nas quais se “desenvolve uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo frequentemente à [...] terceirização (dentro e fora das empresas); utiliza-se do trabalho em equipe, das “células de produção”, dos “times de trabalho”; além de incentivar, de todos os modos, o “envolvimento participativo” [...] (ANTUNES, 2018, p.117/118).

O autor adverte que as transformações sofridas no processo de produção, acarretam em desvantagens à classe operária, como exemplo podemos citar as recentes reformas jurídicas no Brasil – previdência; ensino médio; orçamentária [...] - cujo objetivo perpassa a desregulamentação dos direitos sociais historicamente conquistados, assim como, a elevação dos processos de fragmentação e heterogeneização da classe trabalhadora e o enfraquecimento sindical, tornando-o mais amigável e menos afrontoso (ANTUNES, 2018, p.117).

Processos necessários, pois “na sociedade capitalista o trabalho se torna assalariado, assumindo a forma de trabalho alienado, fetichizado e abstrato”, o que significa dizer que o trabalho mesmo imprescindível para criação de riquezas, se transforma, nas palavras do autor, em “objeto de sujeição, subordinação, estranhamento e reificação. O trabalho se converte em mero meio de subsistência, tornando-se uma mercadoria especial, a força de trabalho, cuja finalidade precípua é valorizar o capital” (ANTUNES, 2018, p.128/129).

Desta maneira, o resultado da produção do operário é visto “não como resultado de seu trabalho, mas de outro, visto que tanto o produto como seu próprio trabalho não lhe pertencem, mas sim a outro [...]” (ANTUNES, 2018, p.112). A superação permeia transformações profundas no universo do trabalho, bem como, na política de educação,

visto que a escola é a instituição responsável (não apenas por isso) pela formação de mão de obra ao mercado, assim sendo, considera o autor enquanto fato incontestável “a escola, tanto nas suas estruturas quanto nos conteúdos inculcados, esteja marcada pela ideologia dominante, pelo embargo da classe dominante” , portanto, “a abstração do trabalho realizada pelo capitalismo deve ser demolida e superada pela concretude do trabalho dotado de sentido” (ANTUNES, 2018, p.131).

Concretude que só pode se efetivar com intensos movimentos de ressignificação na política pública de educação, bem como na instituição escola, fomentados principalmente pela superação da dualidade existente entre trabalho manual e intelectual, já que “se justifica como local onde se transmite conhecimentos exatos, onde se elabora uma sabedoria objetiva, precisamente a que será adaptada às exigências técnicas” (SNYDERS, 2005, p.138).

Snyders (2005), embasado pelo trabalho de Baudelot-Establet, consideram que a essência da nossa escola, a qual é marcada pela “separação entre as modalidades escolares e a prática, marcando todos os momentos da vida escolar” (SNYDERS, 2005, p.139). Entretanto, na atual conjuntura, a escola perdeu bastante de sua visão conservadora, isso graças ao “progresso da consciência política tanto nos docentes como nos alunos – levam a escola, obrigam-na a estabelecer um laço entre aquilo que ensina e os problemas que atravessam a nossa existência” (SNYDERS, 2005, p.141). A grande crítica dos autores, considerada como a definição incomoda é inadmissível da escola, diz respeito “a separação da escola e do mundo, a não-aplicação dos conhecimentos ao mundo – e, portanto, o aluno desarmado perante o mundo” (SNYDERS, 2005, p.141).

Baudelot-Establet afirmam que esta separação material das práticas escolares e das práticas produtivas é um dos efeitos da divisão do trabalho manual e do trabalho intelectual [...] Diríamos antes que a extrema dificuldade em que a escola se debate para juntar a teoria à prática remete para a situação explorada do proletariado, a classe que se encarrega da prática, para o *gueto* em que a nossa sociedade se esforça por encerrá-lo – mas igualmente para todas as lutas do proletariado para que lhe reconheçam o direito de existir [...] (SNYDERS, 2005, p.143).

Assim sendo, qual modalidade de ensino pode contribuir para desintegrar esta segregação? O autor apresenta a escola politécnica enquanto possibilidade contra hegemônica, na busca de construção de uma sociedade livre de classes. Considera, no

entanto, a escola politécnica “o contrário absoluto da escola burguesa – e não o seu prolongamento dialético e revolucionário” (SNYDERS, 2005, p.144).

Nesse sentido, a escola politécnica tem por finalidade, unir de forma consciente e elaborada, a prática e a teoria, pois como afirma Snyder (2005), é no movimento de transformação da natureza pelo homem que está imbricado o fundamento do pensar. Desta forma, considera o trabalho, como aquilo que simultaneamente adapta a natureza às nossas necessidades e aquilo que estimula, enriquece a inteligência (SNYDERS, 2005, p.154/155). Este modelo de ensino, faz parte de um projeto revolucionário, pois “o homem que se pretende formar só pode existir negando a divisão do trabalho, a divisão da sociedade em classes” (SNYDERS, 2005, p.155).

Na RDA o esforço pedagógico visa manter os dois extremos da cadeia, de um lado a familiaridade com as técnicas até as dominar; um trabalho real - o que os alunos fabricam faz parte da produção da fábrica – um trabalho útil e cuja utilidade eles percebem. Mas ainda, um ensino que lhes inculca as bases científicas, técnicas, políticas e econômicas da produção. Como essencial, destacaremos que este conhecimento dos princípios reúne os fundamentos tecnológicos e as regras da economia planificada (SNYDERS, 2005, p.156/157).

No entanto, o ensino politécnico carece de uma nova configuração social, uma em que a fábrica não seja propriedade privada e fonte geradora de mais-valia para alguns e local de exploração para outros (SNYDERS, 2005, p.159). Esta prática de ensino, conforme afirma o autor, só é possível “onde o trabalho operário for valorizado, onde a classe operária se ergue como força dirigente, onde a oposição de classes seja ultrapassada. É numa sociedade que recupera sua unidade que o homem pode recuperar sua integridade” (SNYDERS, 2005, p.159).

A superação da dicotomia entre trabalho manual e intelectual são características de um modelo socialista de sociedade. No entanto, apesar de ainda vivermos no regime capitalista, “não significa que tudo quanto a nossa escola conseguiu até o momento deva ser varrido, porque a escola politécnica, se é o oposto da escola capitalista, defende, integra e prolonga as conquistas reais – reinterpretando-as, transfigurando-as” (SNYDERS, 2005, p.160). Lutamos por condições de acesso, permanência e sucesso escolar, bem como, condições dignas de existência para que jovens trabalhadores marginalizados sejam capazes de realizar aquilo que tiverem desejo, sem necessitar recorrer a estratégias que não o trabalho com dignidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora atue na política pública de educação, por meio de regime estatutário, me graduei em serviço social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão. Ao escrever o pré-projeto de pesquisa, exigido pelo programa na seleção, elaborei diversas propostas, algumas com problemáticas voltadas a análise da questão social, bem como, do trabalho do Assistente Social na política pública de educação, inserção possível via Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. No entanto, num determinado momento me dei conta de meu real interesse, contribuir com pesquisas às temáticas voltadas à educação da classe operária.

Também não pude ignorar um dos movimentos sociais por habitação no município, um dos maiores e com mais êxito no quesito regularização fundiária dos últimos tempos, levando apenas dois anos para se regularizar. Considerando o contato, via estágio supervisionado em Serviço Social no setor municipal de habitação, pude me aproximar do Conjunto Habitacional Terra Nossa e de sua complexa realidade.

Complexa, inicialmente, pelo grande número de famílias desabrigadas residentes neste município que ocuparam o terreno, suas precárias moradias improvisadas e seu não acesso à energia elétrica ou água potável, por meses. Em seguida, ao analisar os cadastros habitacionais, foi espantoso observar o grau de escolaridade dos jovens e o número massivo de analfabetos entre os mais velhos, que me permitiu perceber a proximidade das diferentes gerações com o fracasso escolar. Fiquei mais uma vez preocupado, ao observar a renda média recebida pelos moradores, ao comercializar seu tempo e sua força de trabalho por um valor irrisório, valor que melhor se expressa no termo barbárie.

Precária pois, conquistar melhores condições materiais de existência, bem como, melhores possibilidades de viver uma vida com mais conforto, diante da pobreza extrema e o desemprego, são quase inexistentes. A lei que prevalece no contexto é a da sobrevivência. Neste sentido, foi necessário antes de adentrar à campo para as entrevistas, uma análise de conjuntura sócio histórica da referida população, ou seja, a etnia, o grau de escolaridade, a renda, as profissões agrupadas por gênero, o número de filhos na família, entre outros dados. Chegamos a um ponto nas análises dos referidos dados, que percebemos a necessidade de estabelecer um recorte metodológico pautado na faixa etária de dezoito a vinte e quatro anos e em mais dois requisitos, residir no Conjunto Habitacional Terra Nossa e ter evadido da escola no ensino médio.

Optamos pelo recorte às juventudes, devido ao próprio momento subjetivo – no caso da maioria dos filhos de operários - de inserção no mercado formal ou informal de trabalho, cuja categoria escolaridade exerce, como demonstrado nos capítulos, uma influência vital, pois como comprovado nos relatos, só se alcançam melhores posições no mercado de trabalho, aqueles que pelo menos concluem o ensino básico. Pautado nessas premissas que estabelecemos o seguinte objetivo, analisar as experiências escolares de jovens egressos de escolas públicas urbanas, residentes no Conjunto Habitacional Terra Nossa em Francisco Beltrão/Pr e como elas se entrecruzam com as experiências destes jovens no mercado de trabalho.

Enquanto objetivos específicos, definimos primeiro compreender a “questão social” no Brasil, relacionada a sua constituição histórica e mudanças no mundo do trabalho; num segundo momento, caracterizar o perfil socioeconômico dos jovens do Conjunto Habitacional Terra Nossa, assim como, descrever e analisar as experiências na educação formal dos jovens do referido espaço, visando identificar suas particularidades e por fim, caminhar na tentativa de ressaltar os atravessamentos das experiências no mercado de trabalho e conseqüentemente, sua relação com o percurso escolar.

Foi na busca em atingir o primeiro dos três objetivos, que discorremos no primeiro capítulo acerca do particular processo de desenvolvimento adotado no Brasil desde a década de trinta, fomentada pela transformação e modernização da agricultura, visando a expulsão de comunidades do campo para centros urbanos, favorecendo o povoamento pelos gaúchos e catarinenses de áreas próximas da fronteira e ao oeste do Paraná. Pudemos compreender que a questão social possui origem na ascensão da burguesia, ao estabelecer uma forma de extração de mais valia dos operários, ainda mais alienante e estranhada que nos modelos anteriores, desta forma, o número de desempregados cresceu em mesmo grau, pela primeira vez na história, que as riquezas socialmente produzidas, sendo esta contradição entre capital e trabalho, que os autores irão denominar questão social.

As conseqüências e expressões desta contradição, são responsáveis pelas injustas condições de existência dos indivíduos na sociedade, em que, poucos possuem grandes propriedades, enquanto muitos sobrevivem do mínimo, para que apenas uma parcela dos sujeitos possa vivenciar condições de não trabalho, vivendo de lucros e dividendos, através da exploração da mão de obra e das mercadorias produzidas pela classe operária.

Modelo econômico de desenvolvimento que, no caso do Brasil assume uma conduta dependente do endividamento externo, segue na esteira do subdesenvolvimento e supre a demanda dos países centrais, nas palavras de Francisco de Oliveira (2003), Estado nação altamente urbanizado, com pouca população no campo, bem como, possuidor dum completo setor industrial da Terceira Revolução, a molecular-digital ou informática, o qual se nutre e se renova com base nas antigas práticas de exploração e expropriação, passando por ciclos de crise e épocas de prosperidade, entretanto, somente uma fração da sociedade se beneficia destas riquezas, a fração proprietária dos meios de produção, já que oferece serviços humanizados aos estratos de altas rendas, enquanto oferta serviços precarizados, num padrão extremamente primitivo para os pobres.

Uma classe que possui consenso, pois possui também o maior número de aparelhos ideológicos, públicos e privados, responsáveis pela renovação e inserção dos ideais de consumo nos indivíduos desde a mais precoce idade. Apontamos que para se manter, o capital precisa necessariamente vincular a instrução escolar dos sujeitos a práticas reais de conformismo e subordinação aos trágicos contextos que são submetidos ao operariado.

Alcançando o primeiro objetivo, recolher e analisar dos dados secundários de forma nacional, partimos para o recolhimento de dados empíricos, através de entrevistas semiestruturadas, com oito jovens na faixa etária de dezoito a vinte e quatro anos, que residem no Terra Nossa e por diversas situações não concluíram o ensino básico formal, deixando a escola no ensino médio.

No campo de pesquisa, encontramos nobres trajetórias que dizem muito a respeito da educação e as posições no mercado de trabalho ofertadas pelo capital aos filhos da classe trabalhadora, em que o propósito vai de encontro aos ideais burgueses de manutenção e reprodução do sistema capitalista de classes. É por meio das duas redes de ensino que o capital define quem irá presidir postos de comando e liderança, executando trabalhos essencialmente intelectuais e com melhores remunerações e aqueles que ocuparão na divisão social e técnica do trabalho, os cargos em caráter manual, que não exigem muita instrução e que possuem menos valor perante a sociedade em geral.

Foi considerando esta dualidade nas redes de ensino e sua imbricação direta com o mercado de trabalho que podemos definir nossa problemática de pesquisa e voltamos nossos olhares aos jovens residentes na periferia beltronense, filhos de trabalhadores, que

são constantemente afetados por estruturas e instituições sociais, que embora resistentes, acabam por serem, em grande maioria, enquadrados aos locais socialmente determinados conforme sua classe social, seu gênero, sua etnia, sua renda, seu grau de instrução escolar, entre outras categorias sociais de análise excludentes. Compartilham, de forma original, de um mesmo período da história, sendo afetados pelos acontecimentos de forma mais ou menos semelhantes, em outras palavras, pertencem à mesma geração de indivíduos. Vivenciam diariamente as expressões mais brutais da questão social, são diretamente afetados pela pobreza e o pauperismo segue limitando suas vivências, seus tempos, seus lazeres e suas culturas.

Os jovens aos quais dedicamos esta obra, estão inseridos em postos de trabalho em caráter simples com atividades laborais, em sua maioria manuais, de maneira precarizada ou na informalidade, com baixos salários e por mais cruel que isso possa parecer, de maneira privilegiada, já que, de acordo com suas condições sociais, é isso ou integrar os milhares de desempregados. Este mesmo grupo, se organiza com base no modelo nuclear de família, constituído por pai, mãe e filhos, o que contribui para que o trabalho assalariado seja mais comum entre os homens, enquanto as mulheres se declararam “do lar”, por conta dos afazeres domésticos e a criação dos filhos.

Dentre as particularidades locais, destacamos o crescimento migratório sulista na década de 1940, o qual revela tensões e imposições entre os diversos grupos étnico raciais naquele período, se sobressaindo a “cultura moral” dos “pioneiros” e ocorrendo, portanto, a desconsideração e exclusão cultural cabocla e indígena, considerados “inferiores” por conta de sua organização social vinculada a natureza e ao desapego material. O que se buscava era na verdade o enquadramento destas populações num novo ideal de homem rural, como aquele forjado pelo trabalho, tendo enquanto dever moral o progresso e desenvolvimento, por meio da aquisição de maquinários sofisticados e tecnológicos.

Importante ressaltar que durante todo este período, estão sujeitas estas populações ao fenômeno da miscigenação, perpassado e forjado pelos ideais das gerações anteriores, portanto, atrelado aos dados sobre etnia apresentados, podemos aferir que nossos sujeitos de pesquisa, os jovens egressos do Conjunto Habitacional Terra Nossa, possuem em suas raízes históricas, ligações e traços característicos das gerações de indivíduos que precederam, vinculados culturalmente aos caboclos, indígenas, europeus, gaúchos e catarinenses, no entanto, inseridos num novo período histórico, período de também

grandes transformações no mundo do trabalho e nas relações sociais, ou seja, a construção de um novo tipo humano, como ressaltado no segundo capítulo deste trabalho.

Na construção do terceiro capítulo, partimos da tentativa de ressaltar os atravessamentos das experiências no mercado de trabalho e conseqüentemente, sua relação com o percurso escolar. O principal atravessamento identificado diz respeito ao período de tolerância às tentativas e aos erros cometidos quando adentramos a juventude, ou seja, existe uma real interferência na vivência do período de moratória social dos jovens pertencentes a classe operária, considerando as categorias renda, escolaridade, gênero e etnia.

Quanto a experimentação do período de juventude com base na tese da moratória social e nos dados apresentados ao longo dos capítulos nos quesitos renda, classe social, gênero e etnia dos jovens entrevistados, podemos concluir que os mesmos não possuem a vivência de um período longo de suspensão de suas obrigações de adultos, ou seja, a moratória social disponível a este grupo é quase inexistente. Sendo assim, o acesso, bem como, a permanência na escola, não estão assegurados visto as necessidades reais de obtenção de renda a fim da sobrevivência do referido grupo. Diante deste cenário, os desafios impostos à escola são ainda mais complexos, que por sua vez tende a transmitir os conhecimentos para a inserção social dos jovens na modernidade, ao mesmo tempo em que deveria construir subjetivamente, indivíduos críticos e conscientes de sua classe e sua realidade, o que se torna uma missão quase impossível.

Este é um ponto de preocupação, considerando a forma como a sociedade se estrutura em classes, o conhecimento socialmente produzido também não é acessível a todos o que revela um fator de segregação, sendo a escolaridade, categoria excludente no mercado de trabalho, já que, como observado, os dados das juventudes muito se assemelham aos dados referente às condições de seus pais e das gerações anteriores.

Neste sentido, podemos afirmar que a dualidade nas redes de ensino é uma realidade, tal como a valorização dos trabalhos intelectuais em detrimento dos manuais e somente a superação desta concepção de distanciamento entre teoria e prática pode construir um tipo específico de homem. Tal tipo humano, voltado aos interesses do proletariado, que valorize os saberes e as experiências dos trabalhadores, tornando possível a reconstrução das formas de existência. Como discorremos no terceiro capítulo, a perspectiva de ensino Politécnico visa a superação da dualidade existente entre trabalho

manual e intelectual, construindo um modelo de sujeito apto a realizar ambas as funções, estabelecendo sentido e unidade ao seu trabalho.

Portanto, concluímos este trabalho apontando a necessidade de construção de consenso acerca das possibilidades e estratégias de superação da bagagem cultural burguesa pela construção e fortalecimento de perspectivas pedagógicas que se voltem aos interesses dos produtores de riqueza, da classe operária, na perspectiva de uma sociedade mais justa econômica e culturalmente. Também consideramos importante a aproximação destas juventudes aos mais diversos Movimentos Sociais organizados, seja em prol de políticas públicas de habitação no campo ou na cidade, bem como instituições e Organizações Não Governamentais – Ongs – sem fins lucrativos da localidade e região que trabalhem na perspectiva da emancipação dos trabalhadores do campo e da cidade.

Fomentar e possibilitar a participação, mesmo que mínima, dos estudantes nos espaços estratégicos, como conselhos e conferências municipais dos mais variados setores; participar de sessões na câmara municipal sobre questões relevantes; fiscalizar o poder público e os investimentos em políticas públicas; fomentar a discussão sobre novas políticas públicas que considerem necessárias a seu contexto; possibilitar momentos de diálogo com as mais diversas autoridades locais e regionais, bem como, apresentar instituições sociais e suas funções, o Ministério Público e suas delegações, o Fórum Municipal, a prefeitura, as escolas e Cmeis, os postos de saúde, o DEPEN, o Detran e Debetran, o Centro de Referência em Assistência Social – CRAS, os CREAS, enfim, articular uma rede de instituições que estarão presentes em suas trajetórias durante toda vida, a fim de conduzir ao acesso de direitos sociais já conquistados.

Construir um arcabouço de políticas públicas já existentes e acessíveis para direcionar aos jovens estudantes, assim como, inserir profissionais da Assistência Social e Psicologia nas instituições de ensino, conforme regulamenta a Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. É de fundamental importância para uma educação na perspectiva de libertação, oferecer os conhecimentos acerca de seus direitos, deveres, condição de classe, etnia e gênero, categorias fundamentais na constituição da subjetividade operária, na perspectiva de superação do modo econômico atual.

É importante saber que as categorias gênero e etnia são responsáveis por milhares de mortes anualmente, ou seja, jovens pretos e pardos são maioria nos índices de homicídio, os feminicídios crescem de forma exacerbada, assim como, as pessoas

pertencentes a comunidade LGBTQIA+, mortas diariamente. É indispensável se conceber a violência de classe, além de reconhecer a quem ela está direcionada. É por meio da consciência operária que construiremos as conjunturas que atendam às suas necessidades, portanto, devemos observar as possibilidades de fortalecer e fomentar nos espaços escolares, a consciência de classe e a organização política das juventudes proletárias, no engajamento e contribuições nas mais diversas causas sociais.

A organização política da classe operária nas instituições de ensino é uma das poucas possibilidades que temos para avançar em âmbito material e subjetivo, à novas conjunturas que sirvam aos interesses e necessidades dos trabalhadores. É necessário a preparação de nossos jovens para ocupar os espaços e postos públicos de trabalho, conhecendo seus direitos e deveres por meio de vivências constantes, a fim de também compreender a função das instituições sociais e sua força inevitável que atinge e afeta diretamente a subjetividade operária ou a classe mais oprimida e desapropriada economicamente. No entanto, para tal, é extremamente relevante a expansão do período destinado à moratória social destes jovens, via políticas públicas às juventudes que permitam um maior tempo para se dedicarem aos estudos sem precisar se inserir precocemente no mercado de trabalho.

Uma das alternativas, seria a promoção via política pública de bolsas de estudo em período integral aos colégios de periferia, com intuito de elevar o período doado pela sociedade para que estes assumam suas responsabilidades da vida adulta de forma menos impactante e precoce. Possibilitar tal vivência pode significar a alteração de diversas conjunturas que excluem jovens com as características aqui levantadas, a alcançarem postos de trabalho melhores remunerados e em posições com mais “valor humano” perante a sociedade.

Concluimos este trabalho agradecendo de forma breve e singela a todos aqueles que contribuíram para sua conclusão, encerra-se esta etapa de estudos com a clareza dos horizontes que perseguimos, com segurança no caminho que percorremos, com confiança naqueles que lutam ao nosso lado, respeito aos que dele se opõe e com a certeza de que muito ainda se tem a contribuir na consolidação de uma sociedade mais justa, crítica e democrática para todos nós.

REFERÊNCIAS

AGENCIA SENADO. **Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil**. 28/12/2016. Senadonoticias. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congressoenobrasil#:~:text=Ap%C3%B3s%206%20dias%20de%20julgamento,Congresso%20Nacional%20e%20do%20Brasil>. Acesso em: 18/03/2023.

ALMEIDA, Jalcione. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, Dinizar. Fermiano. (Org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997. p. 17-26.

ALVES, Giovanni. **Capitalismo catastrófico e miséria brasileira**. Blog da Boitempo. São Paulo, 09 de agosto de 2021. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/08/09/capitalismo-catastrofico-e-miseriabrasileira/>. Acesso em: 26/11/ 2021.

ANTUNES, Ricardo. **A cidadania negada**. Políticas de exclusão na educação e no trabalho. Buenos Aires: CLACSO, setembro de 2000. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101010020526/gentili.pdf>. Acesso em: 26 de novembro de 2021.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasunimep/index.php/impulso/article/view/4280>. Acesso em: 15/10/2021.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. São Paulo: Cortez, 2017. 115 p.(Coleção questões da nossa época). v. 58.

BOITO JR., A. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Fórum Econômico da FGV- -SP. 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/16866>. Acesso em: 13/06/2023.

BORJA, Izabel. **Evasão Escolar no Ensino Fundamental: A Concepção de Egressos do ProJovem Urbano em Carmópolis/SE – Um Estudo de Caso**. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia – Instituto de Educação. Dissertação. Lisboa, 2012. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/4118/1/IZABEL%20MARIA%20FRAN%C3%87A%20DE%20SOUZA%20BORJA%20-%20FINAL.pdf>. Acesso em: 07/09/2021

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**: aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/535468/ct_e_normas_correlatas_1_ed.pdf. Acesso em: 10/01/2023.

BRASIL. **Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. 103 p. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf>. Acesso em: 14/03/2021.

BUENO, Eduardo. A Abolição. In: BUENO, Eduardo **Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção**. Rio de Janeiro: Leya, 2012.p.(287)-(302). Disponível em: <https://doceru.com/doc/80n18n1>. Acesso em: 02/08/2023.

CASTRO, Ramon Peña. **Trabalho abstrato e trabalho concreto**. In.: PEREIRA, Isabel Brasil. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2.ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.p.(404)-(407). Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/Dicionario2.pdf>. Acesso em: 15/08/2023.

CZERNIASKI, Leandro. Patrono do maior bairro beltronense, padre Ulrico morreu há 50 anos. **Jornal de Beltrão**. 09/04/2019 08:37. Disponível em: <https://jornaldebeltroa.com.br/beltroa/patrono-do-maior-bairro-beltronense-padreulrico-morreu-ha-50-anos/>. Acesso em: 02/07/2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. O neoliberalismo como racionalidade. In: DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.p.(15)-(17). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/xxsVpyd63D47tnb9ncmJJLy/>. Acesso em: 07/06/2021.

DAYRELL, Juarez Tarcisio. JESUS, Rodrigo Ednilson. Juventude, Ensino Médio e os Processos de Exclusão Escolar. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, nº. 135, p.407-423, abr.-jun., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vDyjXnzDWz5VsFKFzVytpMp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01/06/2020.

DELGADO, Guilherme da Costa. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 51-90. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4854764/mod_resource/content/0/JACCOUD%20Luciana%20et%20al.%20Quest%C3%A3o%20social%20e%20pol%C3%ADticas%20sociais%20no%20Brasil%20contempor%C3%A2neo.pdf. Acesso em: 01/07/2021.

DONÁRIO, Arlindo Alegre. SANTOS, Ricardo Borges. **A teoria de Karl Marx**. Universidade Autónoma de Lisboa. CARS – Centro de Análise Econômica de Regulação Social, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11144/3173>. Acesso em: 01/06/2021.

FALEIROS, Vicente de Paula. Juventude: trabalho, escola e desigualdade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/7064>. Acesso em: 05/09/2022.

FERNANDES, Florestan. Padrões de Dominação Externa Na América Latina. In: FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.p. (11)-(26). Disponível em: <https://democraciasocialista.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Capitalismo-e-classes-na-AmLat-Florestan.pdf>. Acesso em: 07/08/2021.

FRAGA, Nilson. Contestado, A Guerra Que Manchou de Sangue os Sertões do Paraná e de Santa Catarina – 100 Anos Depois, o silêncio e a invisibilidade sobre a luta camponesa ainda imperam no Brasil. In.: SOUZA, A. I.; SILVA, J. J.; PAZELLO, R. P. **Lutas populares no Paraná**. Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani; Instituto de

Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS), 2017. Disponível em: [*Lutas-Populares-no-Parana-web-1.pdf](#). Acesso em: 13/07/2023.

FRANCISCO BELTRÃO. **Plano Municipal de Assistência Social – 2022 a 2025**. Secretaria Municipal de Assistência Social, 2021. Disponível em: <https://www.franciscobeltrao.pr.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/PMAS-2022-2025-parte-1-concluido.pdf>. Acesso em: 20/07/2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCCHI, Paulo (orgs.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora: Fundação Perseu Abramo, 2004.

GRAMSCI, Antônio. Introdução ao Estudo da Filosofia. In: GRAMSCI, Antônio, 1891-1937. **Cadernos do cárcere**. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.vol.1.p. (81)-(93). Disponível em: <https://rebeldesistemico.files.wordpress.com/2016/10/antonio-gramsci-cadernos-do-cc3a1rcere-vol-i.pdf>. Acesso em: 23/07/2021.

GROPPO, Luís Antonio. **Introdução à Sociologia da Juventude**. Jundiá: Paco Editorial, 2017. 164 p. Disponível em: [*Texto de apoio Introdução à sociologia da juventude.pdf](#). Acesso em: 04/01/2023.

GROPPO, Luiz Antonio. Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes. **Última Década**, n. 33, Cidpa Valparaíso, dezembro 2010, pp. 11-26. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/udecada/v18n33/art02.pdf>. Acesso em: 04/01/2023.

GROPPO, Luiz Antonio. **Dialética das juventudes modernas e contemporâneas**. Revista de Educação do Cogeime. Ano 13 – n. 25 - dezembro / 2004. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistascogeime/index.php/COGEIME/article/view/629>. Acesso em: 04/01/2023.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - Ano. 2, n.3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.p.(09)-(32). Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em: 13/04/2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil** 2. ed. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais Gerência de Indicadores Sociais. Rio, 11 de novembro de 2022. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2022/11/IBGE-DESIGUALDADES-11.NV_.pdf. Acesso em: 02/01/2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios – PNAD continua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf Acesso em: 07/05/2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio**. Editoria: Estatísticas Sociais, publicada em 15/07/2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de->

[noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio](#). Acesso em: 12/06/2021.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Informe estatístico do MEC revela melhoria do rendimento escolar**, 1998. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo//asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/informeestatico-do-mec-revela-melhoria-do-rendimento-escolar/. Acesso em: 03/12/2020.

LEME, Ricardo Carvalho. **Expansão Urbana e Verticalização: O mercado Imobiliário de Francisco Beltrão/PR (1998 a 2012)**/ Ricardo Carvalho Leme (Tese Doutorado); orientador, José Messias Bastos; coorientador Fernando dos Santos Sampaio. – Florianópolis, SC, 2015. 364 p. Disponível em: https://franciscobeltrao.pr.gov.br/wp-content/uploads/2016/11/Tese-verticaliza%EF%BF%BD%EF%BF%BDofrancisco-Beltr%EF%BF%BD-Ricardo-Carvalho-Leme_parte_001.pdf. Acesso em: 23/02/2022.

LOPES, Christiani Bortoloto. BORTOLOTO, Claudimara Cassoli. ALMEIDA, Shiderlene Vieira de. Ensino Médio: trajetória histórica e a dualidade educacional presente nas diferentes reformas. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 34, n. 2, p. 555-581, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2016v34n2p555>. Acesso em: 20/02/2022.

MACHADO, Otávio Luiz (org.). **Juventudes, democracia, direitos humanos e cidadania** (org.). Frutal-MG: Prospectiva, 2013. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/320665764/Machado-Otavio-Luiz-2013-Juventudes-Democracia-Direitos-Humanos-e-Cidadania>. Acesso em: 24/01/2021.

MARGULIS, M., URRESTI, M. **La Juventud es más que una palabra**. Buenos Aires, Biblos, 1996. Disponível em: https://www.psi.uba.ar/academica/carrerasdegrado/psicologia/sitios_catedras/practicas_profesionales/788_salud_adol/material/juventud_mas_que_palabra.pdf. Acesso em: 12/07/2020.

MARX, Karl. A mercadoria. In: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2008. Disponível em: https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/contribuicao_a_critica_da_economia_politica.pdf. Acesso em: 04/08/2021.

MARX, Karl. Uma descoberta científica. In: MARX, Karl. **Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/miseria/index.htm>. Acesso em: 06/07/2021.

MARX, Karl. A mercadoria. In: MARX, Karl. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>. Acesso em: 10/06/2021.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. In: MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. (37-58). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2545967/mod_resource/content/1/MARX%3B%20ENGELS.%20Manifesto%20Comunista.pdf. Acesso em: 18/09/2021.

MARX, Karl. Trabalho estranhado e propriedade privada. In: MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosófico**. São Paulo: Boitempo, 2004. Disponível em: <https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/manuscritos-econoc3b4mico-filosc3b3ficos.pdf>. Acesso em: 11/06/2021.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2.ed. – São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. A ordem da reprodução sociometabólica do capital .In: MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. (94-125). Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/para-alem-do-capital.pdf?1350933>. Acesso em: 02/05/2022.

MOCELLIN, Edna Goretti Menegatti **O PDE e a educação popular : a presença dos conceitos de educação popular e da pedagogia histórico-crítica nas produções do PDE/PR NRE/FB 2007 2016 o caso do Colégio Léo Flach de Francisco Beltrão/PR /** (Dissertação mestrado). Francisco Beltrão/Pr. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2019.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a escola**. São Paulo: Ática, 1988-92. Disponível em: <https://www.skoob.com.br/livro/pdf/gramsci-e-a-escola/70818/edicao:78104>. Acesso em: 02/12/2022.

MONDARDO, Marcos Leandro. **Os Períodos das Migrações Territórios e Identidades emm Francisco Beltrão/Pr**. (Dissertação de Mestrado). Doudados - MS 2009. Universidade Federal da Grande Dourados Faculdade de Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Geografia. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFGD_f6af3cebf12b9b64da4148cc2482aaf1. Acesso em: 29/24/2022.

MOTTA, Vania Cardoso. LEHER, Roberto. GAWRYSZEWSKI, Bruno. A pedagogia do capital e o sentido das resistências da classe trabalhadora. **Ser social, Educação e Lutas Sociais no Brasil**. Brasília, v. 20, n. 43, julho a dezembro de 2018. Disponível em: [roberto-leher pedagogia do capital.pdf](roberto-leher-pedagogia-do-capital.pdf). Acesso em: 16/06/2022.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **TEMPORALIS / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - Ano. 2, n.3 (jan/jul.2001)**. Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001.p.(41)-(50). Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em: 13/04/2022.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003.

PAGNAN, Jorgiane. **Segregação socioespacial e o direito à cidade: estudo sobre o bairro Padre Ulrico Francisco Beltrão – PR. 2019**. 179 f. (Dissertação Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2019. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/4378>. Acesso em: 15/03/2020.

PRIORI, A., et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012. **A revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná**. pp. (143)-(158). Disponível em: <https://books.scielo.org/id/k4vrh>. Acesso em: 18/09/2022.

RAMOS, Marise. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. Trabalho exposto no seminário sobre ensino médio, realizado pela Superintendência de Ensino Médio da

Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal e Mossoró. 14 e 16 de agosto de 2007. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/concepcao_do_ensino_medio_in_tegrado5.pdf. Acesso em: 08/08/2023.

REZENDE, Rafael. O fenômeno Bolsonaro e a democracia brasileira. **Locus - Revista de História**, Juiz de Fora, v.25, n. 2, p.340-345, 2019. Buenos Aires: Marea Editorial, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2019.v25.27880> . Acesso em: 25/07/2022.

RODRIGUES, Fabiana de Cassia. **O papel da questão agrária no desenvolvimento do capitalismo Nacional, entre 1950 e 1964, em Caio Prado Junior, Celso Furtado, Ignácio Rangel** (Dissertação de mestrado). Campinas, SP: [s.n.], 2005. Disponível em: < <https://www.abphe.org.br/uploads/Banco%20de%20Teses/o-papel-da-questao-agraria-no-desenvolvimento-do-capitalismo-nacional-entre-1950-e-1964-em-caio-prado-junior-celso-furtado-ignacio-rangel-e-autores-pecebistas.pdf>. Acesso em: 13/02/2022.

RUMMERT, Sonia Maria. ALGEBAILLE, Eveline. VENTURA, Jaqueline. Educação da classe trabalhadora brasileira: expressão do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18 n. 54 jul.-set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/7mWLQpZwNVfML7wyt6zjQ6R/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13/05/2022.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 12 n. 34 jan./abr. 2007. Disponível em: [*1-4 iniciais.p65 \(scielo.br\)](http://www.scielo.br/j/rbedu/a/7mWLQpZwNVfML7wyt6zjQ6R/abstract/?lang=pt). Acesso em: 02/12/2022.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/19539/mod_resource/content/2/CHY%20-%20Sen%20-%20Aula%208.pdf. Acesso em: 06/09/2022.

SILVA, Wander Augusto. Evasão escolar no Ensino Médio no Brasil. **Educação em Foco**, ano 19 - n. 29 - set/dez. 2016 - p. 13-34. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/1910/1044>. Acesso em: 03/07/2021.

SNYDERS, Georges. Primeira parte – A escola e suas separações. In: SNYDERS, Georges. **Escola, classe e luta de classes**. São Paulo: Centauro, 2005. p.(17-109). Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/477235880/Escola-Classe-e-Luta-de-Classes-Georges-1>. Acesso em: 12/08/2022.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza e Exclusão social: Expressões da Questão Social no Brasil. TEMPORALIS** / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - Ano. 2, n.3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.p.(33-40). Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em: 13/04/2022.

ANEXO 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Título do projeto: EVASÃO ESCOLAR, TRABALHO E EDUCAÇÃO: trajetórias e experiências dos jovens do Bairro Terra Nossa em Francisco Beltrão/Pr

Pesquisador: Darciel Sinhori da Costa

Orientadora: Prof^a Dr^a. Suely Aparecida Martins

Grupo amostral: 10 jovens, sendo 5 do gênero feminino e 5 do gênero masculino;

Crítérios de seleção da amostra: Possuir idade entre 18 a 24 anos; Possuir histórico de evasão escolar no ensino médio.

Entrevistado:

Sexo: Idade: Estado Civil: Etnia:

Tem filhos: Se sim, quantos? Qual sua renda mensal?

Quantas pessoas dependem de sua renda mensal? Data e local da entrevista:

Categoria: Escolaridade - Relato sobre a trajetória escolar

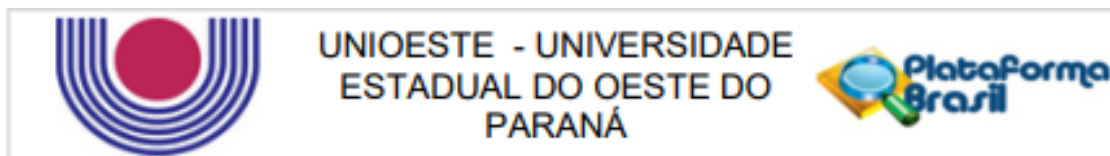
1. Com que idade começou a estudar na escola?
2. Relate todas as escolas em que estudou.
3. Teve que mudar de escola? Por que?
4. Foi reprovado alguma vez? Por que?
5. Por qual motivo parou de ir na escola? (Problemas na escola; na família...)
6. Pretende voltar a estudar na escola?
7. Para você, estudar na escola é importante para sua vida?
8. Quais contribuições a escola trouxe para sua vida?
9. Como se sente quando pensa na idade que tem?
10. O que você pensa do seu bairro?

Categoria: Emprego – Relato sobre as experiências no mercado de trabalho

1. Com que idade começou a trabalhar para ganhar dinheiro?

2. Fale sobre os tipos de trabalhos que já fez.
3. O tipo de trabalho que você teve, dificultou os estudos na escola? Explique.
4. Para você é mais importante o estudo na escola ou ter um trabalho sem precisar estudar? Por que?
5. Você tem algum sonho? Gostaria de ter uma profissão específica? Qual? Faz algum sentido estudar para ter um trabalho?
6. O que você pensa quando dizem que quem é bom aluno na escola pode ter um emprego com bom salário?
7. O que você aprendeu na escola tem contribuído em sua relação com seu trabalho? De que maneira?
8. Comente sobre as origens de sua família – pai, mãe, irmãos - se residiam no campo ou na cidade? Como e quando chegaram a Francisco Beltrão? Que profissões exerciam\exercem? Quais seus níveis de escolaridade?
9. Comente sobre o bairro atualmente: dificuldades que ainda enfrentam, o que necessita para se atingir melhores condições de vida e moradia?
10. Já sofreu algum tipo de discriminação por conta do local em que reside ou pelo seu tom de pele? (na escola, na rua, na família, na entrevista de emprego).

ANEXO 2 - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EVASÃO ESCOLAR, TRABALHO E EDUCAÇÃO: trajetórias e experiências dos jovens do Conjunto Habitacional Terra Nossa, Francisco Beltrão/Pr

Pesquisador: Darciel Sinhori da Costa

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 46697021.0.0000.0107

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Oeste do Paraná/ UNIOESTE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.740.454

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa a ser realizado em um bairro de periferia de Francisco Beltrão, para pesquisar o fenômeno da evasão escolar.

Objetivo da Pesquisa:

Segundo informações do projeto (PB, p. 2), são objetivos:

*Objetivo Primário:

Analisar as experiências escolares de jovens egressos de escolas públicas, residentes no Conjunto Habitacional Terra Nossa em Francisco Beltrão,

Paraná e como elas se entrecruzam com as experiências destes jovens no mercado de trabalho.

Objetivo Secundário:

1- Analisar historicamente a relação entre trabalho e educação do Brasil no contexto do capitalismo dependente e suas implicações nas políticas

públicas para a juventude; 2- Descrever e analisar as experiências na educação formal dos jovens do Conjunto Habitacional Terra Nossa, visando

identificar suas particularidades; 3- Categorizar os atravessamentos das experiências no mercado de trabalho e conseqüentemente, sua relação com

o percurso escolar.*

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 2069

Bairro: UNIVERSITARIO

CEP: 85.819-110

UF: PR **Município:** CASCAVEL

Telefone: (45)3220-3092

E-mail: cep.prppg@unioeste.br



UNIOESTE - UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO OESTE DO
PARANÁ



Continuação do Parecer: 4.740.454

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Estão devidamente explicitados, como risco de desconforto e perda de tempo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A metodologia será qualitativa, com entrevista com jovens entre 18 e 24 anos de idade que evadiram do ensino básico.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos estão devidamente apresentados: TCLE completo com riscos benéficos e explicação da pesquisa, folha de rosto e responsabilidade do pesquisador.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisa pode ser aprovada, tem temática bastante relevante.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1703387.pdf	11/05/2021 18:58:57		Acelto
Outros	entrevista.pdf	11/05/2021 18:58:08	Darciel Sinhori da Costa	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEREvisado.pdf	11/05/2021 18:54:26	Darciel Sinhori da Costa	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto de Pesquisa.pdf	11/05/2021 12:48:14	Darciel Sinhori da Costa	Acelto
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	FORMULARIOASSINADO.pdf	11/05/2021 12:44:39	Darciel Sinhori da Costa	Acelto
Folha de Rosto	FOLHADEROSTOASSINADA.pdf	11/05/2021 12:42:41	Darciel Sinhori da Costa	Acelto

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 2069

Bairro: UNIVERSITARIO

CEP: 85.819-110

UF: PR

Município: CASCAVEL

Telefone: (45)3220-3092

E-mail: cep.prppg@unioeste.br

CASCAVEL, 27 de Maio de 2021

Assinado por:
Dartel Ferrari de Lima
(Coordenador(a))